

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO L - N° 006

TERÇA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA Presidente José Samey – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL 2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT 1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO 2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL 3º Secretário Levy Dias – PPR – MS 4º Secretário Emandes Amorim – PDT – RO Suplentes de Secretário Antonio Carlos Valadares – PP – SE José Eduardo Dutra – PT – SE Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR Ney Suassuna – PMDB – PB CORREGEDOR (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – SP CORREGEDORES SUBSTITUTOS (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES	Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira LIDERANÇA DO PSDB Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira	Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin LIDERANÇA DO PDT Líder Júnia Marise LIDERANÇA DO PP Líder Bernardo Cabral Vice-Líder João França LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy Vice-Líder Benedita da Silva LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo Vice-Líderes Arlindo Porto LIDERANÇA DO PPS Líder Roberto Freire LIDERANÇA DO PSB Líder Ademir Andrade
--	---	--

EXPEDIENTE		
AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf	RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÕES	
Nº 48, de 1995, que homologa os aditivos contratuais ao Contrato de Empréstimo nº 1/92, de 30 de junho de 1992, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.	00700
Nº 49, de 1995, que suspende a execução dos Decretos-Leis nºs 2.445, de 29 de junho de 1988, e 2.449, de 21 de julho de 1988.	00700
Nº 50, de 1995, que suspende a execução de dispositivos do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986.	00700
2 – ATA DA 165ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE OUTUBRO DE 1995	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 323, de 1995 (nº 1.050/95, na origem), de 6 do corrente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 49, de 1992 (nº 2.489/92, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a identificação do beneficiário de cheques e revoga o inciso III do art. 2º da Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990.	00701
Nº 324, de 1995 (nº 1.051/95, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.	00702
2.2.2 – Avisos de Ministros de Estado	
Nº 303/95, de 5 do corrente, do Ministro das Comunicações, referente ao Requerimento nº 1.035, de 1995, de informações, do Senador Esperidião Amin.	00702
Nº 876/95, de 29 de setembro último, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.087, de 1995, de informações, do Senador Ney Suassuna.	00702
2.2.3 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, na última sexta-feira, para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 75 e 78, de 1995; Projetos de Lei da Câmara nºs 76, 114 e 143, de 1994, e 81, de 1995, sendo que aos mesmos não foram oferecidas emendas.	00702
Término do prazo, na última sexta-feira, para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 106, de 1995, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas.	00702
Arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1992 (nº 479/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o recebimento de honorários de advogado, em virtude de haver-se esgotado o prazo regimental sem interposição de recurso.	00702
2.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR VALMIR CAMPELO – Correção dos proventos dos aposentados.	00703
SENADOR JÚLIO CAMPOS – Denúncias de trabalho escravo no Brasil e apelo em favor da aglização do Projeto de Lei do Senado nº 207/95, de autoria de S. Exª, que altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal, e determina outras providências, sobre o mesmo tema. Criação, por decreto presidencial, do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado.	00704
SENADORA MARINA SILVA – Registrando os 967 dias de liberdade dos assassinos de Chico Mendes. O suicídio de indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul.	00707
SENADOR BERNARDO CABRAL – Reflexões sobre reforma tributária no Brasil e suas consequências na Zona Franca de Manaus.	00714
SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Centenário de nascimento do poeta pernambucano Ascenso Ferreira.	00718
SR. PRESIDENTE – Associando-se às homenagens prestadas pelo Sr. Joel de Hollanda a Ascenso Ferreira.	00721
2.2.5 – Requerimento	
Nº 1.322, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, solicitando ao Ministro da Justiça as informações que menciona.	00721
2.2.6 – Comunicações da Presidência	
Recebimento do Ofício nº S/56, de 1995 (nº 2.734/95, na origem), encaminhando ao Senado Federal solicitação do Estado da Paraíba, para que possa elevar os limites previstos no art. 4º da Resolução nº 11, de 1994, de forma a poder contratar operação de crédito junto ao Banco BMC S.A., no valor de quarenta e seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos, para os fins que especifica.	00722
2.2.7 – Ofícios	
Nº 482/95, do Vice-Líder do PMDB no Senado Federal, Sr. Nabor Júnior, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 1.143, de 1995.	00722

Nº 9/95, do Líder do PSB na Câmara dos Deputados, Sr. Fernando Lyra, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer sobre a Medida Provisória nº 1.120, de 1995..... 00722

Nº 814, de 1995, do Líder do PPB na Câmara dos Deputados, Sr. Odelmo Leão, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.133/95..... 00722

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 163ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 5 de outubro de 1995 e publicada no **Diário do Senado Federal**, de 6 de outubro de 1995..... 00723

4 – ATA DE COMISSÃO

33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 3 de outubro de 1995. 00723

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 703 a 709, de 1995 00757

6 – MESA DIRETORA

7 – CORREGEDOR E CORREGEDORES

SUBSTITUTOS

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte.

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 1995

Homologa os aditivos contratuais ao Contrato de Empréstimo nº 001/92, de 30 de junho de 1992, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Homologar o 1º, 2º, 3º e 4º aditivos contratuais ao Contrato de Empréstimo nº 001, de 1992, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., datados de 5 de novembro de 1992, 18 de maio de 1993, 18 de janeiro de 1994 e 18 de maio de 1994, respectivamente.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de outubro de 1995. – Senador **José Sarney**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte.

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 1995

Suspende a execução dos Decretos-Leis nºs 2.445, de 29 de junho de 1988, e 2.449, de 21 de julho de 1988.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução dos Decretos-Leis nºs 2.445, de 29 de junho de 1988, e 2.449, de 21 de julho de 1988, declarados inconstitucionais por decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 148.754-2/210/Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 9 de outubro de 1995. – Senador **José Sarney**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 50, DE 1995

Suspende a execução de dispositivos do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução dos arts. 11 e seus incisos II, III e IV; 13 e seus parágrafos; 15; 16 e seu § 2º; e da expressão "bem como dos adquirentes de automóveis de passeio e utilitários", no parágrafo único do art. 10 do Decreto-Lei 2.288, de

23 de julho de 1986, declarados inconstitucionais nos autos do Recurso Extraordinário nº 121.336.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Senado Federal, 9 de outubro de 1995. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 165ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de outubro de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Júlio Campos e Renan Calheiros

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Havendo o número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 323, DE 1995
(Nº 1.050/95, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, pelos motivos referidos na anexa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, a retirada do Projeto de Lei nº 49, de 1992 (nº 2.489/92 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a identificação do beneficiário de cheques e revoga o inciso III do art. 2º da Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990", enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 25, de 1992.

Brasília, 6 de outubro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 368/MF

• Brasília, 29 de setembro de 1995.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência sugestão no sentido de retirar de tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1992 (PL nº 2.489/92, na origem), que dispõe sobre a identificação do beneficiário de cheques e revoga o inciso III do artigo 2º da Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990".

2. O referido Projeto fixa a quantia equivalente a trezentas Unidades Fiscais de Referência – UFIR, a partir da qual se exige a identificação do beneficiário do cheque.

3. Com o advento da Medida Provisória que introduziu a nova unidade monetária nacional, a matéria sob exame tornou-se prejudicada em face das disposições do art. 69:

"Art. 69. A partir de 1º de julho de 1994, fica vedada a emissão, pagamento e compensação de cheque de valor superior a R\$100,00 (cem reais), sem identificação do beneficiário.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto neste artigo".

Respeitosamente, **Pedro Parente**, Ministro de Estado da Fazenda, Interino.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.

.....
§ 1º As reservas internacionais passíveis de utilização para composição do lastro para emissão do Real são os ativos de liquidez internacional denominados ou conversíveis em dólares dos Estados Unidos da América.
.....

Art. 69. A partir de 1º de julho de 1994, fica vedada a emissão, pagamento e compensação de

cheque de valor superior a R\$100,00 (cem reais), sem identificação do beneficiário.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto neste artigo.

.....
O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A matéria será publicada e incluída em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 256, § 2º, alínea b, item 2, do Regimento Interno.

O Sr. 1º Secretário, em exercício, Sr. Renan Calheiros, prosseguirá a leitura do Expediente.

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 324, de 1995 (nº 1.051/95, na origem), de 6 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 16, de 1995-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, crédito suplementar no valor de cinco milhões, duzentos e sessenta e seis mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.101, de 6 de outubro de 1995.

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 303/95, de 5 do corrente, do Ministro das Comunicações, referente ao Requerimento nº 1.035, de 1995, de informações, do Senador Esperidião Amin.

Nº 876/95, de 29 de setembro último, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.087, de 1995, de informações, do Senador Ney Suassuna.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O expediente lido vai à publicação.

Encerrou-se na sexta-feira última o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1995 (nº 80/91, na Câmara dos Deputados), que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1991, no valor de um trilhão e oitocentos e vinte e dois bilhões de cruzeiros;

- Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1995 (nº 85/91, na Câmara dos Deputados), que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1990, no valor de quatrocentos e sessenta e um bilhões e trezentos milhões de cruzeiros;

- Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1994 (nº 900/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a contrapartida financeira ao Poder Público pelo investimento em obras no sistema elétrico, em localidades atendidas por concessionários;

- Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1994 (nº 209/91, na Casa de origem), que regulamenta o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do Planejamento Familiar, estabelece penalidades e dá outras providências;

- Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1994 (nº 3.787/93, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar a denúncia do Sr. Pedro Collor de Mello, já falecido, sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias, que altera a redação do art. 332 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e

- Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1995 (nº 10/95, na Casa de origem), que institui o ano de 1995 como o "Ano Zumbi dos Palmares", em homenagem ao tricentenário de sua morte.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Na sessão de sexta-feira última terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 106, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que define os Gabinetes dos Senadores como Unidades Orçamentárias e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Diretora; e, de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1992 (nº 479/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o recebimento de honorários de advogado.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro da Previdência e Assistência Social estuda formas para corrigir distorções nos valores de aposentadorias e pensões concedidas entre 1991 e 1994.

Esse gesto, partindo do Governo, é de todo elogiável.

Primeiro, porque, após estes anos de angústias e incertezas para o aposentado, o próprio Governo vem a público e reconhece que os benefícios da aposentadoria ficaram achatados em função dos sucessivos planos econômicos e dos diferentes índices de correção usados no período.

Segundo, porque os pedidos oficiais de revisão de aposentadorias certamente reduzirão significativamente, e a Justiça deixará de ter que se ocupar com ações dessa natureza, que já chegam a mais de um milhão e quatrocentas, isso sem relacionar também os milhares de pedidos de revisão em análise administrativa nos postos do INSS.

Espero que essa atitude em favor dos aposentados seja um marco de mudanças na vida desses trabalhadores, e que se encerre de vez o atual período de discriminação contra esses cidadãos brasileiros.

Os aposentados hoje andam pelas ruas sentindo vergonha da própria pessoa.

As seguidas campanhas contra essa classe de cidadãos honestos e construtores do passado dão a idéia de que a aposentadoria não passa de mordomia e que o aposentado nada mais é do que um aproveitador que vive indignamente às custas do Estado.

Sr. Presidente, quando um trabalhador se emprega, ninguém pergunta se ele quer aderir ao seguro social. É simplesmente um optante de livre e espontânea pressão. Com isso, o seu salário sofre descontos seguidos por décadas, com a finalidade de custear a futura aposentadoria e despesas com assistência médica e social. Nesse particular aspecto, principalmente quando se trata de recorrer aos serviços públicos de saúde, aí nem se fala. É um desastre!

Mas, fixando-se à aposentadoria esse seguro social, que o trabalhador é compelido a pagar, este visa precariamente garantir-lhe uma remuneração permanente, a partir de sua retirada definitiva do mercado de trabalho, em decorrência da velhice, de invalidez permanente ou do transcurso do tempo de serviço exigido por lei.

Quando o trabalhador chega ao ponto de desfrutar desse benefício, parece que o que é direito passa ser concessão ou oportunismo. Poucos se

lembram que o aposentado é uma pessoa digna, que ajudou a construir o Brasil com o seu trabalho e que durante décadas recolheu, mensalmente, aos cofres da Previdência, aquele valor definido pela lei como sendo a quantia necessária para garantir-lhe um final de vida tranqüilo e auto-suficiente.

O aposentado também se alimenta, veste-se e sofre as mesmas necessidades dos trabalhadores em atividade. Entretanto, quem deveria protegê-lo das injustiças é quem mais o discrimina. Quando se fala em reajuste de proventos de inatividade, o Governo vai logo ao rádio, à televisão, aos jornais e detona a campanha anti-aposentadoria: o déficit da Previdência não suporta os ajustes decorrentes da inflação, o tempo para a aposentadoria tem que ser dilatado, etc.

Mas desta vez foi diferente. O Governo compareceu à mídia não para mais uma vez magoar e decepcionar os aposentados, mas para anunciar que vai reajustar os benefícios de cerca de 250 mil pessoas que tiverem seus proventos e pensões calculados sem a reposição da inflação.

Contudo, somente no próximo ano é que o Governo pretende enviar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei adotando essa medida.

Segundo o Ministro da Previdência Social, no momento não existe nos cofres de seu Ministério o dinheiro necessário para pagar a conta e que para consegui-lo necessita da ajuda do Congresso na aprovação dos projetos que identificam as fontes de receita.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui fazer um apelo ao Governo, para que conclua logo esse projeto de correção das distorções nos valores das aposentadorias e pensões e que o envie ao Congresso Nacional imediatamente.

Apesar de estarmos apenas a dois meses do próximo ano, temos que resgatar essa dívida para com os aposentados ainda no ano em curso.

Não é admissível fazer os aposentados aguardarem ainda mais para receberem esse justo aumento, já reconhecido inclusive pelo próprio Governo, enquanto que todo dia somos surpreendidos pela mídia denunciando desvios e mais desvios de verbas públicas.

Exemplo disso são as suspeitas de fraude de mais de 130 mil autorizações de internação hospitalar que estão sendo investigadas sob o comando do Ministro da Saúde e que, se confirmadas, lesariam o Erário em mais de R\$33 milhões somente em um mês.

Outro exemplo é o desleixo de determinados procuradores dos órgãos e entidades do governo

que, negligenciando-se na defesa da Fazenda Nacional, vêm causando altos prejuízos à União, que está sendo obrigada a pagar pesadas indenizações decorrentes de planos econômicos anteriores, sem que a demanda percorra todas as instâncias do Poder Judiciário.

Dentro do próprio INSS foi detectada, em somente um dos Estados da Federação, a existência de 5.654 mortos recebendo, nos últimos seis meses, pagamento de benefícios estimados em mais de 1,2 milhões de reais.

Como vêem, Sr^{as} e Srs. Senadores, se o Governo tem motivos para adiar a correção dos benefícios dos aposentados para o ano de 1996, maiores são as razões para que esta matéria seja deliberada ainda no ano em curso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos, que disporá de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, há alguns meses assomei a esta tribuna para, em defesa da adoção do contrato coletivo de trabalho, verberar contra a excessiva regulamentação vigente no Brasil para as relações laborais. Naquela oportunidade, procurei demonstrar como uma concepção paternalista em relação à classe trabalhadora - concepção essa que orienta nossa legislação trabalhista desde os anos trintas - coloca uma verdadeira camisa-de-força nas relações laborais, não deixando qualquer espaço para o exercício da autonomia coletiva das partes - empregados e empregadores - no que tange à possibilidade de pactuarem condições de trabalho ajustadas às suas conveniências e às particularidades de seu ramo específico de atividade econômica.

De fato, o País está dotado de minuciosa legislação trabalhista que assegura aos assalariados múltiplos direitos e abrangente proteção. Não obstante, todo esse arcabouço jurídico tem-se mostrado ineficaz para banir definitivamente de nossa realidade essa horrenda chaga que é o trabalho em regime de escravidão.

Trata-se, sem dúvida, de bizarra e triste contradição: de um lado, a parcela majoritária da população trabalhadora que, conquanto muitas vezes mal remunerada, goza de ampla proteção e usufrui de diversos direitos legalmente assegurados; de outro lado, um expressivo contingente de brasileiros que amarga a mais vil exploração, submetidos à ignomínia do trabalho forçado em condições desumanas e degradantes.

Até algum tempo atrás, a postura do Governo era de negar que o problema existisse em escala considerável, tentando caracterizar como fatos isolados as denúncias que vinham à tona, principalmente pela imprensa e pelos Parlamentares. A realidade, porém, é que o problema é sério e possui dimensões que não permitem que o possamos ignorar.

Aliás, numerosos documentos produzidos por entidades brasileiras e internacionais têm sido publicados, nos últimos tempos, confirmando a gravidade da situação.

Em 1994, a **Anti-Slavery International** de Londres, a mais antiga entidade de direitos humanos do mundo - fundada em 1839 - lançou o excelente livro de Alison Sutton, **Trabalho Escravo - Um Elo na Cadeia da Modernização no Brasil de Hoje**, baseado numa pesquisa realizada ao longo de seis meses na Amazônia. A certa altura da obra, Sutton declara:

"O uso de práticas trabalhistas coercitivas não se limita a um resíduo de latifundiários atrasados que ainda agem como se a escravidão fosse legal, mas foi encontrado em empresas ligadas aos setores mais modernos da economia: bancos nacionais, uma montadora multinacional de veículos e uma rede de aluguel de carros estão entre os que tiveram de responder a denúncias de que estariam usando trabalho escravo".

Também em 1994, no mês de junho, relatório da Organização Internacional do Trabalho - OIT, incluía o Brasil na lista negra da escravidão, ao lado de países como Índia, Haiti e outros.

Mais recentemente, em maio passado, era a vez da Comissão Pastoral da Terra, CPT, órgão vinculado à respeitadíssima Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, publicar seu relatório anual, **Conflitos no Campo - 1994**. Nele, a entidade, tomando como base denúncias feitas à polícia e aos sindicatos de trabalhadores rurais de todo o País, contabiliza a existência de mais de vinte e cinco mil trabalhadores em regime de escravidão no ano passado.

O próprio Estado do Mato Grosso já foi alvo de denúncias nas imprensas nacional e internacional e neste Congresso acerca da existência do trabalho escravo na zona rural mato-grossense, que, de vez em quando, ainda mancha a democracia e o desenvolvimento de Mato Grosso.

O número impressiona por si só. Mais chocante, contudo, é a evolução que revela. O Relatório de 1991 indicava pouco menos de cinco mil pessoas escravizadas; em 1992, o número salta para dezesseis mil; em 1993, são vinte mil; em 1994, são quase vinte e cinco mil trabalhadores vivendo possivelmente em regime de escravidão em nosso País.

Em novembro próximo, o Brasil deverá passar por um novo constrangimento internacional. Nesse mês, em Genebra, serão divulgadas as conclusões da investigação que a Organização Internacional do Trabalho vem conduzindo sigilosamente, há um ano e meio, acerca de mais uma centena de casos, devidamente documentados, de trabalho forçado no Brasil.

Aliás, há poucos dias, a imprensa nacional divulgou com muito destaque a escravidão não-somente do homem trabalhador, da mulher trabalhadora, mas, lamentavelmente, da própria criança. No Brasil, há criança trabalhadora vivendo em regime de escravidão em zonas de produção de carvão, em zona de produção de cana-de-açúcar em nosso País. E é um absurdo, quando sabemos qual é uma das metas do Governo Fernando Henrique Cardoso, uma das metas do governo que a coligação PSDB, PFL e PTB fizeram através do programa de desenvolvimento para os próximos quatro anos no País, registrar fato esse na atualidade.

Aliás, no que se refere à OIT, vale lembrar que a comissão de especialistas da entidade, encarregada de monitorar o cumprimento dos acordos internacionais por cada país, vem há anos chamando a atenção para a gravidade os casos de trabalho forçado no Brasil, muito embora o País tenha ratificado, já em 1956, a convenção internacional que proíbe esse delito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, atento à gravidade da situação, no dia 27 de junho último, assinou um decreto criando o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado que estará subordinado à Câmara de Políticas Sociais do Conselho de Governo e será integrado por cinco representantes dos Ministérios do Trabalho, Ministério da Justiça, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Ministério da Agricultura, do Abas-

tecimento da Reforma Agrária e Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. A finalidade do órgão, definida no art. 1º do decreto presidencial será a de "coordenar e implementar as providências necessárias à repressão do trabalho forçado.

Na mesma data da assinatura do decreto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso dedicou integralmente seu programa radiofônico - **Palavra do Presidente** - ao tema do trabalho escravo. Sua Excelência abordou situações diversificadas, caracterizadoras de trabalho escravo, ou de trabalho degradante ou de ambos.

Referiu-se, inicialmente, às fazendas que promovem desmatamento da região Norte do Brasil, onde "o trabalhador escravo é vigiado 24 horas por dia, por jagunços muito bem armados". Nessas fazendas, os proprietários utilizam-se, além de jagunços, de uma manobra fraudulenta para atentar contra a liberdade de trabalho, imobilizando a mão-de-obra. Trata-se de um truque muito antigo e conhecido, no Nordeste e no Norte do Brasil, como "sistema do barracão", que consiste em obrigar o trabalhador a comprar do dono da fazenda tudo aquilo de que ele precisa para sobreviver, a preços elevados, arbitrariamente fixados pelo proprietário e na maioria das vezes até desconhecidos pelo comprador. Gera-se, dessa forma, uma dívida sempre ascendente e impagável, quase igual à dívida do Brasil junto aos bancos internacionais, de tal modo que ao fim do mês o trabalhador nada mais tem para receber, sendo então coagido a continuar trabalhando para pagar essa dívida.

Em seguida, o Presidente Fernando Henrique mencionou denúncias recebidas pelo Ministério do Trabalho acerca de condições de trabalho degradante verificadas em serrarias do Estado de Rondônia. Nessas empresas, além da falta de condições de moradia, de saneamento e até de água para beber, os trabalhadores convivem com a total ausência de equipamentos de segurança para lidar com as serras elétricas, circunstância que conduz a freqüentes mutilações, inclusive de crianças trabalhadoras.

Mais adiante, Sua Excelência abordou a triste situação, citada anteriormente, das carvoarias do norte de Minas Gerais, do Mato Grosso do Sul e até do meu Mato Grosso. Nesses estabelecimentos, que já foram inclusive objeto de reportagem da **BBC** de Londres, a realidade é de todo deprimente.

Tenho a lamentar, neste instante, todos esses fatos. As denúncias têm que ser levadas a sério, pois muitas delas chegam a ser comprovadas, as muitas

são aplicadas pelos fiscais do Ministério do Trabalho, alguns pagam a multa, mas continuam a cometer as mesmas irregularidades.

Por esse motivo, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, entendo como extremamente salutar a decisão anunciada pelo Presidente da República no sentido de punir, com a não-concessão de empréstimos, subsídios, incentivos fiscais e rolagem de dívidas, esses fazendeiros e empresários inescrupulosos, obstando, outrossim, sua participação em concorrências públicas. Afinal, não é admissível que gozem de incentivos governamentais aqueles que transformam brasileiros em escravos. :

E isso, por incrível que possa parecer, vem ocorrendo: no dia seguinte ao pronunciamento do Presidente da República, foram descobertos, em duas fazendas no Município de Rondon do Pará - as quais recebem incentivos do Governo Federal por intermédio da SUDAM - trabalhadores explorados em regime de escravidão e - para nosso maior pasmo e indignação - um cemitério clandestino, onde eram incinerados os escravos mortos!

Tudo isso é muito triste, Sr. Presidente, como também o é a situação da política agrária brasileira, tema de reportagem diária da imprensa nacional. A cada dia o movimento dos sem-terra vem se alastrando, transformando-se de movimento reivindicatório pela reforma agrária em movimento político partidário que está indo em direção ao Pontal, na região do Estado de São Paulo, invadindo Mato Grosso do Sul, chegando a Mato Grosso e em todo o Brasil, causando um clima de instabilidade, quase uma guerra civil em nosso País.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, como já afirmei, são altamente louváveis as medidas recentemente adotadas pelo Governo. A integração de cinco ministérios ao grupo executivo criado para reprimir essa prática odiosa certamente reforçará suas iniciativas. A determinação do Presidente de aplicar sanções econômicas àqueles empresários que se utilizam do trabalho escravo é muito válida.

Estou convencido, por outro lado, de que a persistência dos criminosos - que logram manter em vigência a escravidão, 107 anos depois de promulgada a Lei Áurea em nosso País - está a exigir providências no campo da legislação penal.

O Sr. Valmir Campelo - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Júlio Campos?

O SR. JÚLIO CAMPOS - Pois não, nobre Senador Valmir Campelo.

O Sr. Valmir Campelo - Eu queria parabenizar V. Ex^a pelo tema que traz esta tarde ao Senado Fe-

deral. V. Ex^a está sempre trazendo temas da maior importância, de absoluta prioridade para o nosso País, para serem discutidos por todos nós. Quanto ao problema do trabalho escravo, que V. Ex^a focaliza hoje, também tive oportunidade de, há poucos dias, fazer uma denúncia aqui no plenário desta Casa, quando disse da necessidade de medidas governamentais em relação ao trabalho escravo infantil, das crianças do nosso País. O pronunciamento de V. Ex^a nesta tarde reforça a tese levantada por nós. Também quero parabenizá-lo, Senador Júlio Campos, por focalizar também o problema das invasões de terras em nosso País. Sou plenamente favorável à reforma agrária organizada, com leis, com normas que possam dar não só o título de propriedade, como costume dizer, não apenas o papel, mas os instrumentos necessários para fixação do homem à terra. Não da maneira como está sendo feita, provocando mortes, violência. Isso não leva a nada. V. Ex^a tem inteira razão, e, mais uma vez, quero parabenizá-lo pelo trabalho que traz hoje ao Senado Federal.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Muito obrigado, Senador Valmir Campelo. Eu incorporo, com muita honra, o seu aparte ao meu pronunciamento.

Quero, neste instante, dizer que apresentei a esta Casa o Projeto de Lei nº 207, de 1995, no qual proponho a adição de dois parágrafos ao art. 149 do nosso Código Penal, para que fique bem definido, no texto legal, o que são "condições análogas às de escravo".

Reza o § 1º proposto que:

"Consideram-se condições análogas às de escravo as circunstâncias em que se evidenciem qualquer servidão ou degradação do homem, a negação das condições mínimas de respeito à dignidade humana, a implementação de contratos de trabalho vinculados a um ciclo indefinido de dívida ou circunstâncias outras que importem em execução de trabalhos forçados."

O § 2º estatui, minuciosamente, que:

"Constitui crime dessa natureza:

I - obrigar o trabalhador ou pessoas sob o seu controle à prestação indefinida de serviços, como garantia de pagamento de uma dívida contraída com o patrão ou preposto, por meio de fraude ou extorsão;

II - coagir o trabalhador a utilizar mercadorias ou serviços de estabelecimentos

monopolizados pelo empregador direto ou indireto, imobilizando a mão-de-obra por dívida;

III - oferecer condições penosas de trabalho, sem a salubridade mínima necessária à proteção da vida, saúde e segurança do ser humano;

Falo isso com muito conhecimento, porque, na região norte do meu Estado, ainda existe um grande foco de malária. Muitos trabalhadores da Baixada Cuiabana, do centro do Mato Grosso, são convidados por esses empresários, por esses empreiteiros de mão-de-obra, para prestarem serviços nas fazendas, para ganhar bem, com todas as condições de trabalho. Ao chegarem lá, os trabalhadores pegam malária, ficam doentes, e suas famílias nem mesmo tomam conhecimento de que esse seu familiar, que foi para lá ganhar o seu sustento, ganhar o sustento da família, nessa crise difícil por que passa o Brasil, morreu de maleita, sem a mínima assistência médica.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, precisamos de uma lei que puna esse tipo de crime que está sendo cometido contra o trabalhador mais humilde deste País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou convicto de que essa definição abrangente para o crime de "redução a condição análoga à de escravo" é da maior importância no sentido de garantir ao Ministério Público e ao Judiciário as condições necessárias à sua repressão, pois urge ajustar a tipificação do ilícito às novas feições que ele tem assumido na modernidade. Incluir nessa definição, por exemplo, as circunstâncias em que se evidencie "a implementação de contratos de trabalho vinculados a ciclos indefinido de dívida" corresponde exatamente a essa preocupação, visando a ferir de morte o tenebroso "sistema do barracão", alvo também dos incisos I e II do parágrafo segundo do nosso projeto de lei.

Queremos, nesta oportunidade, para concluir o meu pronunciamento, realçar as consequências malélicas da prática de escravizar os trabalhadores, que podem ser aferidas a partir de diversas óticas. Sob um ponto de vista pragmático, da inconveniência econômica e social, poderíamos apontar que a falta de meios para exercer decentemente o trabalho em seus locais de origem leva milhares de pessoas a aflúrem aos grandes centros urbanos, onde podem facilmente resvalar para a criminalidade. No que concerne à necessidade de preservar a imagem do Brasil perante a comunidade internacional, não resta dúvida de que essa prática é universalmente encarada como um crime hediondo, e sua expansão

entre nós mancha de forma indelével a reputação do País. Mas sobrepondo-se a qualquer dessas considerações, o motivo verdadeiro para que nos empenhemos de corpo e alma no combate ao trabalho forçado reside no compromisso inarredável que temos - enquanto povo, enquanto nação e enquanto indivíduos - com a implementação dos padrões internacionais de direitos humanos em todo território brasileiro.

Até recentemente, faltou, tanto de parte do Executivo quanto do Legislativo, a determinação de realizar um esforço continuado e consistente para abolir definitivamente essa prática em nosso País. Agora, o Presidente Fernando Henrique Cardoso dá demonstrações muito claras de sua disposição de enfrentar com firmeza o problema. Cumpre ao Congresso Nacional dar a sua contribuição, aprovando nosso Projeto de Lei.

O Projeto que trago à consideração desta Casa, como pode se ver da exposição que acabo de fazer, objetiva fechar o cerco em torno dos fazendeiros e empresários e todo e qualquer cidadão inescrupulosos que insistem em escravizar compatriotas nossos. Agravar as sanções já existentes, criar penalidades de caráter econômico e, sobretudo, ajustar a tipificação dos delitos às novas feições que eles vêm assumindo são providências indispensáveis para dotar os agentes da lei das condições necessárias à repressão eficaz.

Conto, portanto, com o apoio dos nobres Pares partidários desta Casa para que requeiram urgência na tramitação do Projeto de Lei de autoria do Senador Júlio Campos, que recebeu o nº 207/95.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

A SR^a MARINA SILVA - (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; minhas Senhoras e meus Senhores, em primeiro lugar, eu gostaria de registrar, desta tribuna, que é com certa tristeza, mas também com um imenso desejo de poder colaborar, que venho fazer este pronunciamento. Primeiro por ser um tema que, muitas vezes, não é colocado na agenda nacional, como está em moda falarmos. Na agenda nacional, hoje, temos as Reformas Administrativa, Tributária, Previdenciária; enfim, não estão incluídos alguns problemas que não são de particulares, mas da humanidade. E como um grande problema da humanidade quero trazer, aqui, hoje, a questão indígena.

Antes de falar no tema, eu gostaria de fazer um registro. Hoje, dia 09 de outubro de 1995, faz 967 dias que os assassinos do Chico Mendes se encontram em liberdade, impunemente, no Peru ou na Bolívia. A prisão deles poder-se-ia dar se algumas buscas policiais fossem realmente feitas.

Sr. Presidente, há alguns dias, venho tentando fazer um pronunciamento sobre a questão dos suicídios dos índios do Mato Grosso do Sul, problema que vem sendo noticiado na imprensa. Mais precisamente, Janio de Freitas escreveu em sua coluna sobre o suicídio de uma indiazinha de 9 anos. Em se tratando do suicídio de uma criança, é como ele próprio diz: "É preciso que alguma coisa esteja extremamente errada, porque, em qualquer cultura, criança é criança." Infelizmente, na cultura dos índios, as crianças parecem ter problemas que eram, em outras épocas, apenas dos adultos.

Eu gostaria de lembrar que a palavra certa para explicar a morte desses índios em Mato Grosso do Sul talvez não seja suicídio, mas assassinato mesmo. O que leva uma tribo a cometer esse tipo de violência contra si mesma, negando a sua existência, eliminando-se a si própria? É claro que os antropólogos, sociólogos, psicólogos e políticos - inclusive eu - tentarão dar algum tipo de explicação para esse problema, mas talvez a mais adequada seja a de que essas comunidades, que têm sobre esse território domínios pré-colombianos, que antecedem a época dos nossos supostos descobridores, perderam a sua identidade, quando ficaram renegadas e confinadas em pequenas áreas de terra.

Muitas vezes, da tribuna desta Casa, já se ouviu que essas terras não podem ser utilizadas por indígenas porque contêm muitas riquezas. Esquecem que, em passado não tão longínquo, todo este território já lhes pertenceu.

Essa é a tragédia de um povo que não pertence a si mesmo, pois foi deslocado das suas tradições e cultura, das suas formas de religião e organização social, do seu espaço territorial, da sua compreensão de mundo e dos deuses que lhes protegiam. Essas pessoas perderam a si mesmas. Talvez, a manifestação desse elo perdido entre o que era humano, numa relação com a natureza, se manifeste nos índios do Mato Grosso do Sul, com a auto-eliminação, através do suicídio, até mesmo de crianças.

Isso tudo traz, também, a ligação com outro episódio. A *Folha de S. Paulo* de domingo retrata a saga de uma tribo, os Avá-Canoeiros, que foi truci-

dada. Essa tribo tinha, se não me engano, dois mil e quinhentos índios. Hoje, restam apenas dez, o equivalente a cinco dedos em cada mão, e ainda assim estão divididos. Uma parte está no Mato Grosso e, a outra, no Parque Xingu. Esses índios foram chacinados, de acordo com o depoimento doloroso de uma índia sobrevivente, que relata como o seu povo foi trucidado, segundo o estudo dos antropólogos, pela década de 60:

"Índio era muito. Naquela noite, dançou, cantou e tocou maracá até muito tarde. Índio dormia quando o homem chegou. Muita poeira. Índio grande matavam à bala; índio pequeno, com facão. Morreu índio homem, índio mulher, muita mulher com barriga; muito índio criança. Escapei escondida debaixo do milho. Tinha cabeças cortadas no chão. Pegavam cabeça de índio e fincavam no pau. Pau ficava espetado no chão com cabeça de índio. Fedia..."

Esse é o relato de uma índia de nome Matcha, que descreveu a chacina de 120 índios, segundo cálculos dos antropólogos.

Talvez esse tema esteja desfocado de uma série de temas importantes que temos que tratar aqui, mas o considero muito importante porque revela uma parte da natureza humana, que não pode ser negligenciada, não pode ser esquecida, qual seja a relação entre culturas diferentes, entre seres diferentes. Essa cultura que chegou aqui e ocupou esta nobre Casa, que é o território brasileiro, não pode esquecer o que fez a esses nossos irmãos índios. Aliás, a Europa nos deve isso ao homem americano, porque, em nome da civilização, sob o argumento de levar Deus aos pagãos, levou à morte milhares e milhares de seres humanos.

É obrigação das autoridades brasileiras e desta Casa debruçar-se sobre esse tema. Estamos discutindo a questão da reforma agrária, uma reforma agrária para brancos excluídos da terra, mas precisamos encarar de frente o problema da demarcação das terras indígenas. E não é uma demarcação simplesmente para confiná-los num pedaço de terra onde seja impossível se produzir de forma sustentável, mas uma demarcação que lhes possibilite, além da sobrevivência econômica, a sobrevivência da sua tradição, da sua cultura, da sua religiosidade e da sua maneira de se relacionar com as outras culturas e com o mundo.

O Sr. Bernardo Cabral - Senadora Marina Silva, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRª MARINA SILVA - Concedo o aparte ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Eminente Senadora Marina Silva, o tema é mais do que oportuno. Entendo que V. Exª não deve ficar intranquilha supondo que o tema da reforma possa estar acima do tema que V. Exª traz e que reflete, inequivocamente, uma parcela das nossas raízes, se não a principal raiz brasileira. Veja que V. Exª tem razão porque o próprio Texto Constitucional diz, em seu art. 231:

"São reconhecidos aos índios, sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

V. Exª traz à discussão o que ainda há pouco registrou: apenas 10 índios sobrevivem e o que é mais triste e lamentável é saber que, se não houver a união acasaladora entre dois irmãos - portanto o incesto -, essa tribo está fadada a desaparecer. Não conheço qual a linha fundamental do restante do discurso de V. Exª, mas queira aceitar, nesta parte, a minha solidariedade.

A SRª MARINA SILVA - Agradeço a contribuição de V. Exª e incorporo-a ao meu modesto pronunciamento. Realmente, o que V. Exª aborda é muito grave, essa tribo, sua linhagem e sua raça só poderão continuar a existir se realmente houver um incesto entre os dois irmãos, os únicos que ainda têm possibilidade de procriar - um menino de oito anos e uma menina de seis anos -, porque os demais já têm idade avançada, principalmente as mulheres, que se tornaram chefes - algo que, inclusive, não acontecia anteriormente, hoje o pequeno grupo é chefiado por uma mulher -, e eles não têm mais como procriar. Esse é um problema grave, porque, na cultura deles, o incesto é punido com a morte.

E é claro que a todos nós cabe a reflexão de que a nossa cultura ocidental, que tanto condena o incesto do ponto de vista ético e moral, faz com que uma raça inteira praticamente desapareça e a única possibilidade de continuar existindo, de aumentar sua população, seria exatamente por meio daquilo que tanto condenamos.

Então, penso que devemos até mesmo questionar esses nossos valores quando eles, muitas vezes, não se traduzem em ações práticas, concretas. É preciso que o nosso discurso esteja de acordo com a prática.

E eu, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sinto-me à vontade para falar desse tema e, ao mesmo tempo, é com tristeza que falo. Por uma graça do destino também, tenho parentesco com índios; apesar de a minha família ser de negro legítimo com português legítimo, quis o destino que o meu primeiro marido, com o qual tenho dois filhos - a Shalom, de 14 anos e o Danilo, que completará 13 anos no dia 29 de outubro -, fosse de descendência Kaxinawá. Desse modo, meus dois filhos mais velhos são de descendência Kaxinawá. Portanto, sou parente dos índios também, de alguma forma, pelos meus filhos.

A eliminação dessas nossas tribos, dessa raça - a grande maioria delas - traz-nos um prejuízo muito grande.

Assisti, há alguns dias, um programa na TV Cultura, em que foi apresentado um documentário acerca do Projeto Genoma, que está tirando o sangue de povos isolados, principalmente de comunidades indígenas, para um grande estudo dos genes, etc, a fim de detectar formas de tratamento, especialmente para o diabetes, já que poucos são os índios que sofrem dessa doença. Dizia o pesquisador que, com o banco de sangue dessas populações indígenas - é claro que ele não dizia com essa frieza, não era esse o pensamento dele, ele estava avallando criticamente -, a partir de agora, é como se eles realmente pudessem desaparecer, porque o que mais interessaria neles, o seu DNA, o seu sangue e a sua forma de existência estariam arquivados num grande banco de sangue desse tal Projeto Genoma.

Não devemos pensar nas comunidades indígenas quando pensamos em demarcar suas terras, em colaborar do ponto de vista de troca, com saúde, educação e uma série de coisas que eles também necessitam no intercâmbio com a nossa cultura; não apenas pelo que eles significam enquanto retorno para a nossa cultura, do ponto de vista prático, porque a sua própria existência, a sua presença, a sua diferença na face da terra já se constitui numa grande troca e retribuição.

Às vezes fico pensando se as populações Incas e Maias e todos os povos pré-colombianos não tivessem tido a sua cultura desaparecida quão ricas seriam a nossa raça e a nossa cultura. O que não teríamos nós, hoje, para nos relacionarmos com o diferente, de forma nova, que essas pessoas trariam para a nossa cultura ocidental!

Trata-se, portanto, de um perda irreparável, que poderíamos reparar, pelo menos em parte, com essas poucas comunidades que ainda exis-

tem espalhadas pelo mundo todo. A ciência não pode tratar os seres humanos apenas do ponto de vista prático, como estão tentando fazer nesse tal Projeto Genoma que, para mim, reflete muito o que estamos discutindo nesta Casa, que é a questão da Lei de Patentes.

Se for aprovado o projeto - parece-me até que o Relator já reviu essa possibilidade do patenteamento da vida e fico muito feliz por isso - esse tipo de coisa estará sendo instituído no nosso País e no mundo como uma das formas mais perversas de colonialismo, que é o colonialismo da própria existência, da própria capacidade de vida dessas populações.

Primeiramente, vieram aqui e nos tiraram o ouro. Agora, estão nos levando a madeira e querem levar a própria essência humana dessas comunidades. É o colonialismo mais perverso que poderíamos instituir em nome de um mercantilismo - que não é mais mercantilismo, pois não estamos mais em uma sociedade mercantil -, mas em nome de uma sede de comércio, onde tudo se transforma em mercadoria. E eu me recuso a fazer da vida uma mercadoria.

Para os que acreditam em Deus, a vida é uma dádiva de Deus e eu acredito nEle. Para os agnósticos, a vida deve ser respeitada pelo próprio homem que, se colocando em uma condição de não reconhecer a Deus, se colocam na condição do próprio Deus e assim deveriam respeitar a si mesmos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago à reflexão dos eminentes colegas essas duas matérias que me deixaram muito chocada: A primeira traz informações sobre uma indiazinha de 9 anos pendurada numa corda, enforcada, como se fosse um "loio humano"; e a segunda, sobre uma tribo que já teve uma grande população e hoje conta apenas 10 pessoas; sua única possibilidade de crescimento seria a procriação por meio de relação incestuosa entre dois irmãozinhos sobreviventes, uma de seis anos e o outro de oito anos.

Acredito que devemos pensar sobre isso. No momento em que o Governo está tentando rever o Decreto nº 22, devemos nos debruçar sobre a proposta governamental para, de alguma forma, dar nossa parcela de colaboração e evitar que atrocidades como essas continuem acontecendo no final do século XX, às vésperas do século XXI, em pleno processo de globalização, em pleno processo da revolução tecnológica. Insisto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é revolução tecno-

lógica benéfica aquela que não se traduz necessariamente em benefícios para a comunidade, e se queremos globalizar tanto os lucros para alguns, devemos aprender a globalizar também o sentido da ética e da solidariedade que é disso que esses pobres estão precisando e é o que precisamos fazer por nós mesmos, porque se não formos capazes de fazê-lo, estaremos renegando nossa condição humana, nossa capacidade de perceber o outro e perceber a si mesmo.

Solicito à Mesa, Sr. Presidente, que faça constar de meu pronunciamento os documentos a que fiz referência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SR^a MARINA SILVA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

OS ÚLTIMOS DOS AVÁS-CANOEIROS

INCESTO PODE SALVAR ÍNDIOS DA EXTINÇÃO

Restaram 10 pessoas do grupo indígena em Goiás e Tocantins; irmãos formam o casal que pode ter filhos

Mario Cesar Carvalho

Enviado especial a Minaçu (GO)

Faça as contas. Sobraram dez índios avás-canoeiros. Seis vivem em Goiás e quatro no Tocantins, separados por quase 500 km. Os grupos não se bicam. Duas tentativas de aproximá-los fracassaram. Em Minaçu (GO), numa reserva à beira do rio Tocantins a 370 km ao norte de Brasília, os irmãos Trumack, 8, e Potdjawa, 6, formam o casal que pode ter filhos. Resultado: um incesto entre eles, ou das crianças com os pais, pode salvar a etnia avá da extinção.

Na Bíblia, impasse similar acabou em incesto. Ló, sobrinho de Abraão, sobrevive com as duas filhas à destruição de Sodoma e Gomorra. As filhas embebedam Ló e se deixam engravidar para não extinguir a tribo. Está no Gênesis.

Entre os avás, a decisão é tão grave quanto a história de Ló. Incesto, para os tupis, macrogrupo ao qual pertencem os avás, é punido com a morte. Pelo menos uma vez os avás mandaram o tabu às favas. Tatia, uma avá do grupo de Tocantins, diz que teve uma filha de seu pai. A criança morreu.

"Acho que Trumack e Potdjawa não vão se casar", arrisca a antropóloga Eliana Granado, 41, que pesquisa o grupo desde 1987. "Nenhum povo do mundo pratica incesto, é o que diferenciou o homem do macaco", diz o antropólogo Mércio Gomes, 43, presidente do Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio. O que é certo, para Gomes, é que os avás são "o caso mais grave no Brasil de grupo indígena em extinção".

MULHER DIRIGE OS SEIS SOBREVIVENTES DE GOIÁS

Do enviado especial

A saga dos avás é uma conta de subtração. Estima-se que havia 2.500 deles há dois séculos. Em 1850, seriam 1.110. Cem anos depois, 200. Em 1970, havia cem.

O grupo de Goiás sobreviveu à última chacina de avás, no fim dos anos 60 (leia texto ao lado). Quando foram contatados, em 1983, eram três mulheres (Matcha, cerca de 55 anos hoje, Nakwatcha, perto de 50, e Tuia, 22 a 25) e um homem (lawi, na faixa dos 30).

Todos os papéis de tradição indígena já estavam subvertidos. Matcha é a chefe do grupo, função dos homens entre os índios. Nakwatcha faz as vezes do pajé, cuidado contato com o sobrenatural – outro papel masculino.

Foi a sucessão de chacinhas que levou os avás a abandonar a tradição. Na fuga, inverteram a história do homem. Habitavam aldeias e tornaram-se nômades – vivem da coleta de plantas e da caça.

Foram as chacinhas que forjaram nos avás o trauma com crianças. É um choque ouvir Matcha explicar por que as mulheres abortavam os fetos, dançando a noite inteira, durante os 25 anos de fuga no mato:

* "Criança chora, fazendeiro vem e mata índio", diz;

* "Criança atrasa fuga".

As duas crianças só nasceram após o contato. lawi, o único homem adulto, havia sido preservado das caçadas e das tarefas perigosas na adolescência. Era o eleito para continuar a etnia com Tuia.

Fuga é a palavra-chave na saga. Havia mais de 200 anos que os avás recusavam contato com brancos. Desde 1750, quando bandeiras já haviam descoberto ouro em Goiás, têm-se notícias dos avás – notícias de confronto, massacre e fuga.

Por causa da recusa ao contato, passaram a ser tratados como "ferozes", "cruéis", "bárbaros". "O canoeiro é o mais valente, sagaz e providente. Quando bate, a

destruição é certa", escreveu Couto de Magalhães no século passado no livro "Viagem ao Araguaia".

A afronta foi respondida a bala. Foram cem anos de guerra, entre 1780 e 1880, segundo a historiadora Dulce Pedroso, autora de um livro sobre os avás nos séculos 18 e 19, chamado "O Povo Invisível".

A invisibilidade, derivada da capacidade de se ocultar, mais a fama de feroz viraram lenda.

Desde o século passado até os anos 70 deste século, os avás eram conhecidos como "caras pretas". Imaginava-se que fossem o resultado da relação entre índios e negros de quilombos. Não são. A lenda da ferocidade resistiu até 1973, quando a Funai (Fundação Nacional do Índio) encontrou os avás que vivem na Ilha do Bananal.

Foram pegos a laço e colocados ao lado de seus maiores inimigos históricos, os javaés. "A cultura avá foi massacrada na Ilha do Bananal", diz Eliana Granado.

Os avás de Goiás tiveram melhor sorte. Os quatro adultos entregaram-se nus a um posseiro em 1983 – esses dez anos de diferença são uma barreira intransponível para a relação entre os dois grupos.

Vivem numa reserva só de avás, de 38 mil hectares – equivalente a um quarto da área da cidade de São Paulo. Caçam e recebem cestas básicas de Furnas, que está construindo a usina hidrelétrica de Serra da Mesa na região.

Em um ano, o trecho do rio Tocantins que passa na reserva vai secar por causa da hidrelétrica, e os avás, chamados de canoeiros pela destreza com a canoa, vão viver à beira de um ribeirão.

A hidrelétrica tumultuou a vida dos índios – eles não conseguem entender como o rio vai secar –, mas é outra possibilidade de sobrevivência da etnia. A represa vai alagar 10% da reserva, e Funai e Furnas buscam no mato quatro grupos de avás não-contatados. Seriam entre 20 e 30 índios.

As buscas duram dois anos, sem sucesso. "O contato é única possibilidade concreta de fazer a nação avá ressurgir", diz Eliana Granado, que hoje trabalha para Furnas.

Os antropólogos se apoiam numa aritmética perversa para acreditar na sobrevivência dos avás. Cerca de mil etnias foram extintas desde o Descobrimento, mas duas revertem o processo. Os tapirapés eram 38 nos anos 40 e hoje são cerca de 500. Os jurunas chegaram a 15 há 50 anos e somam 130.

A antropóloga aventura a hipótese de casar as crianças avás com tapirapés – ambos são tupi e falam línguas parecidas. Walter Sanches, 50, chefe do posto avá em Minaçu, é mais pessimista. "Não há o que fazer, é uma nação extinta. Sobraram seis náufragos." (MCC)

MORCEGO E RATO SÃO AS IGUARIAS

Do enviado especial

lawi, o avá adulto, e a chefe Matcha caçam paca, tatu, capivara e tapira com flechas e lanças. Mas nada se compara na escala gastronômicas avá a morcegos e ratos. São iguarias dos seis índios.

O modo de preparar os animais é idêntico. Morcegos arrancados da toca com fumaça são abatidos e colocados sobre uma pedra aquecida por um fogueira.

Assa-se com pele e vísceras. Faz-se um corte na barriga para o bicho não estourar com o calor. Arranca-se a pele com os dedos na comilança. "Morcego é melhor que vaca", diz lawi. (MCC)

ARCO-ÍRIS PROVOCA PÂNICO NOS ÍNDIOS

Do enviado especial

O arco-íris, habitualmente associado à alegria, é temido pelos avás-canoeiros. Quando aparece no céu, provoca um certo pânico entre os seis índios de Goiás.

No único mito avá que a antropóloga Eliana Granado conseguiu coletar em oito anos de pesquisa, o herói lutchgoa faz sua caçada durante a chuva, jogando raios e trovões na terra.

Para mostrar seu poder de morte, exibe-se resplandecente no céu em forma de arco-íris.

"É o único grupo étnico que conheço que teme o arco-íris", diz a antropóloga. (MCC)

ERA SÓ UMA INDIAZINHA

Janio de Freitas

Na sucessão de suicídios de índios no Mato Grosso do Sul, o caso mais recente, desta semana, foi de uma menina. Tinha nove anos, meu Deus. Enforcou-se. Nos últimos dez anos, foram 183 suicídios. Só neste ano, são já 36. A média de 18 por ano passa, até agora, para 54. Sob o mesmo desinteresse do governo, dos cientistas sociais", sob o mesmo desinteresse geral.

Por que estão aqueles índios cometendo suicídio? Não se sabe. Só há, por falta da atenção

necessária, hipóteses vagas: matam-se em reação ao roubo de suas terras, matam-se por não suportar o sentimento de confinados. São hipóteses que presumem consciências índias de adultos, não de crianças. Porque crianças são crianças em qualquer raça. Mas agora foi uma criança de nove anos que se matou.

Exceto no falatório caudaloso, o "cientistas social" levando à Presidência ainda não demonstrou interesse pelos índios. Mas Ruth Cardoso é antropóloga, é, como dizem nas universidades, "da área". Talvez se interesse pela iniciativa de mandar aos índios de Mato Grosso do Sul alguém que possa entendê-los, como os monumentais irmãos Villas Boas. E que traga as providências capazes de evitar-lhes o sentimento tão desesperado da infelicidade.

Pendido de uma árvore, o corpo da indiazinha tornou-a uma Anne Frank brasileira. Como a menina holandesa cujo diário, quando descoberto, tornou-se a mais eloquente denúncia do genocídio nazista, a indiazinha denuncia 150 milhões de "civilizados".

Preconceito

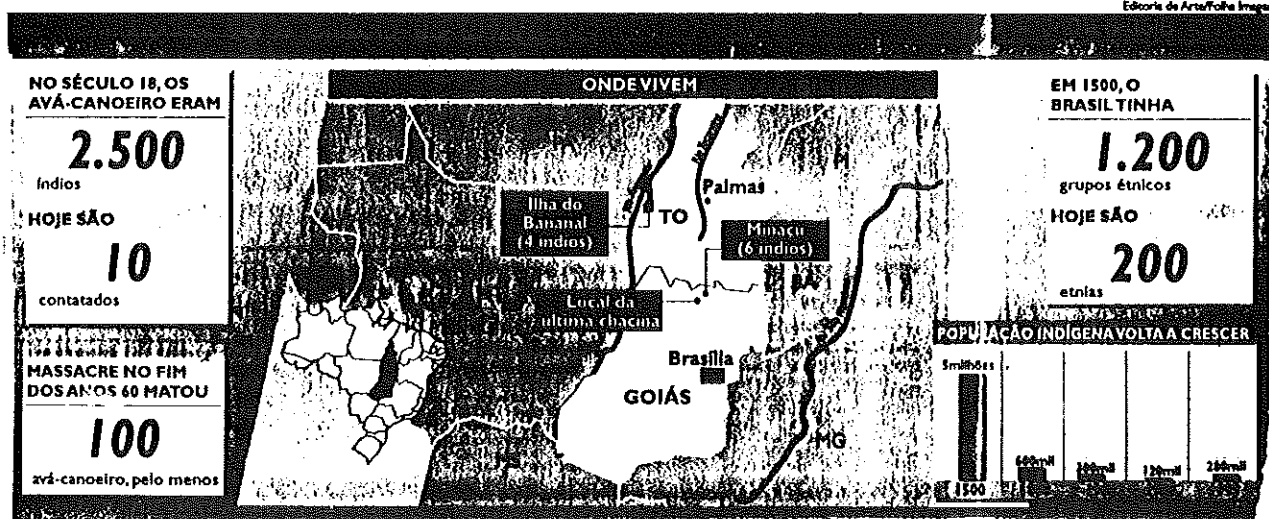
Os novos anúncios contra Aids não estão à altura do Ministro Adib Jatene, cujo ministério é o responsável final pela campanha. Não basta aos anúncios confundir galatice cafajeste e humor. Cão, também, indecentemente preconceituosos.

Dizem os autores e os responsáveis pelos anúncios que a linguagem adotada se deve a que a campanha é dirigida às classes C e D. Como defesa pretensamente técnica, o argumento é tolo: as campanhas comerciais dirigidas àquelas classes têm alcançado grande eficácia sem, no entanto, recorrer à pornografia.

Mas a explicação é coerente com os anúncios em outro aspecto: o da premissa preconceituosa de que homens e mulheres das classes C e D só compreendem a linguagem cafajeste, obscena, pornográfica.

Os autores e responsáveis pelos anúncios têm empregados. E com que linguagem essas nobres pessoas da classe. A se fazem entender por seus empregados? E como são por eles tratados? Pela explicação e pelos anúncios, pode-se imaginar.

A eficácia do humor na publicidade está mais do que comprovada. A cafajestice ainda não se mostrou eficaz em coisa alguma.



Durante o discurso da Sr^a. Marina Silva, o Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, que dispõe de 20 minutos para seu pronunciamento.

O SR. BERNARDO CABRAL (PP-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, o Legislativo, que considero o mais autêntico dentre os Poderes, é, sem dúvida alguma, a caixa de ressonância das angústias do povo brasileiro. É esse povo, Sr. Presidente, o seu mandante exclusivo.

Em função disso, ou seja, dessa premissa, quero retomar o tema Reforma Tributária abordado aqui na última sexta-feira com rara proficiência pelos Senadores que debateram e por aqueles que apartearam. Dois Senadores em particular, Sr. Presidente, registraram o seguinte: O Senador Levy Dias considerou a Reforma Tributária a matéria mais relevante do conjunto de emendas à Constituição encaminhadas pelo Governo ao Congresso. S. Ex^a diz, em sua interpretação, Sr. Presidente, que essa matéria está apenas sofrendo alterações superficiais, como as apresentadas pelo Planalto, e, conseqüentemente, o País está na iminência de jogar fora uma grande oportunidade de mudar para melhor. Logo a seguir, o Senador Geraldo Melo afirmou ter dúvidas se as reformas propostas pelo Governo estão à altura das qualidades do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Peço aos Srs. Senadores, com a humildade que não escondo e com as falhas que proclamo, que os eminentes colegas me concedam a benevolência pela síntese que sei incompleta, mas tudo farei para que não seja tão longa e, conseqüentemente, penosa para a paciência de V. Ex^{as}.

Quero, por isso, deixar claro com essas reflexões que não nos será possível ir muito longe na compreensão das idéias políticas sem a verificação de como estão relacionadas com os fatos políticos. Nesse passo não há como deixar de sinalizar que a reforma pode não terminar bem muito mais por erro de cálculo e equívocos pessoais – que geram reações do mesmo nível – do que por intolerabilidades institucionais.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, exatamente a confirmação disso. Ontem, o ex-Secretário da Receita Federal, Professor de Direito Tributário da Univer-

sidade de Brasília, fez vir a lume, sob o título "Marcianos na Reforma Tributária", publicada na **Folha de S. Paulo**, uma análise sobre a Reforma Tributária. Vou me dispensar de ler o artigo inteiro, Sr. Presidente; quero apenas trazer tópicos para a reflexão dos meus eminentes colegas. Entre esses, Sr. Presidente, registro o primeiro, referente ao que pretende o articulista sobre Reforma Tributária: "Não se trata só de ação de extraterrestres a desconexão entre o alegado na apresentação – simplificação do sistema tributário, combate à sonegação, diminuição do custo Brasil e promoção de distribuição mais justa da causa tributária – e a proposta. Trabalho de alienados. Marcianos." E continua: "O centralismo tributário da União e a destruição da autonomia fiscal dos Estados compõem um quadro autoritário, desfocado do ambiente democrático do País".

O articulista entende que estamos numa democracia, que o Presidente é um democrata – aqui entra aquela afirmação do Senador Geraldo Melo de que talvez a reforma proposta não esteja à altura das qualidades do Presidente.

Continua:

"A técnica de montagem dos cenários usados pelo Governo Federal é fascista. Elegem-se bodes expiatórios para aglutinação de forças e execração dos culpados. Alega-se que o desarranjo tributário dos Estados decorre da guerra fiscal. Urge acabarmos com esses conflitos. E, mais, O rombo dos Estados é provocado pela folha dos servidores públicos. É necessário demiti-los, atropelando o direito à estabilidade.

A armação é chocante. Conflita com os atuais tempos de liberdade. O núcleo de poder está imune aos ventos do diálogo; não tem empatia com o povo; age como todo-poderoso, mas só para mexer na lei; ação efetiva, nenhuma. Mudança de estrutura e realizações em benefício do povo, nada".

Mais adiante – e é o que me interessa abordar, Sr. Presidente –, diz o Professor e ex-Secretário da Receita Federal:

"Nesse quadro, um dos temas é a destruição da Federação. Pretende-se criar dois ICMS: Um federal e outro estadual. Ambos serão submetidos a uma única legislação que, seguindo a racionalia centralista, só poderia ser federal.

O Estado não mais poderá realizar política econômica ou social por meio de

ICMS, perdendo sua autodeterminação. Só a União poderá fazê-lo. O seu passado não recomenda e o presente condena.

Pretende-se a simetria nacional no âmbito do ICMS. Do Rio Grande do Sul ao Amapá. Se o Piauí não puder mais oferecer isenções de ICMS para atrair investimentos, quem ganhará são os Estados centrais, que têm população, mercado, transportes e infra-estrutura. E a periferia? Nordeste, Norte e Centro-Oeste vão continuar como estão. Subdesenvolvidos."

O futuro ICMS vai provocar um novo processo de investimentos em São Paulo. A fábrica da Volkswagen a ser instalada em São Carlos é o primeiro passo."

Sr. Presidente, quero servir-me desse exemplo, porque isso atinge em chelo a Zona Franca de Manaus. Já que se refere à provável instalação da Volkswagen em São Paulo, o que ocorrerá na minha terra?

Afirma-se que talvez fosse possível a fabricação de cinescópios na Zona Franca de Manaus. Ora, Sr. Presidente, o cinescópio é o componente mais importante de um televisor, representando 35% do valor dos componentes e 75% do peso de um aparelho de TV. Assim, garantir a instalação de uma fábrica de cinescópios em Manaus é o mais importante passo a ser dado para fortalecer a Zona Franca de Manaus, eis que permitirá a consolidação e a permanência de seu parque industrial.

No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de tomar conhecimento de uma entrevista publicada em um dos jornais de Manaus, entrevista essa dada pelo festejado economista Dr. Ronaldo Bomfim, que engrossa esse tipo de avaliação feita para a instalação de projetos que acabam sendo carregados para aqueles que têm mais população, mais mercado, mais transporte, mais infra-estrutura.

A pergunta que faz o repórter ao Dr. Ronaldo Bomfim é a seguinte:

"Existem outros interesses nessa guerra contra a fabricação local de cinescópios?"

Resposta:

"Há dois dias, os Jornais **Folha de S. Paulo**, **Jornal do Brasil** e **Globo** noticiaram a formação de um consórcio de empresas locais (PHILCO, CCE e SEMP TOSHIBA) para a construção de uma nova fábrica de cinescópios no País. O Projeto já chegou até a ser apresentado ao Governador do Rio

de Janeiro, um dos cinco Estados onde cogitam implantar a fábrica (os outros são Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Ceará).

Atualmente, a Philips detém no Brasil o monopólio da fabricação de tubos de imagem para televisão. Além da notória inconveniência dos monopólios, a produção atual está muito abaixo das necessidades da indústria, forçando a importação maciça desse componente de elevado custo, com grande dispêndio de divisas. O curioso é que esse consórcio é formado por empresas que fabricam televisores na Zona Franca de Manaus, logicamente, o local ideal para colocar sua fábrica de cinescópios. A decisão de instalar a fábrica longe da Zona Franca de Manaus leva à conclusão de que tencionam transferir suas linhas de montagem de Manaus para outros Estados.

Essas montadoras capitalizaram-se confortavelmente com os incentivos da Zona Franca de Manaus, e os seus lucros privilegiados amortizaram rapidamente os investimentos realizados, nada existindo que os impeça de deixar Manaus."

Veja, portanto, Sr. Presidente, como está a casar o raciocínio de que, a criação de dois ICMS, um federal e outro estadual, é, sem dúvida nenhuma, a destruição da Federação.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Com muita honra, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Preferi dar-lhe o aparte, Senador Bernardo Cabral, precisamente no momento em que V. Ex^a, saindo da apreciação de um problema concreto e do interesse do seu Estado, extrai a conclusão relativa ao interesse geral da Federação. É o que está faltando nas reformas propostas. Os problemas não são considerados na sua sistematização, mas como se pudessem ser seccionados e, pior, como se pudessem elementos isolados bastar para a explicação de uma reforma. No princípio de seu pronunciamento, V. Ex^a aludiu à reforma administrativa e tocou no problema relativo aos servidores. Quem leu o noticiário geral e a reação do Governo tem a impressão de que a desgraça dos Estados provém da situação dos servidores públicos. Ora, ninguém é a favor de irregularidades! Onde houver o excesso, que este seja coibido, mas não é possível transformar os servidores nos res-

ponsáveis por administrações desastrosas, nem é possível fazer uma reforma administrativa e tributária à base apenas dos motivos circunstanciais. Não se cuidou, na reforma administrativa, como não se cuida na reforma tributária, dos aspectos gerais dos problemas que digam respeito à Federação. Não se faz a análise profunda das dificuldades por que passam os Estados – e ainda, na semana passada, dizia isso em um aparte, nesta Casa – sem cuidar dos problemas gerais, sem verificar quais as razões efetivamente determinantes da desorganização financeira nos Estados e Municípios. O que se quer apenas é impor um ponto de vista político. Quero cumprimentá-lo, porque também devei, em tempo próprio, cuidar desse assunto, antes que chegue aqui em termos incontornáveis, como nas quatro primeiras emendas.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Ex^a assinala muito bem, Senador Josaphat Marinho, até porque a sua qualidade de professor de Direito Constitucional lhe dá essa autoridade, a genética pertinente à estrutura federativa do Brasil.

E o faz muito bem quando assinala que é interessante que haja um debate antecipado para evitar que, depois, seja mais difícil contornar os seus equívocos e combater as imperfeições. De resto, fico um pouco perplexo, porque esta Casa, sobretudo, poderia dar uma grande contribuição na hora em que se discute as reformas administrativa e tributária.

A princípio, afirmava-se que a Constituição, pelo seu texto constitucional, inviabilizava o Governo Federal de promover o desenvolvimento da Nação porque havia perdido a receita tributária. A minha tese é que, com a Constituição, a União perdeu força política mas a receita tributária não, porque, se os cofres dos Estados estivessem tão cheios assim, não estariam na falência, do Sul ao Norte, proclamada pelos respectivos Governadores.

Na reforma administrativa, diz-se que o problema é demitir o funcionário estável, por esta ou aquela razão, esquecido de que o mecanismo constitucional dá essa competência.

O que irá acontecer, Senador Josaphat Marinho – e concordo com V. Ex^a porque, ontem, li o seu magnífico trabalho, denso e irretocável, sobre a reforma administrativa, no **Correio Braziliense** – é que, se dermos essa condição ao Governo, qualquer que seja ele – federal, estadual ou municipal –, de demitir, logo após serão readmitidos e o incomodo continuará.

O Sr. Josaphat Marinho – Note V. Ex^a que, se porventura o Governo Federal perdeu força, não foi

por culpa da Federação nem da Constituição. Esta lhe dá todos os poderes para exercer uma grande influência sobre o conjunto das atividades nacionais. Bastaria que o Governo cuidasse do planejamento nacional, do planejamento regional e do planejamento setorial. Ali estaria ele influenciando na solução geral dos problemas do País, coordenando-se com os Estados e Municípios e não pretendendo impor-lhes soluções inadequadas. Como não planeja, não tem influência; como não tem influência, queixa-se de excessos administrativos nos Estados e Municípios para tentar soluções de interesse nacional. Assim não é possível!

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, já ao final do meu pronunciamento, posso registrar com felicidade que em uma segunda-feira, dia não muito propício para que o orador venha à tribuna, posso eu contar com a interferência do eminente Senador Josaphat Marinho. Em sendo assim, as lacunas acabam de ser preenchidas, a palidez do discurso se completa com o brilho da sua intervenção.

S. Ex^a lembra bem o problema da Federação. Não obstante a nossa opção federativa, em verdade sempre fomos, política e pragmaticamente, um Estado unitário. A supremacia da União – e isto qualquer aluno de Direito Constitucional conhece bem – sempre esteve presente na mente do primeiro e do próprio redator da nossa Constituição republicana. Para que a memória não me falhasse, registro ser imperioso buscar uma equação de poder que refreie a proverbial inclinação do nosso Executivo ao desempenho autocrático e que implique a participação de toda a Nação, através de seus representantes, na condução da coisa pública. A situação emergente não mais permite o fanatismo sectário, ou as provocações estéreis, ou a prepotência arbitrária. O instante é o da participação, da crítica construtiva, da contribuição, não só em criatividade, mas também em solidariedade, para evitar que o País mergulhe no poço da apatia ou do desânimo.

Eminentes Senadores, temo que possam transformar a esperança que todo o povo brasileiro está a registrar em frágil trânsito para o desencanto. Essa foi a principal razão de voltar à tribuna para dar seqüência à análise feita na última sexta-feira.

O Sr. Josaphat Marinho – Permita-me V. Ex^a um novo aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço o aparte do nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Veja V. Ex^a com que propriedade ocupa a tribuna, tratando desses problemas! Sexta-feira, nós, ambos, cuidamos aqui

dos problemas das universidades. Hoje, um jornal noticia que, se não houver uma solução adequada, no dia 25, as universidades federais do País entrarão em greve. Por quê? Por falta dos recursos elementares para o seu funcionamento. Não acredito – quero manifestar esta expectativa – que o Ministro Paulo Renato permita essa calamidade; mas vamos aguardar os acontecimentos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Também eu, eminente Senador Josaphat Marinho, não creio que isso possa ocorrer – e V. Ex^a lembra bem que na última sexta-feira ambos tocamos no assunto -, porque, se isso acontecer, vamos ter o caos nas nossas universidades.

Lembro aquilo que eu dizia a V. Ex^a na sexta-feira: em 1968, a crise da universidade gerou uma crise política, o que de resto não é nenhuma novidade, porque já Santiago Dantas dizia que a crise brasileira passava pela nossa universidade e pela sociedade.

A Sr^a Marina Silva – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senadora.

A Sr^a Marina Silva – Essa questão que V. Ex^a está abordando agora, que se refere às nossas universidades, também colocada pelo Senador Josaphat Marinho, parece evidenciar uma contradição muito forte do nosso País e, para não ser genérica e impessoal, eu diria do nosso Governo. Estamos discutindo a todo o momento a questão da modernização do País, que o País precisa modernizar-se, relacionar-se com o mundo e estar conectado com os grandes avanços, o que é perfeitamente normal e natural. E isso se traduz em ações até muito concretas, do ponto de vista das reformas, e que, não entrando no seu mérito, o Governo está fazendo passar nesta Casa. Mas, contraditoriamente, temos as universidades sendo completamente sucateadas. É possível modernizar o País, é possível fazer com que ele entre na dita "Revolução Tecnológica" com as universidades completamente paralisadas, com os melhores centros de pesquisa deste País ameaçando paralisar, sem condições de pagar sequer água e luz, como é o caso da UnB? O Senador Josaphat Marinho levantou uma questão importante, mas devemos nos antecipar. Já pagamos demais para ver. Pagamos e vimos. Neste momento, os Senadores, os que têm alguma relação com a universidade, com os centros de pesquisa, devem buscar junto ao Governo uma resposta para esse problema. Não dá para agirmos somente quando já estiver acontecendo a greve, porque, de tanto pagar para

ver e ver, não precisamos mais fazer o teste de São Tomé com o Governo. Temos que nos antecipar no sentido de colaborar com os reitores, que estão em uma briga desesperada para tentar angariar recursos, e realmente fazer o Governo assumir na prática o que está dizendo no discurso, ou seja, que quer modernizar o País. Para modernizar o País, entendo que se passa necessariamente pela questão do ensino de boa qualidade, da pesquisa e da devolução dessa pesquisa para o conjunto da sociedade. Muito obrigada.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Ex^a tem razão, Senadora, já pagamos demais. Paguei, pelo Ato Institucional nº 5, com a cassação do meu mandato de Deputado Federal, com a suspensão dos meus direitos políticos por 10 anos e também com a perda da minha cadeira de professor da Faculdade de Direito do Distrito Federal. A minha cota, pois, paguei-a bem. Não creio que quem tenha sofrido, como o Presidente Fernando Henrique Cardoso, vá permitir a reabertura daquele passado, que não está tão distante assim. Sempre entendi que o passado é o ponto de partida para o futuro. Temos que fazer desse ponto de partida para o futuro o impedimento de retorno a tudo aquilo que foram noites sombrias, que tismaram, sobretudo, a democracia deste País.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que está na hora de fazermos a Federação funcionar. E, pela primeira vez, com este texto constitucional, a Federação realmente dá exemplo de que existe.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Quero, neste instante, dizer ao Senador Bernardo Cabral que lamento não poder, como Presidente da Casa, fazer apartes ao seu importante pronunciamento.

Anotei os itens importantes que V. Ex^a abordou com relação à economia da região periférica, em especial a nossa Região Amazônica: o problema dos servidores públicos deste País, que é alvo de todas as críticas, e também o problema das nossas universidades federais que estão indo à falência. Prometo que, amanhã, ocuparei a tribuna como Senador para abordar esses assuntos, o que V. Ex^a fez muito bem fez na sessão de hoje nesta Casa.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não poderia deixar passar, como dizem os latinistas, *in albis*, essa manifestação de V. Ex^a. O Regimento impede V. Ex^a de apartear na Presidência, mas o coração registrou a lealdade e a nossa identidade de pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Continua a lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador de Joel de Hollanda, que dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, feliz o povo que pode esquecer por instantes as aflições do dia-a-dia, fazer uma pausa em meio às muitas guerras que guerreia, parar tudo, olhar para dentro de si mesmo e prestar homenagem à Poesia.

Feliz o povo que encontra tempo e inspiração para louvar os seus poetas!

Feliz o povo que não esquece os seus poetas!

Feliz o povo que louva os poetas que tem!

Felizes somos nós que podemos hoje abrir uma pausa em meio ao tumulto e à urgência dos fatos e celebrar o centenário de nascimento do poeta pernambucano Ascenso Carneiro Gonçalves Ferreira, ou simplesmente, Ascenso Ferreira, o mais oral dos modernistas nordestinos, o mais popular dos poetas eruditos do Nordeste e, quem sabe, o mais erudito dos nossos poetas populares.

Um poeta nordestino, um poeta brasileiro que soube cantar o seu povo, por isso mesmo, um poeta universal.

Um poeta que ainda no começo deste século retomava a tradição oral da poesia ocidental, uma poesia mais para ser dita do que para ser apenas lida, como o foi nos primórdios a poesia de Homero.

Uma poesia que demonstra a artificialidade e a fragilidade de antinomias que, ainda hoje, insistem em separar o popular do erudito, o branco do negro, o particular e do universal.

Um poeta epicurista, que fez o elogio da preguiça (pernas pro ar, que ninguém é de ferro!) e viveu intensamente o seu tempo, louvando a vida, mas temendo a Deus, pintando em pinceladas de som e de cores a fisionomia interior do povo mestiço do Brasil.

Ascenso nos deixou uma poesia tão sonora, tão musical que foi das primeiras a ser divulgada em disco. Um recurso moderno que guardou para a posteridade o vozeirão grave do poeta, quase cantando, quase rezando, a nos dizer que os engenhos de sua terra,

só os nomes fazem sonhar!
Esperança! Estrela d'Alva!
Flor do Bosque! Bom Mirar!

Ainda nos idos dos anos vinte, quando o Brasil ainda se indagava, com Mário de Andrade, Gilberto

Freyre e outros jovens talentos nacionais, sobre a sua verdadeira face, indeciso ainda quanto à sua verdadeira identidade, o pernambucano Ascenso Ferreira identificava a síntese da alma brasileira, contemporizadora de contrários apenas aparentes, cantando essa

... gente que tão
negramente...
caboclamemente...
portuguesamente...
vivial

Ascenso resumia a identidade nacional, em meio à enorme riqueza da diversidade cultural de um povo em formação, um processo de transculturação de um povo em busca de si mesmo, mas ainda fascinado pelo inegável apelo do colonizador que há pouco repelira. A poesia de Ascenso Ferreira tem o cheiro desse povo. Um povo enfeitado pelas

...eternas naus do sonho,

que riscavam o azul dos seus horizontes, guardando em seu bojo todas as quimeras, e todos os devaneios que pareciam abarrotar os porões daquelas

...naus que ao longe passavam
de "Oropa, França e Bahia"!

Ainda hoje é válido esse retrato de um Brasil mulato e mestiço, se olhando louro e escandinavo no espelho de sua televisão, ainda se perguntando sobre a sua verdadeira identidade, e com os olhos ávidos nas naus de sonho que agora nos chegam de Miami e Nova Iorque, como antes nos vinham do Reino, ou da Corte, de Londres ou de Paris.

Paris que dá modas
costumes e gostos
pinturas pros rostos,
carvão e carmim!

São versos tão limpos e tão sonoros que alguns até pensaram que eram versos folclóricos ao ouvir, por exemplo, o Trem das Alagoas repetir na melodia dos seus trilhos:

Vou danado pra Catende,
vou danado pra Catende,
vou danado pra Catende
com vontade de chegar!

Se ser poeta é traçar, mesmo em vida, indícios de eternidade, a poesia de Ascenso o mantém vivo, como o seu

Mestre Carlos, rei dos mestres, (que)
aprendeu sem se ensinar!

A poesia de Ascenso Ferreira é tão nordestina que alguns até pensaram que eram versos de cordel.

Mas essa poesia é também uma poesia urbana, sofisticada e exigente, uma poesia universal capaz de cantar os outros povos da América, por trás da aparente ingenuidade dos seus temas. Como no seu pouco divulgado Cuba Libre:

Ayer eras una mezcla de ron y Coca-Cola

...después, vinieron los barbudos de Sierra Maestra,

...entonces el ron ha tomado el espíritu de la verdad.

Ou naquele outro verso, tão atual, em que o poeta, atento ao mundo que o rodeia, denuncia a ganância dos eternos especuladores:

Caetano Rebouças & Cia.

ganhou bem mil contos na tal de inflação!

Uma poesia urbana de raízes rurais, exatamente como o País que retratava, e que vivia uma outra face de sua busca de identidade, premido entre os apelos da modernização que nos chegavam junto com as notícias da Guerra e o risco de perda de seus tesouros do passado. Ascenso mostrava que

as panzer-divisões de Prédios-Cimento-Armado

estão tomando de assalto nossa Recife colonial.

abatendo por terra todas as tradições
E descrevia a

A tragédia iminente

dos velhos templos monumentais
espetacularmente cercados por elas,
no meio das praças públicas
como ilustres prisioneiros de guerra
expostos à curiosidade das multidões.

O mesmo processo que, no campo, substituíra os velhos engenhos de açúcar pelas modernas usinas, o que levava o poeta a perguntar:

- Pedro Velho, Cadê teu engenho?

- A usina passou no papo!

E destruiu as velhas casas de senhor de engenho, que ele nunca foi, e desfez o seu amplo terraço prestigiado por quatro séculos de assombrações!

Uma vez mais, o registro do grande desafio do desenvolvimento de um País que talvez não precisasse perder tanta poesia para poder crescer. Talvez nem fosse preciso

...meter a picareta nas pedras lendárias

destruir os quartos mal-assombrados,
enxotar os fantasmas de saias de seda
e capas de ermitões...

Ascenso foi também um poeta moderno que deixou o registro de um outro desafio imenso, a conciliação nem sempre possível entre sentimento e razão.

O poeta gostaria de se submeter por inteiro ao primado do sentimento para fazer poesia a partir dos limites que em si mesmo pressentia, ao se colocar nas margens pouco nítidas, justamente ali,

onde a minha sensibilidade começa
e a minha razão acaba.

Mas a vida é feita de sentimento e razão, e a poesia se comprime entre os limites dessas margens, obrigando o poeta a confessar que

tudo fiz para escrever o teu poema
somente com o coração, porém não posso.

A culpa vem do fundo dos séculos,
dos meus troncos ancestrais.

O Sr. Josaphat Marinho - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Concedo o aparte a V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho - Nobre Senador Joel de Hollanda, quero felicitá-lo pela homenagem que presta ao poeta. Num País em que os grandes, os poderosos, os detentores de poder são lembrados, V. Ex^a eleva o seu pensamento para homenagear quem soube lembrar o povo, quem soube aliar a idéia do comum com a idéia da cultura e, assim, concorrer para o desenvolvimento intelectual do País, que reside exatamente na conciliação do pensamento da elite com o sentimento popular. Também na Bahia, houve alguns desses poetas, como, inclusive, o velho Lulu Parola, que, durante anos seguidos, escrevia diariamente uma coluna, em verso, cantando e rindo, onde examinava os sentimentos, os problemas, as festas, tudo que era relativo ao povo. E assim se consagrou. E assim também se consagrou Ascenso Ferreira.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Agradeço ao nobre Senador Josaphat Marinho a gentileza do aparte e o incorporo com muita alegria ao meu modesto pronunciamento.

V. Ex^a conseguiu, com muita sensibilidade, mostrar como é importante que esta Casa faça uma

pausa nos debates políticos, econômicos, financeiros e reserve um espaço para homenagear figuras humanas extraordinárias, como são os poetas da Bahia e também o grande poeta pernambucano, Ascenso Ferreira, cujo centenário se completa este ano.

O poeta também teve as suas incursões pela administração pública, conduzido que foi - não sei se V. Ex^a sabe - por Juscelino Kubitschek, que gostava muito de ouvir Ascenso Ferreira recitar os seus poemas. E numa das vezes que passou por Pernambuco, disse: "Ascenso, quando eu for Presidente da República, vou lembrar-me de você. Você não vai ficar esquecido". E aconteceu realmente. Juscelino Kubitschek conseguiu eleger-se Presidente da República e se lembrou do compromisso que tinha assumido com o poeta. Perguntou aos políticos de Pernambuco: "Onde tem vaga, em Pernambuco, que eu pudesse designar para Ascenso Ferreira?". Eles responderam: "Tem o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Gilberto Freire andou brigando com o Ministério da Educação, e o cargo está vago". Juscelino nomeou Ascenso Ferreira para Presidente do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. No dia seguinte, começaram as atividades de Ascenso Ferreira, as atividades burocráticas, mas também as solicitações de nomeação de fulano, pedido de carro oficial para beltrano, uma função gratificada para sicrano, etc. Tudo isso foi atormentando a cabeça do poeta. Ao final da tarde, Ascenso Ferreira passou um telegrama para Juscelino Kubitschek dizendo: "Presidente Juscelino, pedi a V. Ex^a um emprego. V. Ex^a deu-me uma êncrenca. Fique com ela que eu vou fazer minha poesia."

Esse é o Ascenso que hoje estamos homenageando. Tive o privilégio de conhecê-lo ainda menino e guardo a lembrança de um homem que amava o Nordeste, que amava Pernambuco e que exaltou, como nenhum outro poeta, o sentimento do povo humilde, o povo simples da minha terra.

Por isso, Sr. Presidente, aproveitei um pouco esta tarde para neste parêntese fazer uma homenagem ao grande poeta cuja voz está imortalizada nos discos que ainda hoje podem ser encontrados lá no Recife. Sua obra atualmente é estudada em várias universidades estrangeiras pelo que ela representou para a nossa poesia, para a cultura nacional.

V. Ex^a me permite um aparte nobre Senador.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Pois não nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Senador Joel de Hollanda, é mais do que oportuno o que V. Ex^a faz. Os poetas sonham porque acabam transformando em

realidade os seus sonhos. Veja que V. Ex^a presta uma homenagem a Ascenso Ferreira que toda a nossa geração conheceu e aprendeu admirar. Ele era um dos poucos que dizia que nada tinha a perder porque ninguém o atingia com as suas ofensas; satírico como era, aliás, o termo seria impiedoso crítico. E a palavra de V. Ex^a vem mostrar que em verdade a poesia é um oásis na aridez do plenário desta tarde. E é tão oportuno o que V. Ex^a diz que me lembra certa poeta que dizia que amar a poesia era ser perseguido pela prosa. V. Ex^a está a demonstrar isso: ama a poesia e transforma a prosa do seu discurso também numa obra poética. Meus cumprimentos, Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Agradeço com muita alegria o aparte do companheiro, Senador Bernardo Cabral. Na verdade, considero a poesia uma forma extremamente importante de expressão do ser humano e admiro os homens que conseguem, através da poesia, dizer coisas simples mas profundas, como fazia com propriedade Ascenso Ferreira.

É por isso que todos nós, sobretudo os que são de sua terra, temos um respeito todo especial pela figura extraordinária de Ascenso Ferreira pelo muito que ele contribuiu para a poesia pernambucana, nordestina e brasileira.

Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

A Sr^a Marina Silva - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Concedo, com muita alegria, o aparte à nobre Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva - Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, Senador Joel de Hollanda, e pela forma como V. Ex^a está tratando aqui no plenário um tema que muitas vezes pode parecer inadequado a este salão azul, que do cândido passa aos áridos problemas do País. Nós, que abordamos a política, pensamos que ela só pode ser tratada com a carranca dos problemas. V. Ex^a, falando de uma maneira bastante leve, trata muito adequadamente, ao seu estilo, da poesia e da homenagem a um poeta de sua admiração e da sua região: Ascenso Ferreira. Gostaria de dizer que os poetas têm o dom da impunidade, porque navegam entre o divino e o profano; fazem a ponte entre o salão do Congresso e a senzala; passam da Avenida São João para os igarapés do Estado do Acre e do Amazonas. Penso que é também por meio da poesia ou de uma forma aparentemente sonhadora, que brota do fundo do coração, que tratamos também os problemas políticos. E, na política, não podemos perder algo que é fun-

damental: a dimensão humana. Ninguém mais do que os poetas sabe penetrar essa dimensão, que não podemos perder de vista. Sempre digo que o político não precisa ter cara, jeito e resposta de político. Às vezes, queremos ter resposta para tudo; mas, no seu pronunciamento, sem abordar nenhum tema específico, V. Ex^a talvez esteja abordando todos os temas, que é exatamente a dimensão da pessoa humana.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Agradeço a V. Ex^a, nobre Senadora Marina Silva, o aparte com que me distinguiu.

Concordo plenamente em que esta Casa, de vez em quando, estabeleça um intervalo para também homenagear aqueles que, com a poesia, as palavras, dizem verdades tão belas e profundas.

Em Ascenso Ferreira podemos ressaltar a sonoridade e a leveza de seus versos que, muitas vezes, eram até confundidos com o próprio folclore, que V. Ex^a tão bem conhece.

Ascenso, em palavras suaves, meigas dizia muito da crise social dos nordestinos e pernambucanos, do homem que trabalhava no eito da cana, das crianças que, desde cedo, eram transformadas em trabalhadores, e muitas vezes eram do tamanho do facão que usavam para cortar cana nos canaviais de Pernambuco.

Por isso, agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo, com muita alegria, ao meu pronunciamento.

Estou terminando meu discurso, Sr. Presidente.

Ascenso era um tronco ancestral que funda suas raízes na cultura do ocidente, na trova medieval, no bardo que semeia a poesia de porta em porta, um tronco fundamentalmente encravado no exclusivo território da poesia, que é o território da Vida. Um território de sonho que também se deixava invadir de racionalidade e, mais uma vez epicurista, bramia que

a vida pertence aos vivos

e nasce do Amor!

Ascenso Ferreira, poeta brasileiro do Nordeste, homem pobre e honesto, perdulário e *bon-vivant*, do alto dos seus quase dois metros de altura, soube cantar como ninguém

a fatura espetaculosa dos coronéis,
em um Nordeste inexplicavelmente pobre porque, como ele dizia,

...o homem da minha terra, pra viver,
basta pescar.

E se estiver enfiado de peixe,
arma o mondê

e vai dormir e sonhar,
que pela manhã
tem paca louça,
tatu verdadeiro
ou jurupará.
Um país de lutares, porque
os guerreiros de minha terra já nascem
feitos
brigar é do seu destino!
Feliz o povo que festeja os seus poetas!

Felizes os que, como nós, podemos parar para louvar a poesia e saudar
os bêbados de amor (que vêm) aos tombos

pela arena do bumba-meu-boi da vida.

Felizes os que podemos celebrar nesta data o centenário do cidadão brasileiro, de Palmares, Pernambuco, Ascenso Ferreira, um poeta do seu povo, uma testemunha do seu tempo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - A Mesa Diretora do Senado Federal, em especial esta Presidência, também presta sua homenagem ao centenário do poeta pernambucano, nordestino e brasileiro Ascenso Ferreira. Homem das letras que cantou em prosas e versos Pernambuco, o Nordeste, para todos nós brasileiros.

Nesta oportunidade, como Presidente em exercício desta Casa, transmito a todo povo pernambucano as nossa efusivas saudações pela homenagem que Pernambuco presta ao centenário deste grande poeta que é orgulho de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.322, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos constitucionais do art. 50, § 2º, e na forma regimental do art. 216, requero sejam solicitadas ao Senhor Ministro Nelson Jobim, a respeito do tráfico, comercialização ou doação de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano, as seguintes informações:

1. Existe procedimento apuratório (inquérito) concluído ou em andamento nesse Ministério ou órgãos afins?

2. Se existir, quais são e em que fase se encontram?

Justificação

No Congresso Nacional tramitam vários Projetos que tratam de doação de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano. As notícias veiculadas na imprensa sobre procedimentos ilegais envolvendo transplante e doação de órgãos, têm causado uma certa inquietação na população, muitas vezes pela desinformação a respeito do assunto. Entendemos ser normal a ansiedade popular, pois a matéria é por demais complexa e atinge tanto o necessitado – aquele que está aguardando um transplante para vencer a doença e conquistar a vida –, como o doador – o cidadão que num gesto humanitário e de amor ao próximo coloca-se à disposição para salvar um irmão que sequer conhece.

É importante que tenhamos informações oficiais a respeito do mau uso desse procedimento, do uso criminoso, muitas vezes envolvendo até outros países, de forma que possamos discutir a matéria deixando a sociedade tranqüila e esperançosa por uma legislação justa e eficiente.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 1995. – Senador **Lúcio Alcântara**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/56, de 1995 (nº 2.734/95, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado da Paraíba, para que possa elevar os limites previstos no art. 4º da mencionada Resolução, de forma a poder contratar operação de crédito junto ao Banco BMC S.A., no valor de quarenta e seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos, para os fins que especifica.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB/Nº 482/95

Brasília, 9 de outubro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar o Senador Ramez Tebet, como membro Titular, em substituição ao Senador Pedro Simon, na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 1.143, de 29 de setembro de 1995, que "dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências," ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Ramez Tebet

Senador Flaviano Melo

Suplentes

Senador Casildo Maldaner

Senador Ney Suassuna

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração

Senador **Nabor Júnior**,

Vice-Líder do PMDB.

Bloco Parlamentar PSB/PMN

OF/A/PSB/009/95

Brasília, 2 de outubro de 1995.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a indicação do Deputado Nilson Gibson, na condição de titular, e do Deputado João Colaço, como suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer a Medida Provisória nº 1.120, de 22 de setembro de 1995, do Poder Executivo, que "altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências, em substituição aos Deputados Fernando Lyra e José Carlos Sabóia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente,

Deputado **Fernando Lyra**, Líder do PSB.

Liderança do Partido Progressista Brasileiro – PPB.

Gabinete do Líder

OF.LID/PPB/Nº 814/95

Brasília, 2 de outubro de 1995.

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar, em substituição aos já indi-

cados, como representantes do Partido Progressista Brasileiro junto à Comissão Mista destinada a proferir Parecer sobre a Medida Provisória a seguir relacionada, os seguintes Deputados:

1) Medida Provisória nº 1.133/95

Títular: Deputado Pedro Valadares

Suplente: Deputado Flávio Derzi.

Sirvo-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Serão feitas as substituições solicitadas.

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h e 12min.)

ATA DA 163ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1995

(Publicada no *Diário do Senado Federal*,
em 6 de outubro de 1995)

RETIFICAÇÃO

Na página 358, 1ª coluna, nos Aviso de Ministro de Estado,

Onde se lê:

Nº 885/95, de 28 de setembro último, do Ministro da Fazenda,...

Leia-se:

Nº 855/95, de 28 de setembro último, do Ministro da Fazenda,...

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em 3 de outubro de 1995, às 10:23 horas.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia três de outubro de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência do Senador GILBERTO MIRANDA e com a presença dos Senadores Francelino Pereira, Jefferson Peres, Freitas Neto, Carlos Bezerra, Ney Suassuna, Fernando Bezerra, Elcio Alvares, João Rocha, Carlos Patrocínio, Bello Parga,

Hugo Napoleão, Marluce Pinto, Esperidião Amin, Lauro Campos, Júnia Marise, Osmar Dias, Eduardo Suplicy, Vilson Kleinübing, Lúdio Coelho, Geraldo Melo, Valmir Campelo, José Fogaça, Casildo Maldaner, Jonas Pinheiro, João França, Pedro Piva, Joel de Hollanda, Josaphat Marinho, Sebastião Rocha, José Roberto Arruda, Arlindo Porto, Antonio Carlos Magalhães, Beni Veras e Teotônio Vilela Filho. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Ramez Tebet e Leomar Quintanilha. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, comunica que a reunião destina-se à exposição dos senhores **Pedro Malan, Ministro da Fazenda e José Serra, Ministro do Planejamento, sobre "o Endividamento dos Estados, Municípios e Distrito Federal"**. Em seguida, sua Excelência confere a palavra ao senhor **Ministro PEDRO MALAN** para que faça sua explanação. Fala a seguir, o senhor **Ministro JOSÉ SERRA**. Em seguida, têm início os debates. Participam os Senadores Esperidião Amin, Francelino Pereira, Jefferson Peres, Ney Suassuna, Carlos Patrocínio, Marluce Pinto, Hugo Napoleão, Eduardo Suplicy, Vilson Kleinübing, Lúdio Coelho, Geraldo Melo, Carlos Bezerra, Beni Veras e Joel de Hollanda. Não havendo mais quem queira discutir, o senhor Presidente agradece a presença dos senhores **MINISTROS PEDRO MALAN E JOSÉ SERRA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.

Senador **GILBERTO MIRANDA**, Presidente - CAE.

Reunião 2-10-95 - 10h30min

Presidente: Senador *Gilberto Miranda*.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Ouviremos o Sr. Ministro Pedro Malan que terá o tempo que for necessário para a sua exposição.

Concedo a palavra ao nobre Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN - Sr. Presidente, é uma satisfação estar aqui de volta, três dias úteis após a minha última aparição nesta Casa, assim como será uma satisfação estar aqui amanhã e depois de amanhã, porque faz parte do nosso trabalho essa interação com o Congresso Nacional, que representa o aspecto insubstituível da vida democrática e do diálogo que devemos ter - Poder Executivo e Poder Le-

gislativo -, em particular, na quadra que nos encontramos da aposta firme na estabilização da economia brasileira.

O Ministro José Serra e eu estamos tendo mais uma excelente oportunidade para que possamos demonstrar, de viva voz e na prática, a unidade do Governo Fernando Henrique Cardoso no sentido compartilhado de direção e de propósitos que norteiam as atividades da área econômica do Governo, em particular, no tema em discussão.

O tema é vasto e o tempo é curto, mas vou me permitir, após uma breve observação de natureza geral, entrar em detalhes sobre os aspectos que a meu ver configuram ou deveriam configurar qualquer discussão sobre endividamento dos Estados. Tudo o que vou dizer parte de uma premissa, que foi anunciada com clareza pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na reunião que tivemos, na segunda-feira da semana passada, com 27 Governadores de Estado, na qual tratamos do tema de endividamento dos Estados.

Nessa reunião, o Presidente da República disse - e Sua Excelência expressava a visão do Governo como um todo, de todo o seu Ministério - que não existe solução para a estabilização e a questão do endividamento dos Estados que não passe pela cooperação e participação do Governo Federal. Da mesma maneira não existe possibilidade de equacionamento de problemas do Governo Federal que se faça às expensas do equacionamento e endividamento dos Estados.

Estamos todos no mesmo barco e é fundamental entender que é necessária uma função cooperativa entre Governo Federal e Estados, mas uma solução cooperativa que preserve a aposta firme que estamos fazendo na estabilização definitiva da economia brasileira.

Os desafios são expressivos, são extremamente significantes, não é um problema fácil, é complexo, porque tratamos simultaneamente de dívida - e quero fazer comentários sobre a dívida contratual, aquela que foi objeto de negociação em 1993 e que resultou na Lei nº 8.727; sobre a dívida mobiliária; quero fazer comentários sobre o relacionamento e finanças, estaduais e alguns bancos, na medida em que bancos são credores de empresas de Estado; quero fazer comentários sobre a enorme expansão de operação de antecipação de receita orçamentária, que vem marcando o período recente e as razões subjacentes a essa expansão; e quero fazer comentários sobre a situação financeira dos Estados e seu relacionamento com o Governo Federal, notan-

do que cada caso é um caso. Não há uma generalização que se possa fazer, no sentido de se identificar um problema que seja exatamente o mesmo e compartilhado na mesma magnitude e dimensão por todos os Estados.

Antes porém de entrar nessa discussão mais específica, fiz uma divisão de trabalho como o Ministro José Serra, vamos ter duas apresentações, e eu gostaria de chamar a atenção para um ponto fundamental que devemos ter em conta em qualquer discussão dessa natureza. Vou me valer aqui de uma analogia do nosso amigo comum Edmar Bacha que costumava dizer que o País casou-se com a inflação por um período prolongado de tempo. No sentido de que a inflação, de um maneira perversa, em particular, na área de finanças públicas, permitia, como quem empurra o problema para baixo do tapete, que houvesse uma aparência de sua solução. E a razão é simples e procuramos tratar dela desde 1993.

O primeiro documento lançado na gestão do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em 14 de junho de 1993, o Programa de Ação Imediata, foi totalmente centrado nesta questão: finanças públicas e que identificou seis áreas. Foi um documento que contou com a ativa e fundamental participação do, então, Deputado José Serra.

Esse documento chamou a atenção para seis grandes áreas sem as quais não conseguiríamos criar um mínimo de condições para lançar as bases da estabilização. Mostramos ali a necessidade de controle dos gastos públicos nas três esferas de Governo e de alteração na sua composição para privilegiar a área social; mostramos a necessidade do combate à sonegação e evasão fiscal e o início de uma discussão séria sobre uma reforma tributária que simplificasse o nosso sistema e reduzisse o escopo do planejamento tributário; mostramos a necessidade de iniciarmos, imediatamente, como fizemos, a reestruturação das dívidas dos Estados, que resultou na Lei nº 8.727. Notamos os problemas que bancos estaduais e bancos oficiais federais teriam em termos de preparação para o período de maior estabilidade de preços, e notamos a necessidade de o processo de privatização ter continuidade.

As preocupações que expressamos no PAI*, em junho de 1993, já se vão 2 anos e 4 meses, continuam na agenda. Caminhamos em muitas delas, mas é necessário aprofundar a discussão e o caminho, agora conjuntamente Governo Federal e Governos Estaduais.

E eu volto aqui à analogia do Bacha do casamento com a inflação. Em que sentido este casamento se expressava inclusive de maneira perversa? Porque nós tínhamos as receitas de alguma maneira indexadas, através da UFIR, enquanto que os gastos nominais não o eram, e, portanto, a inflação funcionava como um mecanismo através do qual, ao longo do tempo, nós íamos erodindo e corroendo, em termos reais, os dispêndios nominais programados e previstos. Isso nos levava àquela situação que causava perplexidade a alguns analistas. Chegávamos, ao final do exercício, com um saldo primário ou operacional que não era alto para padrões internacionais, pelo contrário, era condizente com os mesmos saldos primários e operacionais de várias economias com taxa de inflação anual de um dígito, o que levava alguns, erroneamente, a achar que não havia problema com finanças públicas neste País.

O problema, como notamos - o Bacha, o Serra, em várias ocasiões, desde 1993, era o mecanismo da inflação, que, paradoxalmente e de forma perversa, permitia que aquele resultado mais reduzido, em termos de saldo primário operacional, fosse alcançado ao final do ano. Ao longo do ano a inflação ia comendo, em termos reais, os dispêndios nominais programados, enquanto que as receitas, de alguma forma, não perfeita, estavam indexadas.

Então, ao longo do ano, íamos utilizando a inflação para reduzir gastos nominais em termos reais, e chegávamos, ao final do exercício, com o déficit aparentemente razoável para padrões internacionais. Era o casamento com a inflação a que se referiu Edmar Bacha com muita propriedade em mais de uma ocasião.

Pois bem, o Real é uma tentativa de separação, e de separação litigiosa de um casamento que, para alguns, era um casamento com comunhão de bens; para os pobres deste País era um casamento com separação de bens. Alguns se beneficiaram e os pobres não. O Real é uma tentativa de separação litigiosa, esperamos definitiva.

Eu prefiro mais a analogia do casamento do que a analogia das viúvas e órfãos, porque a idéia de uma viúva ou órfão perdeu um ente querido para sempre. A idéia de uma separação de um casamento dá uma idéia de que não foi uma perda para sempre, todos nós conhecemos as nossas relações, alguns desses casamentos em que a separação, efetivamente, não tem lugar em caráter definitivo e fica aquele ata e desata, aqueles encontros que representam uma dúvida sobre se vale a pena ou não a

separação. No nosso caso, nós achamos que vale, e deve ser litigiosa, e ela faz com que alguns problemas apareçam. E um dos problemas que aparece com frequência: isso não sou eu que estou dizendo aqui agora, ouço de vários governadores, que já exerceram o cargo, seja de prefeito ou de governador no passado, e que contam história que, às vezes, levados a autorizar um grande dispêndio postergavam esta decisão por uma viagem que faziam ao exterior ou ao Brasil, durante uma ou duas semanas, e quando voltavam e assinavam aquela autorização de gastos, a inflação já havia comido 10%, 15% ou 20% daquilo em termos reais, principalmente quando a inflação já estava correndo aos 20%, 30%, 40% ao mês.

Sob certo sentido, a inflação funcionava como um mecanismo que ajudava a esconder a verdadeira natureza do problema enfrentado; e com a inflação baixa os problemas surgem, e surgem com uma clareza e transparência meridiana. É ruim em certo sentido, porque nota-se claramente que há uma questão complexa a ser equacionada; e é bom porque sou de longa data adepto do velho provérbio chinês, uma sabedoria milenar, que diz que "uma crise, a identificação de um problema grave e o entendimento dele é o primeiro passo na tentativa de superá-lo".

Acredito que estamos agora chegando a este momento, a esta hora da verdade. A inflação tornou visível, a olho nu, os desequilíbrios que ela antes mascarava, em particular, nas finanças públicas - eu me refiro aqui aos Governos Federal, Estaduais e Municipais. E o grande desafio que temos agora é enfrentá-los, sem tergiversações e com aquela observação fundamental do Presidente Fernando Henrique Cardoso: estamos todos no mesmo barco, é um equívoco grave, econômico-financeiro, político-institucional, imaginar que seja possível equacionar o problema do Governo Federal às expensas dos Estados; assim como também é um equívoco, tão grave quanto e de igual monta, imaginar que seja possível equacionar os problemas dos Estados às expensas das finanças do Governo Federal.

É fundamental entender que estamos aqui envolvidos num jogo que não pode ser um jogo de soma zero, em que o que um ganha o outro perde; temos que transformar isso num jogo de soma não zero, em que a solução seja mutuamente satisfatória. Agora sem ilusões, como dissemos há tempo, de que existem mágicas, piruetas, varinhas de condão e a solução tradicional para o equacionamento deste problema no Brasil, que é esperar que a inflação vol-

tasse para desempenhar o mesmo papel que desempenhou no passado.

Queremos que essa separação seja definitiva, se tiver que ser litigiosa que o seja, mas não vamos voltar a mascarar problemas, mais uma vez, como fizemos após tantas tentativas de estabilização fracassada.

Vou falar então sobre cada um dos problemas envolvidos nesse relacionamento. Primeiro, a dívida contratual. Essa dívida foi objeto de negociação, que não foi a primeira, no segundo semestre de 1993.

A posição inicial do Governo Federal era de que os Estados deveriam contribuir com 11% da sua receita líquida real, identificada claramente, assim como se identificou claramente qual era o tipo de dívida que seria objeto de negociação, como fizemos com a dívida externa. Os 11% e 15% não surgiram do bolso do colete, mas porque eram cálculos que indicavam que aquilo permitiria equacionar o problema num prazo de 20 anos. A postura inicial dos Estados, como é sabido, era 5% no primeiro ano e 7% a partir do segundo, o que não permitiria equacionar o problema senão em décadas e décadas por vir.

Chegamos, depois da negociação, a um acordo. Foi uma negociação complexa, difícil e tortuosa, mas chegou-se a um acordo: 9% da receita real líquida, no primeiro ano, 11% a partir do segundo. Esses percentuais permitiriam equacionar o problema num horizonte de 30 anos, o mesmo que fizemos em relação à dívida externa do País.

Consideramos que essa negociação equacionou e resolveu o problema pelos próximos 20, 30 anos, no que diz respeito à dívida contratual. Está funcionando, há pouco mais de um ano e meio, a contento. Devo dizer que, dos 27 Estados, apenas 9 ou 10 - vale dizer, um terço - estão batendo no limite de 11%, dois terços não estão sequer atingindo o limite de comprometimento de 11% da renda líquida real.

Portanto, a posição do Executivo é no sentido de que seria um equívoco reabrir a discussão sobre dívida contratual agora quando temos outros assuntos, que vou mencionar em seguida, a equacionar. Este é um que, de alguma maneira, se encontra equacionado, há possibilidades de pequenos ajustes que não foram feitos em 1993. Cito aqui o exemplo de dívidas derivadas de avais do Governo Estadual para com empresas do Estado, que são honrados pelo Tesouro Estadual e que, em alguns casos, não estão contemplados na definição da dívida objeto de negociação. No entanto, aquilo foi discutido em 1993, e a razão pela qual não foram incluídas as dívidas de empresas estaduais com aval do Tesouro

Estadual foi porque se resolveu não incluir as receitas de ditas empresas também no bojo da negociação. A posição do Governo é que, se se incluir a dívida das empresas, dever-se-ia incluir também as receitas das empresas na definição da receita líquida real, cujo percentual seria negociado em termos de pagamento da dívida.

Todavia, existe no acordo, tal como negociado e aprovado pelo Congresso, alguma margem de interpretação de algumas instâncias, em que é possível considerar determinado tipo de dívidas que estamos dispostos a explorar - na verdade, já explorando - com alguns Estados.

Esse é um problema que enfrenta hoje cerca de um terço dos Estados e que está equacionado pelos próximos 30 anos, depois de 6 meses de tortuosa negociação. Portanto, entendemos que não é o caso de reabrir a negociação.

Sobre a questão da dívida externa, foi uma negociação que demorou mais de dois anos, também difícil, tortuosa, prolongada. Chegou-se a sua conclusão, e entendemos que seria problemático para a imagem do País, tanto no exterior quanto no Brasil, que nós, um ano depois de concluída a negociação, chamássemos todos os credores para dizermos que queremos reabrir tudo aquilo que discutimos ao longo dos últimos três anos, menos de um ano depois da sua conclusão. Há espaço e há escopo no bojo do acordo, tal como negociado e aprovado pelo Senado Federal, de lidar com questões na margem e que afetam esse um terço dos Estados que estão tendo algum tipo de problema de bater no limite de 11%. Dois terços não têm este problema, queria chamar a atenção para isso.

Quero aproveitar para, de público, mais uma vez, afirmar - e não é um gesto diplomático para com esta Casa, mesmo porque não estão Governadores aqui presentes - que estou convencido de que a atual safra de Governadores, que resultou da eleição do ano passado, é de uma excepcional qualidade. Conheço-os todos, estive com alguns em muitas e muitas reuniões até hoje; conheço seus Secretários de Fazenda, conheço as equipes técnicas que foram montadas. Creio que falo em nome do Ministro José Serra também, Podemos dizer - creio que falo em nome do Ministro José Serra também - que temos uma excelente avaliação da qualidade, não só dos Governadores, como das equipes técnicas que foram constituídas com seus secretariados, em particular, os de Fazenda, com os quais tenho um contato maior. Mas existem situações, legados do passado, que têm que ser enfrentadas hoje por Go-

vernadores em início de mandato. Há uma questão que é de fundamental importância para um número expressivo deles, que são as folhas de pagamento, que representam 80%, 90%, 100% e, em alguns casos, mais de 100% da arrecadação do Estado.

Portanto, essa discussão sobre reviver os termos da dívida contratual, por exemplo, baixar de 11% para 9%, dois pontos de percentagem, o limite do comprometimento da receita líquida real para um Estado que está comprometendo 90%, 95%, 100% da sua arrecadação com folha de pessoal, significa que ele comprometeria 88%, 93%, 98% da sua arrecadação com folha de pessoal. Isso não é a solução para o problema, vamos falar francamente, esta tem que ser buscada em outras áreas e de outras formas, que vou mencionar ao final.

Portanto, sobre dívida contratual, era o que eu tinha a dizer. Obviamente, estamos abertos à continuidade da discussão e temos conversado, em particular, com esses 9 ou 10 Estados que estão tendo problemas e estamos sim encontrando soluções adequadas ao perfil e à natureza da dívida ou da situação específica daquele Estado, que é distinta de Estado para Estado. Assim, pensamos que não é o caso de ter uma solução generalizada para o que foi equacionado há um ano e pouco.

Sobre dívida mobiliária, é um problema que afeta não a totalidade dos Estados. São quatro grandes Estados, se considerarmos os três seguintes, que vêm aos quatro grandes, em termo de expressão, estamos falando de mais de 97% do total da dívida mobiliária. Depois, tem apenas mais uma meia dúzia de Estados em que o problema é inexpressivo em termos do seu valor.

Essa questão terá que ser equacionada, sim, através de um esforço cooperativo que está em andamento entre o Governo Federal, o Ministério da Fazenda, o Banco Central e os Estados respectivos. Não posso, infelizmente, entrar em detalhes de conversação que estão em andamento e em várias possibilidades estão sendo exploradas. Mas são variantes do que fizemos com a negociação da dívida externa ou do que fizemos com a própria negociação da dívida contratual. É um reconhecimento de que precisa ser estendida no tempo, que precisa ter algum tipo de garantias, o equivalente aos títulos de 30 anos do Tesouro da dívida externa, o equivalente ao comprometimento de receita da dívida contratual, mas o Governo Federal está ciente de que esta é uma questão que deve ser objeto de um equacionamento conjunto entre Governo Federal, Ministério da Fazenda, Banco Central e Estados que detêm esse

problema. Isso está em andamento no momento, esperamos ter resultados em breve.

Existe uma outra questão, que é o problema de bancos estaduais, em particular, em instâncias em que o problema do banco estadual se confunde com a situação das finanças estaduais. É o caso de alguns que têm nas suas operações de crédito, operações ativas, um volume elevado de créditos concedidos ao Estado ou a empresas do Estado, o que está proibido desde 1993 e que não vem ocorrendo desde então, quando estendemos a lei do colarinho branco a bancos estaduais e, portanto, passou a ser considerado um crime. Temos dito, desde então, que não hesitaríamos em comunicar ao Ministério Público casos em que diretorias de bancos estaduais estendessem empréstimos ao seu acionista controlador ou a empresas controladas pelo acionista controlador. Mas existe um legado do passado, e este terá que ser enfrentado, e o seu enfrentamento não é um problema bancário *stricto sensu*, mas é um problema das interações entre a situação do banco e as finanças do Estado.

Aqui, de novo, cada caso é um caso. Minas Gerais, por exemplo, está em processo de privatização bastante avançado, um esquema extremamente imaginativo do Governo de Minas Gerais, tanto para privatização do banco estadual quanto para o equacionamento da dívida mobiliária em discussão conosco no momento que está em andamento.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro assinou conosco um convênio através do qual o BANERJ, o Banco do Estado do Rio de Janeiro, estará sendo administrado na ano-calendário de 96 por uma instituição privada com o propósito de privatizar o BANERJ em 1º de janeiro de 1997.

O Governo do Estado do Ceará já anunciou de público a sua intenção de privatizar o banco do Estado. Há outros Governadores, que não vou citar aqui, que estão considerando essa possibilidade no futuro. Banco estadual que, no passado, era uma "solução" para alguns problemas, através da possibilidade de que o Governo tinha de obter dele créditos - não mais atualmente -, em alguns Estados a situação é percebida não como uma "solução" mas como parte de um problema mais amplo que pode e deve ser equacionado. A privatização é uma possibilidade que pode ser considerada por Governadores. E volto a insistir: essa é uma decisão de cada Governador, e não do contexto político do Estado e das forças políticas que o apóiam. Esta não é uma decisão do Governo Federal, do Ministério da Fazenda ou do Banco Central.

No futuro, os governadores chegarão à conclusão de que talvez o melhor para as finanças do Estado seja utilizar os escassos recursos públicos na área social, em benefício da coletividade do Estado em seu conjunto, do que em capitalização de banco estadual - em pagamentos de aposentadorias, escalas móveis, vitalícias, permanentes, que representam passivos contingentes crescentes -, para alguns privilégios que existem hoje.

Mas a situação dos bancos não comporta uma solução generalizada - cada caso é um caso; e eles estão sendo tratados individualmente; e continuarão sendo tratados assim.

Eu gostaria de mencionar uma operação de ARO, que significa Antecipação de Receita Orçamentária, que é um problema que tem que ser equacionado, sim, no bojo de qualquer discussão de endividamento dos Estados. Essas operações aumentaram em 100%, em termos reais, de janeiro a agosto de 1995 sobre o mesmo período de 1994.

Uma parte ponderável dessas operações destina-se ao pagamento de pessoal; e os Estados têm dificuldades em arcar com gastos crescentes de pessoal - alguns crescendo vegetativamente: entre 2 e 3% ao mês -, com a sua receita líquida real disponível, que, diga-se de passagem, cresceu enormemente neste primeiro ano do Real, por duas razões: porque cresceu 32% em termos reais as transferências ao abrigo do Fundo de Participação de Estados e Municípios, derivado do aumento da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI. Pois bem, apesar desse crescimento e também do crescimento do ICMS, derivado do aumento de atividade, os gastos correntes da maioria dos Estados cresceram na mesma diapasão, em alguns mais rapidamente ainda do que uma receita crescendo rapidamente em termos reais.

Portanto, vamos falar fracamente; quero falar sobre juros e sobre o peso da dívida, essas variantes a que me referi anteriormente, para não misturar tudo no mesmo saco. Mas é fundamental reconhecer que, da deterioração que observamos entre as nossas projeções, no início deste ano, da situação fiscal geral, orçamento público consolidado, a maior deterioração ocorreu em Estados e Municípios - em particular, Estados. E desta deterioração dois terços deve-se a problema primário - excesso de gastos correntes sobre arrecadação corrente; e um terço deve-se a problema de dívida. Portanto, é um equívoco imaginar que, concentrando no um terço do problema e esquecendo os outros dois terços, podemos equacionar a questão. Temos que ver o proble-

ma na sua inteireza e não há solução para ele. Vou dar um exemplo: um Estado, e nós os temos, que gasta 103% em pagamento de folha de pessoal, se a dívida desaparecesse do mapa - sumiu a dívida, não existe, fingimos que ela desaparece -, a dívida estará totalmente recomposta porque cresce a uma taxa de 3% ao mês, porque os gastos correntes excedem a arrecadação corrente em 3% ao mês. Dali a alguns meses, o problema da dívida estará de novo ocupando as páginas e as atenções, quando, na verdade, na raiz do problema, está uma dificuldade de equacionar o diferencial entre gastos correntes e arrecadação corrente. E dentro de gastos correntes, pessoal e, em particular, pessoal de Poderes que não o Executivo, devo dizer, embora em alguns casos o Executivo também tenha responsabilidade, o desempenho é um papel fundamental.

Quero falar sobre ARO porque tem muito a ver com essa questão. São operações que aumentaram 100% em termos reais, boa parte delas para pagar pessoal; são contratadas, na sua maioria, com bancos privados; as taxas variam de 5 a 10% ao mês, são negociadas com bancos privados; e, obviamente, há um enorme e monumental problema que se está criando ao financiar gastos correntes tomando empréstimo de curto prazo que, pela lei, tem que ser liquidado até 31 de janeiro do exercício seguinte a taxas dessa natureza. Portanto, esse é um problema que nos tem preocupado e que faz parte de nossas conversas com vários governadores.

Entendemos a natureza do problema, entendemos o desespero que leva alguns governadores a fazerem essas operações como única forma de assegurar o pagamento da folha ao final do exercício, mas não se pode imaginar que a solução para o problema possa prescindir de uma perspectiva adequada sobre a natureza do problema subjacente a essas contratações de operações de antecipação de receita orçamentária, que, feitas com liberalidade excessiva, no passado, em alguns Estados, configuram hoje os chamados legados do passado de tão difícil solução, inclusive comprometimento de alguns bancos estaduais com empréstimos a Estados e empresas do Estado.

Para resumir, temos questões de dívida contratual, que consideramos equacionadas, temos dívida mobiliária que é restrita a um número mais reduzido de Estados que estão em processo de negociação e equacionamento. E não teremos problemas em comparecer aqui tão pronto haja algo mais concreto a reportar.

Temos esse problema de operações de antecipação de receita orçamentária, temos questões de bancos que têm que ser resolvidas numa base caso a caso, temos a questão de empréstimo e financiamentos internos e externos e aqui temos - o Ministro Serra anunciou - os empréstimos da Caixa Econômica Federal através de uso de recursos do FGTS.

Existem algumas instâncias, para falar com franqueza, em que a Caixa avalia, na análise que faz de avaliação de crédito e risco, que a capacidade de repagamento daquele empréstimo é zero. Portanto, tem legítimas preocupações em termos de gestão de uma instituição financeira federal com extensão de empréstimo quando acha que aqueles são empréstimos a fundo perdido, mas na verdade teve um **funding**, empréstimos que foram captados e que têm que ser renumerados de recursos, remunerados de alguma maneira. Portanto estamos trabalhando e queremos fazer isso junto com os Estados, no sentido de montar um sistema de análise de risco de crédito por Estado. Assim como instituições financeiras, em muitas partes do mundo, têm o seu sistema de avaliação de risco, que é dado a público, queremos também definir, junto com os Estados, certos critérios que permitiriam ao Governo Federal e às instituições do Governo Federal, para fim de concessão de empréstimos e de avais para empréstimos externos, pelos quais se responsabiliza o Tesouro, um sistema de avaliação do risco de crédito envolvido na operação, que não pode ser dissociado de uma avaliação da situação fiscal de cada Estado, passado, presente e projeções para o futuro.

Esse processo está em andamento e espero que seja parte integrante do nosso diálogo contínuo com os Estados no futuro.

Quero mencionar aqui um ponto que dominou boa parte da nossa reunião com os Governadores, segunda-feira passada, e quero crer que, aqueles que leram o texto, a nota que foi distribuída ao final, haverão de ter notado que os Governadores compartilham da avaliação que faz o Governo Federal sobre a importância, absolutamente, crucial de que caminhemos nesta Casa, no Congresso Nacional, com a aprovação, com as modificações que o Congresso houver por bem realizar, de alguns desses conjuntos de medidas que estão aqui já para a discussão. Não é uma preocupação, vou mencionar aqui as fundamentais do nosso ponto de vista e dizer que não são só do Governo Federal. São fundamentais para os Governadores em seu conjunto e eles o disseram claramente, na reunião que tivemos

Serra, Jobim e eu com o Governadores em Belo Horizonte, há uns dois meses e na reunião de segunda-feira passada com o Presidente:

A reforma administrativa, inclusive com aspectos da proposta da reforma da Previdência no que se refere ao Funcionalismo Público, o Fundo Social de Emergência, o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas que dará a base para as transferências, Fundo de Participação dos Estados e Municípios no ano que vem.

Essas reformas - e não quero dizer que as outras não o são - são absolutamente fundamentais e urgentes para que possamos caminhar para equacionar problemas de finanças dos Estados.

Vou repetir, reforma administrativa, com os aspectos da parte da Previdência, que permitam lidar com essa questão a nível estadual, Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Fundo Social de Emergência. Pelo menos, para não mencionar a contribuição que permite equacionar problemas de saúde e os encargos previdenciários da União são absolutamente essenciais para que possamos equacionar, de maneira conjunta e cooperativa problemas de finanças do Governo Federal e de Governos Estaduais e permitir que a aposta na estabilização possa se consolidar.

Na quinta-feira passada tive o prazer de comparecer a uma reunião conjunta de algumas comissões nesta Casa, lá disse que existem cinco razões que conhecemos, pelas quais programas de estabilização fracassam, ou não conseguem se consolidar. Não vou repeti-las aqui, falei longamente sobre isso na semana passada. Disse que uma delas é a capacidade ou incapacidade que o País como um todo, não é só Governo Federal, não é Executivo; é Executivo Federal, Executivos Estaduais, Congresso Nacional, Judiciário, opinião pública tenham de resolver este problema de finanças públicas, para os quais chamamos a atenção desde 14 de junho de 1993. Ao fazê-lo, não estamos fazendo nada de novo, estamos fazendo aquilo que ouvimos de dezenas de Governadores, antes e hoje, sobre a imperativa necessidade de buscar formas de adequar a velocidade de crescimento dos gastos, a velocidade de crescimento da arrecadação.

Semana passada, no Congresso, afirmei que ainda não nasceu o gênio, seja no Brasil, seja em qualquer país do mundo, que tenha descoberto uma forma diferente de equacionar este problema. Vale dizer que, para um determinado nível de crescimen-

to de gastos, só existem três formas de fazê-lo - quatro para o Governo Federal: ou se arrecada mais, ou se endivida mais internamente, ou se endivida mais externamente, ou o Governo Federal pode imprimir papel moeda - rodar a maquininha e, através de novas emissões de papel moeda, lidar com o excesso de gastos.

Não tem um gênio que tenha surgido ainda no mundo, quero crer que não surgirá, que seja capaz de encontrar uma solução diferente para equacionar isso. Ou se controla gastos, ou se aumenta a arrecadação, ou se aumenta endividamento, ou, se o País resolve jogar a inflação para escanteio, imprimir-se papel moeda com a ilusão de que o problema está sendo resolvido através da inflação.

Já vivemos esse filme antes, não queremos voltar a ele. Portanto, não há alternativa, se não um melhor equacionamento do problema básico que existe, que é a Já vivemos esse filme antes, não queremos voltar a ele. Portanto, não há alternativa, se não um melhor equacionamento do problema básico que existe, que é a relação entre gastos correntes presentes e projetados para o futuro e arrecadação corrente e projetada para o futuro nessa discussão. Isso representa 2/3 do problema.

Quero fazer um comentário rápido sobre o problema que aparece com frequência de que a grande questão é taxa de juros. Se fosse possível reduzir a taxa de juros a 10% do que ela é hoje, os problemas estariam absolutamente eliminados. Isso, infelizmente, é mais uma dessas visões um tanto quanto ingênuas do funcionamento da economia. É óbvio que os juros tão altos, tenho dito, insustentavelmente altos, terão que baixar, baixarão e estão baixando, a trajetória é de queda. Eles chegaram no pico do aperto a 4,26% ao mês - nominal efetiva -; hoje, está em 3,13% ao mês. Alguns consideram absurdamente alto. É um equívoco considerar o absurdamente alto, levando em conta o IGPM do mês de setembro, que acusou, por problemas metodológicos e de estacionalidade, uma taxa de crescimento negativa do preço.

A inflação na economia brasileira não está derrotada, continuamos com uma taxa de subjacente de inflação que não é dada pelo IGPM de setembro; portanto, movimentos excessivamente abruptos e não cautelosos por parte do Governo nessa área podem comprometer todo o esforço e aposta firme na inflação. Isso não quer dizer que não haja margem e escopo para redução da taxa de juros adicional a que vem sendo feita. A queda continuará tendo lugar com uma velocidade, um ritmo que o Governo se re-

serve o julgamento de avaliar em função de uma série de outras considerações.

Penso que é enganoso imaginar que bastaria a redução da taxa de juros para que os problemas de finanças dos Estados, que são muito mais complexos, fossem, como num passe de mágica, rapidamente equacionados.

A solução desses problemas, concluo aqui, tem uma passagem absolutamente crucial pelo conjunto de propostas de reforma que estão hoje nesta Casa. Esperamos contar com o mesmo grau de compreensão que o Congresso Nacional demonstrou no 1º semestre, ao votar as propostas da ordem econômica. É no interesse, não é do Governo Federal, é no interesse do País que estamos propondo aquilo; e é no interesse, quero crer, da esmagadora maioria dos Governadores que nos dizem isso, em conversas reservadas, em conversas conjuntas com os Ministros e com o Presidente da República. Espero não ter nenhum problema em dizer isso às respectivas Bancadas. Se vamos fazer uma aposta na estabilização e na nossa capacidade de controlar a inflação, vai-se dizer que o Real não será mais uma tentativa fracassada, como foram o Cruzado, o Bresser, o Verão, o Collor I, Collor II. Por nossa incapacidade de equacionar problemas de finanças públicas a nível federal, estadual e municipal, mover-se agora, neste segundo semestre, nessas reformas é o que interessa, não ao Executivo, não só ao Governo Federal, mas ao País e ao conjunto das relações entre o Executivo, o Congresso e o Judiciário.

Peço desculpas por ter-me estendido em demasia. Estou seguro que o Ministro José Serra, com a competência habitual, tratará desses e de outros assuntos de maneira muito mais objetiva, didática e compreensiva do que eu seria capaz neste momento.

Agradeço a todos pela atenção e, após a intervenção do Ministro José Serra, estaremos os dois à disposição de V. Ex^{as}. Certamente, será uma produtiva troca de idéias sobre tema dessa complexidade.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Queria, inicialmente, agradecer a oportunidade deste convite. É muito grato para mim voltar a esta Casa que também é minha. Queria apenas complementar a exposição bastante abrangente, clara e lúcida do Ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Na verdade, a questão específica da rolagem de dívida de Estados e de Municípios tem sido encaminhada pelo Ministério da Fazenda, porque corres-

ponde à sua função dentro da administração governamental. Nós acompanhamos, no entanto, essa questão de perto e, naturalmente, estamos disponíveis também quando convocados para tratar de assuntos correlatos, embora não seja o tratamento dessas questões de responsabilidade direta do Ministério do Planejamento.

Quero dizer também que o tratamento desta questão, como o tratamento das questões mais amplas econômico-financeiras de Estados e Municípios, está subordinado a uma diretriz fundamental do Governo Fernando Henrique Cardoso, que é da consolidação da estabilidade. Esse é o objetivo anterior e superior a qualquer outro. É muito importante reiterar-se persistentemente: sem estabilidade, nós não teremos a continuidade do crescimento econômico e nenhuma chance de realizar despesas, ações que possam contribuir para o estreitamento das distâncias sociais. A estabilidade é uma condição anterior e superior a qualquer outra para o desenvolvimento, a justiça social e a consolidação do regime democrático.

Quero dizer também que estabilidade não pode ser considerada como objetivo de curto prazo. A inflação hoje está baixa; é talvez a menor que tenhamos tido desde 1973; é uma inflação que não tem - ao contrário daquela época - fatores de repressão. No entanto, seria prematuro considerar que já completamos a vitória sobre o processo inflacionário. O processo de liquidação da inflação é demorado, é um processo que tem por horizonte dois, três, quatro anos. E isso pode ser deduzido à luz não só da experiência brasileira mas também da de outros países que foram bem-sucedidos no enfrentamento da questão inflacionária.

Este ponto realmente é crítico dentro de toda a análise econômica que se faça a respeito do Brasil. Mas o que tem acontecido, paradoxalmente, é que nós temos encontrado dificuldades que decorrem precisamente do sucesso, porque o sucesso econômico é desmobilizador da luta contra a estabilidade. Eu diria que é um paradoxo saudável, um ótimo paradoxo para se viver, ou seja, as coisas dão certo, e acontece o quê? Cria-se na sociedade - quando digo sociedade, refiro-me especialmente à nossa elite; não apenas à elite econômica mas também à elite intelectual, à elite empresarial e à elite política - um pouco a sensação de que a tarefa já está cumprida e que podemos partir para outra. Cria-se a sensação de que, estando cumprida a tarefa, pode-se prestar menos atenção à questão das contas públicas, pode-se prestar menos atenção à questão da pou-

pança nacional, pode-se prestar menos atenção à questão do custo de produção dentro do País, da produtividade, às questões de balanço de pagamentos etc.

Na verdade, há uma desmobilização. Basta lembrar a capacidade de mobilização que teve o País para realizar a estabilidade. A estabilidade foi feita num ano eleitoral. Multíssimos eram céticos a esse respeito. Na verdade, quando olhamos em perspectiva, foi como um besouro que voou. Segundo os entendidos, o besouro não tem condições aerodinâmicas de voar. No entanto, ele voa. Da mesma maneira, se fôssemos analisar as precondições políticas para que a estabilidade desse certo *ex ante*, quer dizer, antes que o programa fosse deflagrado, pareceria que a chance era mínima. Por quê? Porque é um ano eleitoral, há pressões para despesas, há desmobilização, há tentação de adiar os problemas para depois das eleições e tudo mais. No entanto, a estabilidade deu certo. Por quê? Porque houve, fundamentalmente - e isso o Presidente Fernando Henrique Cardoso sublinhou já à época, quando candidato - uma mobilização social que viabilizou o Plano Real. O Plano Real deu certo, neste seu primeiro ano, por causa da vontade da população brasileira. Portanto, o elemento vontade, o elemento mobilização é essencial. Mas precisamos impedir que o futuro pague o custo do sucesso de hoje. Isso é fundamental. E cabe às elites do Brasil - e aqui, entre nós, está a elite política - ter essa visão que transcende o mero momento conjuntural e as questões certamente difíceis que estamos vivendo. Cabe incorporar uma visão de médio e longo prazos. E as contas públicas, nesse aspecto, são uma variável essencial.

O Governo, dentro da sua esfera de atuação - porque o Governo não governa tudo o que acontece dentro do País ou dentro da economia, evidentemente -, considera esta a variável-chave e tem atuado de maneira absolutamente integrada e homogênea nessa matéria. Refiro-me não apenas aos Ministérios da área econômica mas também ao conjunto dos Ministérios.

Nós estamos vivendo uma situação em que, dentro do Governo, não há, como ocorreu em administrações passadas, pressões violentas deste ou daquele setor que podem levar a uma quebra das finanças. Naturalmente há pressões. Nenhum ministro de um setor específico será um bom ministro se não lutar por mais recursos para a sua área. Mas esses empenhos têm acontecido com uma taxa de racionalidade bastante alta em face da experiência

brasileira. E, acima de tudo, conta com a participação ativa do Presidente da República, que é um elemento que atua na linha de frente, dentro do Governo, em prol da austeridade fiscal. Portanto, esse é um pano de fundo. E a austeridade fiscal não é contraditória com a mudança, não é contraditória com o desenvolvimento, não é contraditória com a justiça social. Muito pelo contrário, ela é uma condição. Eu vou até dar números, aritmeticamente comprováveis, que mostram a vantagem para o desenvolvimento da austeridade.

Quero dizer também que o Governo Federal tem feito um empenho muito grande pelo controle das suas contas e que esse empenho tem sido bem-sucedido. Nós temos controlado despesas. Esse tem sido - por que não reconhecer - um foco de problemas também na esfera política, também com o Congresso. Esse controle é fundamental para que a estabilidade possa ir se consolidando e para que nós tenhamos um futuro melhor do que o presente.

Na verdade, o esforço que nós temos feito tem sido bem-sucedido, apesar de termos tido problemas dentro dessa administração, problemas que decorrem da situação de finanças e de mudanças do ponto de vista fiscal que vêm do passado.

Com relação, por exemplo, à questão da receita, no que se refere especificamente a 1995, nós não tivemos nenhum efeito de aumento de receita por alterações de impostos promovidas por este Governo. Este Governo, até agora, não promoveu alterações tributárias que tenham a ver com as finanças de 1995. Nós herdamos aquilo que veio do passado. Pelo contrário, perdemos uma fonte de receita, que foi o IPMF. O IPMF deixou de vigorar a partir de 1º de janeiro deste ano. Há herança de despesa, especialmente no que se refere a pessoal, porque houve vários reajustes, reestruturações promovidas no segundo semestre do ano passado cujo efeito se manifestou neste ano.

Volto a dizer aquilo que já disse várias vezes aqui no Senado e no Congresso: do ponto de vista orçamentário, a margem de rigidez continua muito forte. O orçamento não é expansivo em matéria de despesas, mas, na verdade, está amarrado a despesas rígidas, que são pessoal - inclusive inativos, cuja fatia na despesa de pessoal tem crescido sem cessar desde 1988 e, na verdade, daqui a poucos anos, ultrapassará a remuneração com ativos, quando, neste limite, praticamente todas as finanças federais seriam dedicadas a inativos, se a atual situação continuar -, pagamento de juros, transferências a Esta-

dos e Municípios. Esses são praticamente os quatro itens fundamentais da despesa, inclusive esquecidos por muitos quando analisam o orçamento em seu conjunto. Essa decomposição, na verdade, é desagradável, mas essencial. Por que é desagradável? Porque quando se faz verificamos que os graus de liberdade, na verdade, são bastante restritos, mínimos, próximos a zero.

Lembraria inclusive que, para a proposta orçamentária do ano que vem, as ações de projetos contidas nessa mensagem não perfazem mais do que R\$5 bilhões, bem menos do que 5% do orçamento, na verdade não mais do que 4%, e leve-se em conta também que algumas dessas ações de projetos, que incluem investimentos e despesas de custeio relacionadas aos investimentos, representam inclusive uma simples continuidade do que já vem vindo, e todo esse orçamento naturalmente concentrado na continuidade no acabamento de obras. É óbvio que não dá para continuar e acabar todas as obras existentes. Muitos inclusive confundiram o fato de que algumas obras inacabadas não estão sendo ativadas nesse orçamento com o fato de que não está se dando prioridade a obras inacabadas. É exatamente o oposto. Estamos dedicando praticamente a totalidade dos recursos, no que se refere a obras especificamente, ao processo de conclusão, mas não há recursos para que se conclua tudo.

Mas as contas federais continuam saudáveis. Essa é a realidade. E o grande problema quando administramos as contas públicas localizar-se-á nas contas estaduais e municipais, cujo déficit tem crescido. Agora é importante entendermos - e esse é o centro da minha exposição aqui, não tratarei de questões, seja porque são mais pertinentes à Fazenda, seja porque já foram tratadas com muita propriedade pelo Ministro Malan - e eu gostaria de me centrar nessa questão. Por que a situação dos Estados, e em menor medida dos Municípios, está difícil?

O primeiro ponto importante é o reconhecimento da gravidade da situação. A situação de Estados e Municípios, especialmente de Estados, é grave do ponto de vista financeiro? É grave, é muito grave.

Uma segunda pergunta é: essa gravidade se deve a alguma ação de transferência de recursos de Estados para a União? Não. Isso não tem acontecido. A situação de gravidade não se deve a que a União esteja realizando alguma ação de subtração de recursos de Estados e Municípios. Pelo contrário, as transferências têm crescido como nunca.

Em terceiro lugar - e é, na verdade, um desdobramento dessa segunda: relaciona-se com o Fundo

Social de Emergência? Não, não tem nada a ver com o Fundo Social de Emergência, até porque, durante a vigência dele, as transferências dos fundos de participação de Estados e Municípios cresceram, em valores reais, em cerca de 40%.

Uma quarta pergunta: a crise de Estados e Municípios, especialmente de Estados, se deve a um comportamento, a uma **performance**, a um desempenho medíocre de suas receitas? Não se deve - essa é a resposta - a um desempenho medíocre de suas receitas, pelo contrário, as receitas estaduais e municipais têm crescido espetacularmente no período recente.

Dou aqui os dados e tenho os dados inclusive no que se refere a um período mais amplo por Estados. Basta dizer o seguinte: tomando a receita tributária disponível dos Estados, ou seja, aquela resultante da sua receita própria somada às transferências recebidas e subtraída das transferências feitas, por exemplo, os Estados transferem 1/4 ou 25% de sua arrecadação do ICMS para Estados e Municípios.

Pois bem, se tomarmos um horizonte maior, de 1988 - tomo 1988, porque é o ano imediatamente anterior da entrada em vigência da nova Constituição - a 1995, no que vai do ano, verificamos que as receitas totais dos Estados cresceram 5,4% por ano, o que é uma taxa altíssima, porque é anual, não é entre extremos. Essas receitas no caso de algumas regiões cresceram inclusive a uma taxa maior: no caso das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste agregadamente cresceram a 7,8% ao ano, ou seja, muito mais do que duplicando a cada 10 anos, porque a taxa de 7% ao ano permite duplicar a cada 10 anos aquilo que estiver crescendo.

Essa é análise feita tendo por base um horizonte mais amplo, mas o que acontece se olharmos o último ano? Seria perfeitamente possível ter um desempenho brilhante de receitas ao longo de um período mais amplo, mas se ter uma crise de natureza conjuntural. Pois bem, se olharmos a conjuntura, verificamos que o desempenho tem sido também espetacular. Como medir esse desempenho simplesmente pegando o ano anterior e o posterior ao Real, ou seja, junho de 1993 e junho de 1994 e comparo com junho de 1994 e junho de 1995, o que aconteceu nesse período? E aí eu dizia do benefício da estabilidade, inclusive para as finanças públicas, para o gasto público, para a possibilidade para a educação, investimento e tudo mais.

As receitas de Estados e Municípios agregadamente cresceram - esse é um delta, é um aumento - nesse ano do Real perto de R\$15 bilhões comparati-

vamente ao ano anterior, ou seja, o Real trouxe para as finanças de Estados e Municípios praticamente R\$15 bilhões a mais - no caso R\$10 bilhões, em números redondos, para o Estado é R\$5 bilhões para Municípios. No caso da União, se excluirmos as contribuições sociais, o ganho foi de R\$1,8 bilhões. Essa exclusão é importante, porque as contribuições sociais são vinculadas à previdência, à saúde e à assistência social. Agora tenho que olhar o resto, aquilo que é imposto realmente, que vai para a educação, para a ciência e tecnologia, para transportes, para recursos hídricos, enfim, são aquelas áreas do Governo que vivem dos impostos, não das contribuições sociais. O aumento no caso foi de R\$1,8 bilhões e o aumento de Estados e Municípios foi de R\$15 bilhões. No que vai do ano também é importante considerar que as transferências dos fundos de participação de Estados e Municípios cresceram 33% até agosto, aumento real, quer dizer descontada a inflação. Portanto, repetindo a resposta à quarta pergunta, a grave crise dos Estados não se deve a um desempenho medíocre das receitas, nem em um prazo maior 88 a 95, nem em um prazo menor 93/94 para 94/95.

Respondidas essas perguntas, fica, então, a pergunta maior: a que se deve essa crise? Na minha opinião, a um fator fundamental que já foi aqui mencionado com propriedade pelo meu colega Pedro Malan. Isso se deve fundamentalmente - não é exclusivamente, mas fundamentalmente - ao crescimento das despesas de custeio e pessoal. O que aconteceu no ano passado, ano eleitoral, implica em reajustes muito altos. Sabemos que esse é um ciclo político que não é próprio, exclusivo do Brasil. O ciclo político é algo que faz parte da história de todos os países, não há exceção em democracias no mundo nesse sentido: quando é um ano eleitoral as finanças públicas tendem a se afrouxar. No ano passado inclusive isso aconteceu e o resultado sobre o déficit só não foi problemático porque as receitas cresceram de maneira também extraordinária naquele ano, o que funcionou como fator de compensação.

Em segundo lugar, aumentos dados no segundo semestre de um ano repercutem não sobre a média desse ano. Sua repercussão sobre a média desse ano é amortecida. Repercutem especialmente no ano seguinte.

Vários dos Senadores aqui foram governadores e voltarão a ser e sabem que esse é um ciclo político que acontece. Todos querem. Outros também querem ser. Vale as duas: todos e outros.

Isso sempre houve. Lembro-me de quando fui Secretário, em São Paulo, de Economia e Planejamento do Governo Montoro. No primeiro mês, quando o Governador tomou posse, praticamente toda a receita do ICMS foi para reajustes. É o normal. Mas o que acontecia naquele período - refiro-me a 1983/1984/1985? Dava-se um reajuste bom. E esse reajuste, nos meses subsequentes, era devorado pela inflação. Então, criava-se um espaço para a acumulação de recursos na esfera estadual. Mais ainda: esses recursos eram aplicados pelos governos e, portanto, fazia-se caixa para o investimento. Com uma certa irregularidade, é certo, isso acontecia. E os salários percorriam picos e vales. Sua altura média não era a altura do pico, também não era no chão. Era uma média desses picos e vales, como uma estrada, digamos assim, que passa num ponto intermediário dessa superfície.

Pois bem, isso, com a estabilidade, acabou. A inflação é muito pequena. Então, o aumento virou real. Essa é que é a história. Sem fazer trocadilhos, graças ao Real, o aumento virou real.

E este é o problema número um das finanças públicas hoje. Tem peso o serviço da dívida? Sim. Têm peso investimentos malfeitos? Têm peso, claro. Há uma série de fatores que tem peso. Mas qual é o essencial? É este.

Além disso, houve um outro fenômeno interno às despesas de pessoal. Tenho aqui o cálculo para a média dos Estados. As participações dos Poderes Legislativo e Judiciário, nas despesas de Estados, cresceram 60%. Passaram de 5% para 8% das despesas em 1994, e este ano muito mais. Chamo a atenção para esse dado, porque tem muito a ver com outro ponto que se refere à questão da reforma administrativa.

Quero dizer que, para nós, para o Governo Federal, para o Ministro Malan, para mim, para o Presidente da República, para todo o Governo, problemas financeiros de Estados e Municípios são problemas federais, ou seja, são problemas nacionais. Nós nos preocupamos ao máximo com eles, porque vivemos em uma democracia. É um regime democrático. É um regime federativo, mas não confederativo. Em outras palavras, os problemas de cada um são problemas de todos. A democracia, sob certo ângulo, do ponto de vista fiscal, cria um sistema de vasos comunicantes, de osmose, quase que perfeitos. Portanto, para nós, é preocupação. E entra nas contas dos déficits públicos. E o déficit público tem uma importância objetiva quanto à questão da estabilidade, e tem uma importância subjetiva e psicológica

que às vezes é maior até do que a importância objetiva. Quer dizer, é preciso não só que as contas públicas estejam ordenadas mas também que se acredite que elas vão continuar ordenadas.

Esse é um ponto essencial. Para nós, é um motivo de grande preocupação. Dentro dessa situação e exclusive as questões referentes especificamente à rolagem de dívida, queria lembrar que boa parte da dívida de que se fala, como mostrou aqui o Ministro Malan, tem a ver com dívidas próprias dos Estados com bancos, entre Estados e bancos. São as famosas AROs - Antecipações de Receita Orçamentária. Tem a ver com dívidas com fornecedores, com serviços, com construtores dos Estados. Não são sequer relacionados com instituições federais. Essas foram renegociadas.

Mas tendo presente essas condições da rolagem, de possibilidades, há outras ações que a União tem tomado que são fundamentais para o enfrentamento desta situação dos Estados.

Em primeiro lugar, a reforma administrativa, realmente é fundamental a reforma administrativa. O peso que os Governadores estão dando a ela mostra isso, e o Governo Federal está bancando esta proposta. Aqueles que participaram da Constituinte sabem das dificuldades que estão envolvidas na apresentação e no desgaste político que isto envolve. No entanto, o Governo bancou esta proposta. A reforma, e incluo dentro da reforma administrativa o lado da reforma previdenciária que tem a ver com a área pública. Realmente a Constituição de 88 montou no Brasil um esquema perverso, inclusive original, não diria apenas na face da terra, mas no nosso universo e em quantos universos existirem, porque muitas vezes aposentados ganham mais do que os ativos. Isso realmente é uma contribuição original, sem a menor dúvida, é uma inovação brasileira que vai ficar durante séculos sendo repetida, vai ser origem para tese de mestrado, doutorado e de estudantes da Finlândia, como é que se inventou este sistema? Mas o fato é que se inventou e não há finanças que resistam a isso.

A questão da reforma tributária, olhando a médio e longo prazo pressupõe uma integração de máquinas de arrecadação e de integração dos fiscos estaduais e federal, que pode ter um efeito muito importante do ponto de vista do aumento da receita efetiva tributária.

A Lei de Concessões que criou as condições institucionais para que Estados e Municípios transferissem a condução de serviços públicos para a iniciativa privada.

A Lei, chamemos assim, Rita Camata, que assegura base legal para os Estados exercerem maior controle sob os gastos com o pessoal, evitando os excessos, inclusive no meio do caminho, não apenas como resultado **a posteriori**. Além disso o Governo Federal tem apoiado e vai apoiar, dentro de todos os limites de suas forças, inclusive criando condições, dando, do ponto de vista financeiro, nessa direção as iniciativas de privatização que os Estados possam tomar em diferentes áreas, portanto, são questões que nos preocupam. Agora, olhando dinamicamente, podemos ter uma visão menos pessimista a respeito dessa condução, porque muitas pessoas dizem: Bom, agora está esta situação, então, agora, faz o quê a curto prazo? Temos que olhar o curto prazo como parte do médio e do longo prazo, o que se tem que fazer para o futuro? Mantida a estabilidade e o crescimento econômico, mantém-se o crescimento da receita. O que nós precisamos fazer é portanto conter as despesas de custeio e este é o fator dinâmico de ajuste, aumento de receita, graças à estabilidade e ao crescimento econômico, confrontado com a contenção das despesas de custeio, aí nós temos, portanto, um fator dinâmico de ajuste que é fundamental. E temos realmente que pensar nestes ajustes de Estados e Municípios. Medido por necessidade de financiamento do setor público, no período de 85 a 89, a União teve um déficit da ordem de 5% do PIB. No período 90 a 94, e se estenderá para a média de 95, esse déficit caiu para 0,4%. Portanto houve um esforço gigantesco que, sem a menor dúvida, é uma das bases, não é exclusiva, não é uma condição suficiente, mas, sem dúvida, ajudou muito as condições da estabilidade. Temos que, de alguma maneira, facilitar para que este ajuste se desdobre, e também seja feito no plano dos Estados e dos Municípios.

Eu queria, por último, dizer aqui uma palavra a respeito da questão do Fundo Social de Emergência, porque ele tem a ver muito com a discussão que se tem travado para efeito de Estados e Municípios. A emenda neste momento está na Câmara. Evidentemente, ela virá para o Senado. E este é o **forum** dos Estados, o órgão que representa a Federação.

Gostaria de, muito brevemente, voltar a um assunto que já abordei no início. Em primeiro lugar, com relação ao Fundo, é preciso reconhecer o seguinte: o nome é inadequado, porque não se trata nem de Fundo nem é Social. Em essência, o Fundo Social de Emergência é uma desvinculação entre determinadas receitas e determinadas despesas, com vistas a combater o déficit orçamentário.

Em segundo lugar, diz-se que o Fundo entrega recursos de R\$23 milhões para o Governo gastar como quer. Falso! Tomara fosse assim. O Governo nunca pode gastar como quer, porque tudo tem que passar pelo Congresso. Teríamos R\$22 bilhões de recursos livres para investir e gastar. Na verdade, não é assim. Embora a margem de desvinculações seja dessa ordem, a maior parte dos recursos volta as suas origens. O resultado líquido, do ponto de vista de cobertura do déficit governamental, é da ordem de R\$3,8 bilhões para o Orçamento de 96. E esses recursos não são utilizados segundo o livre arbítrio do Executivo. São estabelecidos; já estão na proposta orçamentária. Se recurso houver de maior folga no futuro - que, infelizmente, não prevemos que existirá -, isso teria que passar também pela aprovação, no que se refere às despesas, do Congresso.

Um terceiro ponto é quanto à utilização dos recursos do FSE fora da área social, para se comprar goiabada, passagens etc. Aqui há uma confusão que decorre do nome inadequado, insisto. Lembremos - insistindo - que os recursos do FSE estão destinados a cobrir o déficit do Governo, a cobrir despesas. Há, também, confusão em termos de fonte: se saiu desta ou daquela fonte. Na verdade, as fontes são definidas como instrumento de administração do Orçamento; não são, propriamente, de estabelecimento de vinculações. Essa não é uma questão relevante. Mas, de toda maneira, por razões políticas, vem sendo corrigida.

O quarto ponto é a idéia - e aí volto ao que havia dito - que o FSE prejudicaria gravemente Estados e Municípios, pois subtrairia recursos dos Fundos de Participação. Essa afirmação é falsa. Ela é baseada numa premissa estática e parcial da questão. Se olhamos 94 e depois 95, que são os dois anos em que o FSE teve vigência, comparando com 1993, quando não existia, vemos que as transferências dos Fundos de Participação cresceram, em termos reais, tanto no ano passado quanto neste ano. E o dado que dei este ano, se não me equivoco, é de um crescimento de 31% em relação ao ano passado. Ao contrário, o FSE ajudou a estabilidade de preço, ajudou o crescimento de receita a partir do dado que dei aqui. Portanto, temos que olhar dinamicamente, não podemos ter uma visão estática. Além disso, de que perda se fala? Fala-se basicamente de duas perdas. Em relação à primeira, a retenção pela União do Imposto de Renda na fonte dos seus servidores, ou seja, o IRPF, Imposto de Renda da Pessoa Física, dos servidores federais,

não entra no bolo para o cálculo do Fundo de Participação. É verdade. Mas lembramos que o Imposto de Renda da Pessoa Física dos Servidores Estaduais e Municipais não entra também no bolo de participação. Não vem para a União. Fica inteiramente nas mãos dos Estados e Municípios. A partir daí não se realiza nenhuma distribuição desses recursos. Pelo contrário, quando há devolução do Imposto de Renda, que é inteiramente capturado pelos Estados e Municípios, a União é que devolve. Portanto, é a reposição do elemento de injustiça dentro dessa relação. A segunda é a não inclusão, na base de cálculo dos Fundos de Participação - quando se fala das supostas perdas -, do resultado do aumento do Imposto de Renda Pessoa Física de 25 para 26,5%. Sabemos - isso foi aprovado na legislatura passada - que esse aumento se deveu exclusivamente à idéia de que ele serviria somente à receita da União. Portanto, é um aumento vinculado. Não houve perda, simplesmente porque isso não existia antes. Além disso, essa visão estática esquece um outro fato: há medidas, para o ano que vem, que tenderão a elevar o Imposto de Renda Pessoa Jurídica. A proposta enviada pelo Governo e preparada pela Receita Federal aumenta a arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; embora simplifique o imposto. O aumento da base do Fundo de Participação, somente por conta desse aumento, será de R\$2,4 bilhões. Portanto, nunca posso olhar parcialmente - olha um lado; não olha o outro; olha o momento; não olha dinamicamente.

Eu queria apenas fazer essa breve digressão, embora não seja um tema específico, para complementar minha exposição a respeito das condições econômicas dos Estados que, por sua vez, complementa a exposição bastante completa, bastante clara do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, com relação ao problema do endividamento propriamente dito.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLY - Os Ministros Pedro Malan e José Serra fizeram diversas menções a dados, por exemplo, sobre os Estados e mostraram tabelas. Talvez fosse interessante se pudessemos ter, até para formularmos melhor as questões, algumas informações. Por exemplo, refiro-me àqueles dados agregados sobre os Estados, de aumento de arrecadação. Talvez haja essa informação desagregada

por Estado. Se pudessemos tê-la isso seria de grande relevância para nós.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu pediria à Assessoria do Ministro que passasse ao Secretário da Mesa essa informação; depois iremos providenciar uma xerox para os Srs. Senadores.

Temos 12 Srs. Senadores inscritos. Cada Senador terá direito a usar da palavra por dois minutos. Pediríamos aos Srs. Senadores que cumprissem esses dois minutos. Cada um dos Srs. Ministros deverá tentar responder, no máximo, em três minutos; após esse tempo, acionaremos a campanha.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Srs. Ministros, senhores assessores, companheiros Senadores, é muito difícil encaminhar perguntas quando não há uma sugestão. Eu esperava, sinceramente, que os nossos Ministros, que têm talento, informação, e que já debateram bastante esse assunto, apresentassem qual a idéia, qual a concepção que desenvolvem a respeito disso que todos classificaram como sendo uma situação dramática, a dos governadores, dos governos estaduais e municipais.

Vou colocar dentro desse tempo limitado três questões. A primeira, uma das quatro perguntas feitas pelo Ministro José Serra é se os problemas dos Estados decorrem - vou associar duas perguntas - da transferência ou retenção de recursos pela União ou da não-evolução da receita dos Estados e Municípios. Essa série histórica não está cotejada com a evolução da receita da União. Eu gostaria de perguntar sobre isso, porque os dados de que disponho me informam o seguinte: a receita da União em 1995 deve ser 120% maior do que a receita da União em 1992 em termos reais. A minha pergunta é: qual o Estado do Brasil que teve uma receita evoluindo desse jeito? Se não teve, é evidente que houve um aproveitamento da União de recursos da massa arrecadada; e foi arrecadada somente para a União, fundamentalmente ao CO-FINS, que hoje deve representar mais ou menos 15% da receita da União - talvez eu esteja enganado. E os Estados não participam dessa receita. Na verdade, a União tem usado esse expediente de incrementar a sua fonte de receita; e dela não participam os Estados e Municípios em detrimento do Fundo de Participação.

E aí vem a segunda pergunta: qual foi a evolução do Fundo de Participação dos Estados e Municípios nos meses de julho, agosto e setembro de

1995? Quero ver se os meus números confirmam os que foram aqui apresentados.

Finalmente - e aí me dirijo ao Ministro Pedro Malan -, tenho muita preocupação com a avaliação que o Ministro aqui externou, não sobre o comportamento pessoal dos governadores, mas sobre o comportamento dos governos estaduais. Vou trazer aqui dois números.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - O tempo de V. Ex^a está esgotado, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Na reunião secreta, o Secretário da Fazenda de São Paulo nos informava o seguinte: a despesa com o pessoal, no ano passado, no Estado de São Paulo, foi na ordem de R\$520 milhões/mês. Neste ano está em R\$920 milhões/mês. Quando aconteceu isso? Foi depois da eleição?

Outro dado: quantas Secretarias de Estado, quantos cargos em comissão, quanto de terceirização e quanto de elevação dos valores dos cargos em comissão - e só dos cargos em comissão - os Governos estaduais têm feito durante este ano o Governo federal tem avaliado para chegar a esse conceito e para o Ministro ter essa avaliação tão serena?

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Ministro José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Senador Esperidião Amin, o dado que apresentei aqui foi referente ao último ano, junho/junho. E a respeito do último ano, apresentei o dado. Quer dizer, em valores absolutos, a receita de Estados e Municípios agregada cresceu R\$15 bilhões e a da União, exclusive seguridade, R\$1,8. Eu não tenho dado incluindo seguridade. Posso fazer chegar a V. Ex^a. Numa próxima vinda, podemos dedicar-nos a isso. Por que excluímos seguridade? Porque a da seguridade é vinculada. É vinculada ao INSS, à Saúde, e à Assistência Social. Essa é a questão fundamental. Então, eu dava o dado de despesa de receita de impostos, que é o que vai para a Educação, que está vinculada, mas é receita de impostos, é o que vale para Ciência e Tecnologia, é o que vale para Transportes, Recursos Hídricos, etc. Esta cresceu em níveis bastante moderados. Se se tomar 1988 - infelizmente não tenho aqui o número, mas tenho isso disponível -, o crescimento da receita de impostos pagos à União é muito mais baixo, comparativamente, que o dos Estados e dos Municípios - de impostos, não da seguridade social. Por isso, é que sempre tenho dito, o que é crise fiscal do ponto de vista da receita? Não é Estados e Municípios e não é a seguridade social da

União. É a parte das finanças federais que vive de impostos. Essa que é a realidade. Por um comportamento menos dinâmico e pelo aumento da fatia das transferências federais para Estado e Municípios.

Tenho aqui um dado do Tesouro, que precisaria fazer quais são as receitas compostas, que mostram o seguinte: 1988/1989, as receitas caíram... Esta é uma tabela que precisaria qualificar melhor. Eu prefiro não entregar o número e esperar para ter um número mais preciso posteriormente. Então, na verdade, quando nós analisamos evolução de receitas é muito importante separar os impostos das contribuições sociais. As contribuições sociais cresceram muito. Basta lembrar que o Cofins era 0,5% aproximadamente, o antigo Finsocial, e hoje é de 2%, fora encurtamento de prazos, etc. e que a própria contribuição previdenciária cresceu bastante. O COFINS hoje é, talvez, o segundo tributo, em matéria de importância federal, depois do Imposto de Renda, mais até que o IPI. Mas ele é vinculado. Esse é um dado importante, e essas outras áreas vivem, na verdade, de impostos.

A questão dos fundos de participação - tenho aqui o número. Evidentemente pela Lei de Murphy, que opera de maneira muito viva, quando procuramos os números... Temos as variações previstas até setembro. As transferências cresceram. Deste ano, dou o número mês a mês. O crescimento real com relação ao acumulado do ano, comparativamente ao ano anterior foi: janeiro, 18,9; fevereiro, 28,4; março, 27,3; abril, 32,8; maio, 29,7; junho, 36; julho, 35,3; agosto, 32,9; setembro, 31. Esses são os números mais ou menos próximos ao acumulado do ano passado. Crescimento real. É evidente que há flutuação mês a mês, porque depende da arrecadação do Imposto de Renda, de flutuação da atividade econômica, etc. Em todo caso, gira em torno de 30% real. Gira em torno de 30% real, que é um crescimento, eu diria espetacular em matéria de transferência.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN - Senador Esperidião Amin, muito brevemente. Em primeiro lugar, o senhor levantou um problema da maior relevância, que tem a ver com uma distorção grave, que eu espero seja corrigida, um dia, do nosso sistema tributário que contrapõe os impostos, como existem no resto do mundo, a essa enorme teia de contribuições e cascatas que hoje tem um efeito que eu acho não é o desejável em termos de uma estrutura tributária moderna. E leva a essa distorção a que o senhor se referiu, embora, no que diz respeito ao IPI, hoje,

57% dele seja transferido a Estados e Municípios. Imposto de Renda: 47% sejam transferidos a Estados e Municípios. As contribuições não o são. Eu já vi, em conversas informais com alguns Parlamentares, a sugestão de que talvez devêssemos um dia caminhar na direção, no sentido de racionalizar o sistema e fazer com que as transferências para Estados e Municípios se dessem em função de uma outra base de cálculo, que tivesse não essas contribuições em cascata mas, obviamente, quero crer que o percentual não seria 47, 57%, teria que ser um outro percentual menor, na medida que se ampliasse a base de cálculo. Agora, o ponto é da maior importância e merece uma análise séria, inclusive por este Congresso.

Quanto à questão de Governos Estaduais, V. Ex^a mencionou um dado que é eloquente por si só. Posso citar vários outros, mas não gosto de citar Estados particulares. Mas já que o senhor o fez, é um dado verdadeiro, uma folha de salários que quase dobrou de um ano para o outro, em reais, num período de inflação extremamente baixa. Isso está na raiz dos problemas de muitos Estados, como mencionei aqui e tem a ver com o fim da ilusão que antes permitia...isso eu ouvi também de vários Governadores que não viam como problema dar aumentos de salários de 30, 40, 50% porque a inflação se encarregava, nos meses seguintes, de corroer aquilo em termos reais. O Ministro Serra notou, com toda propriedade, hoje um aumento desta natureza - devo dizer com toda franqueza, infelizmente foram dados no final do ano passado e alguns casos ainda este ano, aumentos de 30, 40% - devo dizer que Judiciários e Legislativos Estaduais, superiores a 100%, foram concedidos agora. Quando a inflação está no nível que estamos agora, esses aumentos, como diz o Serra, em grande medida se transformam em aumentos reais de salário, e, portanto, contribuem para agravar uma situação financeira já não muito animadora. O senhor pergunta qual é o controle, o acompanhamento que tem o Governo Federal sobre essa questão. É limitado, na verdade, o controle que cada Governador tem sobre isso, é limitado. Na reunião do Palácio do Alvorada, ouvimos de vários Governadores comentários que, na verdade, recebiam a conta do seu Judiciário Estadual e do seu Legislativo Estadual, simplesmente sem ter acesso a ela os critérios que haviam presidido a sua evolução. E o que se esperava é que simplesmente depositassem na conta apropriada o valor, ali indicado, com aumentos autoconcedidos

de salários, investimentos decididos independentemente no que diz respeito a prédios e construções de toda ordem. Acho que há uma preocupação crescente de um número grande de Governadores que chegaram a formular de forma patética até a questão. Que não haviam se elegido Governadores para se transformarem em meros administradores de folha de pagamento de pessoal. Uma situação que, infelizmente, um número expressivo deles, hoje, está reduzido, e o equacionamento dessa questão, volto a insistir, passa por decisões que estão tendo lugar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Ministros, V. Ex^{as} foram informados de que esta Comissão teve a oportunidade e até mesmo o privilégio de abrir um amplo debate para o conhecimento da opinião pública sobre o endividamento dos Estados e dos Municípios. Claro que as exposições feitas pelos 27 Secretários da Fazenda, acrescidas pelas exposições dos 27 Secretários do Planejamento, trouxeram a esta Comissão e ao Congresso Nacional uma impressão, e mais do que uma impressão, uma convicção de uma situação de caos existente nas contas públicas dos Estados, Municípios e, quase que se podia dizer também, da União. Isso imputou numa informação que penetrou todo o tecido da sociedade brasileira e, conseqüentemente, criou-se um quadro de expectativa de um caos. E por isso mesmo alguns secretários e governadores declararam que não era mais um problema de Estados, não era um problema de Municípios e não eram problemas regionais, mas eram problemas de macroeconomias, um problema político-nacional.

Orá, quando o Presidente da República voltou de uma de suas viagens ao exterior Sua Excelência, de certa forma, atenuou esta impressão ou esta convicção, estabelecendo um diálogo muito cativante entre o Presidente da República e os Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) (Fazendo soar a campainha) - Seu tempo está esgotado Senador. Vou pedir a V. Ex^a que encerre suas perguntas.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - A impressão que se tem é a de que o Congresso funciona como um acelerador de pressão e, ao mesmo tempo, o Governo, talvez porque lá nos seus gabinetes tenha mais de estabilidade e menos emocionalidade, funciona como um esmaecedor de pressão. Fica então essa preocupação de um debate que se trava no Con-

gresso Nacional e, ao mesmo tempo, no Governo. A indagação que faço, sucintamente, é a seguinte:

Em primeiro lugar, qual é o pensamento do Governo, ou particularmente dos Ministros da área econômica, sobre a taxa da rolagem da dívida dos Estados? Ela, no momento, como todos sabem, é de 11%, e os Secretários que estiveram aqui pleitearam uma redução dessa taxa para 6%, para 7%, para 8%, e até mesmo a inclusão de dívida contratual nessa taxa.

A outra indagação que faço, não sei se está um pouco fora, mas V. Ex^a vem tratando aqui de assuntos que envolvem toda a economia nacional, é sobre como os Ministros vêem a emenda que transita pelo Congresso Nacional, de interesse do Ministério da Saúde, que é considerada uma emenda fundamental para um dos problemas mais graves e aparentemente insolúvel, que é o problema da saúde do Brasil?

O Ministro Jatene desenvolve uma pregação, como se fosse um missionário solitário, sem a participação do Governo e, ao mesmo tempo, os Ministros não participam de uma forma mais concreta. São as duas colocações que faço debaixo da pressão do Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a ultrapassou o seu tempo em dois minutos.

Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN - Muito obrigado, Senador Francelino Pereira. Estou seguro de que falo aqui em nome do Ministro José Serra. É de grande importância esse amplo debate que o Congresso promoveu com Secretários de Fazenda e de Planejamento de Estados e Municípios.

Não compartilho da idéia de causa, a que o V. Ex^a se referiu, mas considero fundamental uma compreensão por parte desta Casa dos reais desafios e problemas que enfrentam aqueles responsáveis pela gestão das contas públicas no nível estadual e municipal. V. Ex^a tem toda a razão. Como trabalhamos com orçamento público consolidado, vale dizer, o que importa para a discussão macroeconômica, como V. Ex^a bem notou, é o resultado do Governo Federal, Previdência, Estados e Municípios, estaduais. Esse agregado é que importa. Obviamente, problemas sérios de dificuldades no âmbito das finanças estaduais são uma preocupação também do Governo Federal. Mencionei isso na minha introdução nesta intervenção. Gostei da sua dialética da aceleração e do esmaecimento de pressões, no qual o Congresso funcionaria corretamente. A meu ver essa é uma função legítima desta Casa. O Congresso em qual-

quer democracia procura levantar questões e problemas e cobrar, conjuntamente com o Executivo, soluções para eles. Não chamaria o Governo federal de esmaecedor de pressão, mas procuramos equacionar problemas que envolvem com frequência compatibilização da pressão política, para uma solução rápida, com a necessária discussão sobre técnicas...

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Esse é o diálogo entre os dois lados da rua.

O SR. PEDRO MALAN - Exatamente.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - O Congresso está de um lado e Executivo do outro.

O SR. PEDRO MALAN - É imprescindível e absolutamente fundamental.

V. Ex^a pergunta, e vou responder rapidamente qual é o pensamento do Governo sobre a questão da taxa de rolagem de dívidas dos Estados, com toda franqueza. No que diz respeito à dívida contratual, entendemos que não é o momento de reabrir a discussão sobre os percentuais, a caracterização do tipo de dívida objeto de negociação de 1993, a definição de renda líquida real e o percentual acordado, que no momento se encontra em 11%. No momento, apenas 9, no máximo 10 Estados estão batendo nesse percentual. Isso representa um terço do total. Para os outros dois terços essa não é a questão que se coloca. Preferimos nos concentrar no equacionamento do problema da dívida mobiliária, que tem de ser equacionado com o concurso do Governo federal e do Banco Central, e na questão dessa proliferação de operações de antecipação de receita orçamentária com bancos privados a taxas escorchantes que vêm tendo lugar e com o equacionamento nas reformas ora no âmbito do Congresso Nacional.

Na última pergunta, V. Ex^a mencionou aqui a emenda de interesse do Ministro Jatene. Queria aproveitar a oportunidade para dizer que a emenda é de interesse do Governo e não do Ministro Jatene. Isso foi objeto de uma extensa discussão no âmbito do Governo. A proposta da contribuição sobre movimentação financeira, tal como encaminhada aqui, não é a proposta do Ministro Jatene; é a proposta do Governo encaminhada como tal ao Congresso. Tenho dito isso de público, assim como o Ministro José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao terceiro inscrito, Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES - Srs. Ministros, parece que desta crise está emergindo a clara consciência, inclusive entre os parlamentares e Governadores, de que...

(INTERVENÇÃO FORA DO MICROFONE.)

O SR. PEDRO MALAN - Perdão. Eu queria dizer que ela tem apoio do Governo e não apenas do Ministro da Saúde.

O SR. JEFFERSON PERES - Queira descontar do meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Será descontado Senador.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. JEFFERSON PERES - A clara consciência de que este é um problema de todos nós, porque não se pode mais resolver o problema dos Estados mandando a conta à viúva, que é a União, porque a União não pode mandar a conta a ninguém.

Sr. Ministro Pedro Malan, ficou claro da sua exposição também que nos Estados cada caso é um caso. Há Estados, por exemplo, que não tem dívida mobiliária, apenas e principalmente dívida contratual, que foi toda repactuada por 20 ou 30 anos. V. Ex^a reconheceu também que, com a mudança de contexto de 1993 para cá - antes a inflação variava de 30 a 40%, o que resolvia o problema financeiro dos Estados, e agora com uma conjuntura de inflação de 1 a 2% ao mês, a situação mudou. Alguns Estados estão em situação realmente muito difícil em virtude do comprometimento de quase toda a sua receita com a folha de pagamento e despesas incompressíveis. Pergunto se, diante dessa situação no caso desses Estados, se poderia renegociar com a redução do percentual de comprometimento e com a vinculação, que, segundo leio nos jornais, já estaria em curso por parte da equipe econômica, de parte dessa amortização da dívida com investimentos da União nesses Estados. Isso não seria dado gratuitamente.

Acho que o Senador Esperidião Amin tem razão, V. Ex^a, num gesto diplomático, embora tenha dito que não o fez assim, disse que todos os Estados estariam praticando política de austeridade; eu não tenho tanta certeza assim. Acho que em alguns ainda existem gorduras a serem cortadas. Poder-se-ia exigir uma contrapartida dos Estados, ou seja, compromisso dos Estados de reduzirem despesas supérfluas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN - Muito obrigado, Senador. V. Ex^a tem toda a razão. Volto a insistir. Temos que encontrar uma solução conjunta, porque é muito da nossa tradição, ou foi durante décadas, para não dizer séculos, a idéia que veio talvez da nossa tradição ibérica de os problemas serem reme-

tidos à Coroa. Cabe à Coroa, ou caberá à Coroa, assumir ou resolver tal problema; durante muito tempo se fez isso em relação ao Governo Federal.

Cabe ao Governo Federal resolver determinada questão. Isso deverá ser resolvido conjuntamente, porque, como sabemos, para todo o problema existe uma solução, desde que se espete a conta no Tesouro Nacional, o que vale dizer, na sociedade como um todo. Gostei da sua intervenção quando mostra que a solução tem que ser conjunta e cooperativa.

Sobre a idéia de redução do percentual de comprometimento, em troca de programas de investimento do Governo Federal, no Estado específico - idéia sobre a qual talvez o Ministro José Serra queira fazer algum comentário, em particular sobre a segunda parte -, falamos aqui de novo do percentual hoje comprometido com o serviço da dívida contratual e volto a dizer: acho que essa não é a questão fundamental, que deveria estar no foco da discussão. O problema está na dimensão da situação do balanço primário desses Estados, vale dizer: gastos correntes e arrecadações correntes.

Volto àquela analogia, Senador: há Estados que gastam 100% da sua arrecadação, hoje, com folha de pagamento. A solução para esses Estados não será a redução de 11 para 9% do comprometimento dessa receita com a dívida contratual, já negociada em 1993. Ao invés de gastar 100%, gastará 98%. Como algumas dessas folhas crescem vegetativamente, a dois e três por cento ao mês, algumas delas, por conta de decisões autônomas de judiciários, legislativos e coisas dessa natureza, o problema da dívida se recolocaria poucos meses depois.

Passarei a palavra ao Ministro José Serra, para falar sobre investimento. Queria apenas fazer um comentário.

Lá se foi o tempo, não tão distante assim, a um quarto de século atrás, no auge das nossas centralizações, em que o Governo Federal transferia apenas 12% da sua receita para Estados e Municípios, da arrecadação de Imposto de Renda e IPI; hoje transfere 57 e 47, respectivamente.

É claro que quando transferia apenas 12%, aquilo permitia que o Governo Federal tivesse uma série de programas de investimentos, do Governo Federal em Estados - o Ministro Serra nota com propriedade. O Governo Federal não é um ente de razão, gasta em Estados e Municípios, não gasta em Governo Federal, pois não existe essa localização física. Todos os gastos do Governo Federal são realizados em Estados e Municípios. Quando se transferia apenas 12%, o escopo para a realização de pro-

gramas de investimento Federal em Estados e Municípios era maior do que quando as transferências eram de 47 e 57%, respectivamente, do IR e do IPI.

Não sei se o José Serra quer comentar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Acredito que a questão de fazer elementos de compensação de rolagem com investimentos não pode ser encarada do ponto de vista agregado, porque está limitada pela disponibilidade de recursos, pois no fundo equivaleria simplesmente a substituir uma parte da rolagem por recursos que seriam encaminhados aos Estados. Por outro lado, isso está limitado pelas disponibilidades do Orçamento.

Para grande parte dos Estados, por isso é que teria que ser caso a caso, não resolve o problema. O que vemos, em vários casos, são governadores austeros, gente preparada, que simplesmente pegou uma folha de salários que come 90, 90 e tantos por cento da receita. Mais ainda, com o crescimento vegetativo da folha de salários, quer dizer, sem promoção de nenhum reajuste, de dois, três, quatro por cento ao mês, por conta de quinquênios, enfim, uma série de aumentos automáticos, passagem para aposentadoria; isso é aquilo, e que no passado a inflação comia em valores reais e hoje não come.

Então, muitas vezes fazer o investimento não resolve o problema financeiro, equivale apenas a aumentar a despesa agregada sem resolver o problema específico.

Um outro elemento é o seguinte; hoje no Brasil, inclusive em função da reforma que houve da nova Constituição, Estados e Municípios investem na administração direta mais autarquias em torno de seis vezes mais que a União. Se incluirmos as empresas estatais, o investimento é mais ou menos um a um. Olha que estamos incluindo Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás etc.; somando tudo isso, o investimento Federal é igual ao dos Estados e Municípios. Apenas a administração direta e autarquias é 1/6, portanto, é muito limitado o efeito substituição que possa haver. Realmente, não tem o peso que normalmente se atribui. Mas acho que no exame caso a caso é possível encontrar soluções, porém seriam casos específicos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Em economia e administração não há milagre. O Governo Federal espera arrecadar alguma coisa a mais sobre Estados e Municípios; o Município espera tirar do Estado e do Governo Federal; o Governo Estadual espera tirar

do Governo Federal e dos Municípios. Então, temos que achar uma forma e imagino que essa seja a grande dificuldade.

Se não houver uma reforma administrativa, e rápido, vamos ter um problema muito sério. E aí não entendo por que o Governo não tem feito uma pressão maior para sair antes da reforma tributária. Não adianta fazer a reforma tributária se não fizer a administrativa, ela urge. Essa é a primeira colocação, por que não tem sido dada tanta ênfase.

A segunda colocação é a de que temos um projeto de lei tramitando nesta Casa; V. Ex^a mesmo, Ministro Serra, disse que é "pôr fogo na casa para assar o leitão". Mas se está resolvendo projeto da negociação de toda a dívida, geral. E há casos e casos. São Paulo, por exemplo, tem uma dívida tão grande que o Governo não tem como assumir, mesmo que queira; e há o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mato Grosso do Sul, por exemplo, está ingovernável, porque não paga salário acima de R\$1 mil; Alagoas está com três meses sem pagar salários e com dificuldades sérias; Piauí, que está tendo 40% da dívida, e que neste mês está arrecadando 32 e pagará 16 se não for negociado urgente; estes estão ingovernáveis além de outros.

Qual será a estratégia do Governo? Vai negociar caso a caso, mas há pressão; neste mês, por exemplo, o Piauí não tem como pagar, assim como Alagoas, Mato Grosso e outros.

Os AROs são a única solução, mas estão custando uma fortuna; o Governo tem alguma estratégia para facilitar a vida das prefeituras, principalmente, em relação aos AROs? Qual será a solução?

Finalmente, em relação ao Ministro Jatene, ouvi V. Ex^{as} entrarem no assunto. Aceitam os Ministérios de V. Ex^{as} que ele seja vinculado e temporário? Porque a grande maioria da Casa acata, desde que seja vinculado e temporário; fora disso, para colocar numa coisa comum... Até porque temos visto que dinheiro da Cofins existe e do FAT também. A Cofins já arrecadou este ano quatro bilhões, o FAT arrecadou um; isso era para a Saúde, mas estão sendo pagos funcionários da União. E estamos com problema de pedir mais um imposto, com o que até concordamos - eu pessoalmente -, mas desde que seja vinculado e temporário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Vou responder parcialmente, depois passarei a palavra ao Ministro Pedro Malan.

A respeito da pergunta sobre o ICMS, a resposta é sim; aceita.

A questão inicial, que eu havia dito "pôr fogo na casa para assar um leitão", é a seguinte: uma lei geral mistura tudo. Há o caso de Estados que são pequenos, o problema é relativamente pequeno e há outros que são gigantescos. Fazer uma lei geral é criar um problema descomunal, muitas vezes para resolver questões que são, do ponto de vista macroeconômico, relativamente moderadas. Então, daí, no meu entendimento, a correção da estratégia de tratar caso a caso. De repente, para resolver um problema pequeno, ou vários problemas pequenos, cria-se um descomunal, porque há muita desigualdade no peso das dívidas estaduais. O Ministro Malan fez aqui uma classificação importante de cada uma dessas dívidas, inclusive da mobiliária, que não é uma dívida com a União; de repente, criamos um sistema de rolagem, que traz um ônus intolerável a título de resolver coisas que, na verdade, não tem nada a ver, como por exemplo uma dívida pequena com a Caixa Econômica, etc. Por isso é que tem que ser caso a caso, daí a origem daquela expressão que comentei com V. Ex^a no outro dia.

Passaria ao Ministro Malan para complementar no que se refere ao aspecto das AROs, especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN - Com sua permissão, primeiro, folgo em ouvi-lo dizer que em economia não há milagres. Dissemos isso há tempos. Não há substituto para o trabalho sério e para uma tentativa de equacionar problemas conjuntamente com esta Casa.

Tomei aqui como admoestação, no sentido positivo da palavra, que o Governo não se estaria empenhando com a intensidade desejável a seu juízo para aprovar a reforma administrativa, que é essencial para o equacionamento dos problemas dos Estados. Não temos perdido nenhuma oportunidade, o Ministro José Serra e eu, de insistir na importância fundamental da aprovação dessa reforma, principalmente em um ponto: a reforma deve incluir parte do que está na reforma da Previdência, encaminhada no início deste ano, e que tem a ver com aposentadorias para certo tipo de funcionários públicos e que deve ser parte integrante da reforma administrativa, assim como o imposto de renda de pessoas jurídicas, na medida em que parte desse imposto é transferido automaticamente a Estados e Municípios. Isso deveria ter também prioridade nesta Casa; portanto, de-

vemos passar essa idéia sobre a urgência. De resto, a nossa percepção é que os Governadores compartilham dessa nossa visão e estariam também transmitindo isso, de alguma maneira, a suas respectivas Bancadas.

Sobre a questão da dívida, o Sérgio já respondeu; é melhor tentar resolver caso a caso, na medida em que o tipo de problema, a natureza da dívida e, às vezes, as soluções a serem encontradas, tamanhos relativos, variam de Estado para Estado. Temos feito algumas coisas típicas, mas não quero listá-las todas aqui.

Fizemos para um Estado securitização do CRC, aquilo foi estendido. Depois a todos os Estados que tinham o CRC a ser securitizado e minorou o problema de alguns Estados dada a sua dimensão.

Havia o problema de concentração de pagamentos semestrais em que diferimos, no tempo, o pagamento semestral. Permitimos que em dívida externa, as mesmas condições obtidas na negociação externa fossem transferidas para Estados da sua participação. ARO é um problema sério que estamos discutindo com os Estados e com os bancos, também porque achamos escorchantes as taxas entre 5 e 10% ao mês, que alguns bancos privados estão cobrando de Estados para operações de ARO.

Sobre o ICMS, o Ministro Serra já respondeu, mas agradeço a sua sugestão. No que depender de nós, dedicaremos mais empenho para o sentido de urgência com que a reforma administrativa deve ser tratada por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Srs. Ministros, embora estejamos discutindo um problema de relevância muito grande para a Nação, eu gostaria de particularizar esse problema. Por ocasião da renegociação das dívidas dos Estados, no âmbito do Senado Federal, o então Senador Fernando Henrique posicionou-se de maneira veemente no sentido de que aqueles Estados costumeiramente adimplentes, que gerenciam muito bem as suas finanças, tivessem uma contrapartida.

Eu gostaria de falar de maneira específica do Estado do Tocantins, Srs. Ministros, que é um Estado que não tem uma universidade federal, que não tem uma rede de comunicações, que não tem nenhum funcionário do Estado pago pelo Governo Federal. Esse Estado não recebeu os repasses constitucionais para sua implantação.

Eu gostaria de saber se esses Estados que costumeiramente vêm gerindo bem as suas finan-

ças, no processo de renegociação dessas dívidas, vão ter algum privilégio, alguma contrapartida. Mesmo porque o meu Estado, embora não tenha dívida mobiliária, tem apenas as dívidas contratuais. Já tivemos casos de várias intervenções do Estado em Município e até suicídio de prefeito.

Eu perguntaria qual benefício receberiam esses Estados, não somente o Estado de Tocantins, recém-criado, mas os Estados que normalmente têm gerenciado bem as suas dívidas em prejuízo dos seus investimentos. Perguntaria ao Ministro José Serra se o Governo Federal cogita efetivamente de condicionar ajuda aos governos estaduais e municipais à maior agilização nos respectivos processos de privatização.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Não há nenhum elemento de condicionamento, até porque os Estados têm autonomia nessa matéria e seria um exercício indevido de poder por parte da União nesse aspecto. O que o Governo pretende, efetivamente, é criar facilidades. Estamos, inclusive, discutindo isso, não há uma proposta concreta ainda, mas pensa-se em dar incentivos; não é propriamente recursos para que a privatização possa prosperar; agora, é uma decisão soberana de cada Estado. Isso é muito importante ter presente. Estamos em uma Federação, não é um Estado centralizado.

Com relação à questão de Estados que têm menos problemas. Se não me engano, foi no final de 1991 para 92, quando foi votada a lei para a rolagem tanto na Câmara, eu, quanto o Senador Fernando Henrique aqui, no Senado, como Líder do nosso Partido, levantamos problemas de ordem de desigualdade, de prelação daqueles que, na verdade, tiveram um comportamento menos austero que outros, independentemente do Governador, porque essa é uma questão histórica. Muitas vezes, o Governador chega e encontra uma determinada situação.

Agora, de novo, é um critério de se examinar caso por caso, não é uma questão geral de estabelecimento de parâmetros ou de critérios, porque necessariamente cada caso é um caso, que, sem dúvida, deve ser levado em conta, nesse processo específico de examinar Estado por Estado. No entanto é impossível estabelecer uma regra geral, porque cada situação é muito diferente.

Por outro lado, é inegável que os Estados que têm uma situação financeira mais ordenada, têm vantagens naturais, por exemplo, na questão de financiamento externo. Isso vale também para muni-

cípio. Não vou entrar no exemplo nominal de cada caso, mas há Estados que hoje estão numa situação vantajosa, porque passam com muito mais facilidade pelos obstáculos de limites de endividamento, de apreciação por parte das entidades internacionais, etc.

O Banco Mundial e o BID estão agora trabalhando com linhas de financiamento para contribuir para processos de ajustes nos Estados. Eles vão fazer uma experiência com dois ou três Estados no Brasil. Isso o Governo Federal não interfere diretamente, porque eles têm os dados, têm os números, etc. São financiamentos muito vantajosos, não são para investimentos diretamente, são para reestruturação financeira. Naturalmente, eles vão olhar para aqueles que têm um desempenho histórico mais favorável. Temos alguns claramente nessa situação e outros claramente numa situação oposta. Eles, naturalmente, acabam tendo mais vantagens, ou seja, a ordenação das contas públicas, evidentemente, cria facilidades para alguns Estados muito claramente.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, V. Ex^a me permite uma réplica?

O SR. JOSÉ SERRA - No Estado de V. Ex^a, a situação financeira do Estado, na verdade, favorece inclusive abertura de processo de financiamento - estamos cooperando com isso - externo, exatamente porque tem uma situação, eu diria, relativamente favorável nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a dispõe de mais um minuto.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Estamos fazendo a contratação de crédito externo do Governo japonês para implementação do Prodecet. Será o 21º PRODECER a ser implantado no Brasil.

O SR. JOSÉ SERRA - Com apoio, V. Ex^a sabe, do Governo Federal.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Mas com a restrição violenta do Banco do Brasil. É bem provável que não consigamos implantar esse Prodecet, e o Estado do Tocantins foi o que ofereceu as melhores garantias, as melhores condições até hoje. Gostaria apenas de frisar que o Embaixador japonês, às 10h, hoje, foi para o Estado do Tocantins, e haverá uma reunião do Conselho Diretor do Banco do Brasil.

Estamos encontrando uma dificuldade terrível para implantar o Prodecet no nosso Estado. Gostaria de pedir o apoio de V. Ex^a e do eminente Ministro Pedro Malan.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Senadores; eu gostaria de fazer referência a um fato que já foi abordado aqui sob outros ângulos e que, na verdade, tem sido comentado por muitos Srs. Senadores. Diz respeito a uma observação feita pelo Ministro Malan, que mencionou que os 20 anos imaginados para a rolagem da dívida seriam aqueles perfeitamente em condições de pagamento e que se o prazo fosse maior é claro que haveria uma dilatação muito grande e certamente maiores dificuldades de quitação da dívida dos estados.

A minha questão, então, é a seguinte: sei que vivemos na Federação e que este Senado Federal espelha a Federação porque os estados presumem-se iguais, mas, razoavelmente, deve haver a seguinte situação de quatro ou cinco estados devem, talvez, 80 a 90% da dívida e isso é uma imaginação apenas e, quanto aos demais, todos, inclusive o meu, devem uma quantia irrisória se comparados a esses estados.

A pergunta é se não seria possível equacionar ou dilatar o prazo e reduzir os índices desses estados menores que não representam praticamente o ônus que representam os grandes estados?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Obrigado, Senador Hugo Napoleão.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN - Muito obrigado, Senador Hugo Napoleão.

Acho que é importante fazer uma distinção entre a dívida contratual, aquela que foi objeto da negociação de 1993 e a dívida...

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Estava me referindo especificamente à contratual.

O SR. PEDRO MALAN - No que diz respeito à dívida contratual, volto a lembrar que são nove ou no máximo dez estados que estão chegando ao limite de 11% do comprometimento da renda líquida real, para 2/3 dos estados brasileiros essa não é a questão relevante. A dívida contratual não é o problema, uma vez que está equacionada em trinta anos com uma taxa de juros que é fixa e baixa e, portanto, as questões são de outra natureza.

V. Ex^a, todavia, tem toda razão quando diz que nesses nove estados a questão merece ser encarada com atenção e detalhes. Isso estamos fazendo. O Ministro José Serra me lembrou recentemente decisões que temos tomado no âmbito do Conselho Monetário Nacional que procuram equacionar topicamente algumas situações específicas, inclusive no estado a que V. Ex^a se referiu.

Estamos dando continuidade a esse processo através de um diálogo constante com os governadores e secretários de fazenda, procurando listar todos os problemas do fluxo de pagamentos para o futuro, identificar questões específicas e, sempre que possível, dentro da lei, encontrar uma solução. Estaremos dando continuidade a esse trabalho e espero que o problema vá diminuindo de intensidade à medida em que caminhamos para equacioná-lo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda, Prezados Ministros Pedro Malan e José Serra, propor o Fundo Social de Emergência por mais quatro anos não indicaria uma falta de confiança do próprio Governo na viabilidade política de suas propostas de reforma tributária, afinal o Fundo Social de Emergência acabará durando seis anos, além do mandato do atual Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Ministro José Serra, já reconheceu que o Fundo Social de Emergência não é fundo social e se for de seis anos não será de emergência.

1) Avalia V. Ex^a que o Congresso Nacional e a sociedade conhece suficiente e previamente o que se pretende fazer com os R\$22.000.000.000,00 (vinte e dois bilhões) ou seremos surpreendidos novamente com gastos de prioridade social tão questionáveis quanto os que têm sido objeto de divulgação?

2) O que poderíamos, nós, Congresso Nacional e Poder Executivo, realizar para termos melhor controle e não termos surpresa sobre eventuais gastos prioritários e bem mais cuidados? Que passos dar nessa direção?

3) De um lado quer o governo que o Fundo Social de Emergência desvincule recurso e, de outro, aceita vinculação proposta pela contribuição e movimentação financeira com os recursos para a saúde. Não há, no caso uma contradição a ser explicada?

4) Sobre o Imposto de Renda da Pessoa Física, dada a distribuição de renda tão desigual, que estudos embasam a proposta que tem sido anunciada pelo governo de que deveria haver uma diminuição da progressividade com faixas de incidência apenas, isenção, até certo ponto, depois 15 e 25, ao invés de termos, isenção 5, 10, 15, 25, 35 e, talvez, 45?

5) É referente ao Estado de São Paulo e farei breves perguntas.

a) Qual o montante total das dívidas e débitos da União para com o Estado de São Paulo? Poderia informar o Ministro da Fazenda ou o do Planejamento?

to o tipo, os órgãos e o valor do principal e dos encargos?

b) Qual o montante global da dívida do Estado de São Paulo para com a União? Obviamente, quais os tipos, os órgãos e o valor do principal e encargos?

c) Que medidas foram ou estão sendo adotadas para que haja um encontro de contas entre o Governo federal e o Governo estadual?

Sr. Presidente, fiquei pensando quando o Ministro Pedro Malan disse que a atual safra de governadores era muito boa. Em face dos comentários de que o problema se encontrava na ação dos governadores do passado e tantos deles são hoje Senadores, como é que os Senadores presentes vão ajudar a resolver a situação, se, de alguma maneira, são responsáveis pelos problemas, uma vez que pertenciam à safra anterior de governadores?

C SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - No que diz respeito à questão do Fundo Social de Emergência, parte da resposta ao Senador Eduardo Suplicy já foi dada quando fiz referência na minha exposição; todavia, vamos repeti-la.

Em essência, trata-se de uma desvinculação. Essa a questão fundamental. Desvinculação parcial e necessária em face das vinculações estabelecidas pela Constituição. Diz S. Ex^a, mas se é por quatro anos, na verdade, mostra que falta confiança no acerto geral da contas públicas por parte do governo. Não se trata disso. Temos que realizar reformas, inclusive na parte de gastos públicos. Já disse, mais de uma vez, publicamente, que, para mim, de todas as reformas que correm aqui, no momento, de natureza constitucional, a mais importante é a administrativa e parte da Previdência que inclui a área pública, fiscal. Portanto, temos que promover essas reformas. Além disso, obter os seus efeitos, pois reforma na Constituição, muitas vezes, não é auto-aplicável. Demanda leis e demora tempo para produzir efeitos. Essa é a questão fundamental.

Quero dizer também que ainda temos proposta de reformas constitucionais para enviar ao Congresso Nacional na área de gastos. Apesar de não ter uma relação direta com o tema, a questão de criação de municípios é um assunto bastante discutido. V. Ex^a sabe que devem ter sido criados mais de mil municípios depois da Constituição e a maior parte sem critérios de natureza político-administrativa e econômica sustentáveis.

Na verdade, já deve ter aumentado o número de vereadores em dez mil, o número de prefeitos em

mil, aumentando o gasto público sem aumentar a receita; por outro lado, tudo acaba caindo no mesmo bolo do fundo de participação dos municípios. A questão básica é realmente dessas reformas. Pelo que conheço, V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, apoiará essas reformas, pois é indissociável a questão de o Fundo não ser mais necessário como, por exemplo, ao caso da reforma administrativa. Não podemos, de um lado, criticar o Fundo e, de outro, negar ao País, e não ao Governo federal, inclusive a Estados e municípios instrumentos para poder ter finanças públicas mais saudáveis.

No que concerne à melhora da utilização do Fundo Social de Emergência, eu tinha dito em minha exposição - e reitero - que a desvinculação afeta o montante da ordem de R\$20 bilhões; por exemplo, no caso da Previdência, a desvinculação que existe é compensada pelo que retorna. Na verdade, a margem, Senador, que é afetada para efeito do combate ao déficit público é menos de 1/4 desse montante. É da ordem de R\$3,8 bilhões, absolutamente demonstráveis - V. Ex^a sempre teve e continuará tendo acesso a todos os técnicos para poderem lhe transmitir a explicação do porquê desse montante.

Segundo, isso é aprovado dentro do Orçamento do governo, portanto, aprovado pelo Congresso Nacional. É preciso não confundir o critério de classificação de fontes para as despesas que é um critério de ordenamento para facilitar o processo orçamentário com a locação de despesas. Essa é a confusão que existe dentro do Fundo Social de Emergência.

Se em um determinado momento, com recursos do Fundo, pago essa ou aquela despesa, isso não é o mais importante, porque, na verdade, estou cobrindo despesas federais. Trata-se apenas de uma ordenação de fontes. Aliás, estamos ordenando e no fim do ano esse processo estará todo arrumado, mas por uma questão de natureza política.

Não há nenhum desperdício de recursos, tampouco um critério de que esse "real" pode ser usado para isso e não pode ser usado para aquilo. Não faz sentido do ponto de vista da política de cobertura do déficit. O Fundo se destina a isso e não a outras coisas. Não é uma outra vinculação, mas uma desvinculação.

Por último, a respeito da contradição que haveria entre a desvinculação e a vinculação da contribuição social. Volto aqui à resposta sintética que dei em meu nome e no do Ministro Pedro Malan ao Senador Ney Suassuna: na verdade, a questão da saúde é uma questão tópica e crítica. É, portanto, um problema específico, mas, se possível, será tempo-

rário. Ou seja, não se trata de uma contradição, na medida em que eu olho uma questão que é geral, mas necessária, e uma questão localizada. Seriam contraditórias se fossem duas medidas gerais, o que não é o caso.

Passo a palavra ao Ministro Pedro Malan para os restantes das respostas a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN - Eu gostaria de deixar claro que concordo em gênero, número e grau com tudo o que disse o Ministro José Serra.

Sobre a questão que V. Ex^a me cobra, Senador, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Física e a proposta que tem sido anunciada, eu gostaria de aproveitar, mais uma vez, para dizer que, até o momento em que o Governo apresenta formalmente a sua proposta, o que existe são especulações na imprensa. E não costumo fazer comentários sobre especulações e sobre hipóteses enquanto as questões estão em discussão.

Se a proposta estivesse aqui apresentada, não como medida provisória, mas como projeto de lei sobre Imposto de Renda de Pessoa Física para ser discutido, nesta Casa, eu responderia e defenderia a proposta tal como a encaminhada. Como ainda está em discussão interna, no âmbito do Governo, e como aparecem especulações, as mais variadas, sobre o que seria, na verdade, o produto final da proposta do Governo, vou pedir-lhe, mais uma vez, a sua compreensão e seguir a minha tradição de não fazer comentários sobre especulações de processos que estão em andamento. Isso vale nessa área e em várias outras também.

Sobre o Estado de São Paulo e as dívidas da União para com ele, ao que eu saiba, a União propriamente dita não tem dívidas com o Estado de São Paulo. Não posso falar aqui sobre dívidas que empresas, as mais variadas, possam ter, porque essa totalização não está comigo.

A informação que tenho sobre dívidas do Estado de São Paulo é o total, ou seja, administração direta, administração indireta, prefeituras. Isso diz respeito à Lei nº 7.976, MF 30, voto 340, voto 548, bônus de negociação da dívida externa, Lei nº 8.727 e dívida mobiliária. Esse total, em julho de 1995, chegava a valores entre US\$24 bilhões e US\$25 bilhões.

Sobre as medidas a serem adotadas para um encontro de contas, posso dizer que na medida em que a União, tanto quanto nossos registros mostram, não tem dívidas para com o Estado de São Paulo - e

não tenho a totalização de empresas que possam eventualmente ter dívidas ou créditos de São Paulo contra elas -, as medidas são aquelas que estão em discussão no momento. Mas devo lhe dizer que parte do problema é interno no âmbito do Estado.

Dívidas do Estado de São Paulo para com o seu respectivo banco, mais de 80% do total das operações ativas. Operações de crédito do Banco do Estado de São Paulo foram - e estão registradas nos livros - créditos concedidos ao Estado ou a empresas do Estado. Portanto, é uma questão de difícil equacionamento pelo Estado por si só, mas não é um problema do Estado de São Paulo com a União. É um problema interno do Estado de São Paulo e que tem a ver com decisões tomadas no passado.

Isso me faz chegar a sua última pergunta. É verdade. Disse sim e quero reiterá-la aqui. A atual safra de governadores, a meu juízo, é uma safra de excepcional qualidade. Ao dizer isso, Senador, sou radicalmente contra o que chamo de "fulanização", "beltranização" e "ciclanização" do debate político. Prefiro discutir idéias.

Ao dizer que considero a atual safra de governadores, com a qual tenho um contato mais estreito, de excepcional qualidade, em nenhum momento estou fazendo qualquer julgamento sobre safras anteriores de governadores, porque este não é o meu papel. Estava referindo-me ao momento presente. O que disse, sim, é que não era correto atribuir ou imputar aos atuais governadores, no poder há nove meses, a responsabilidade total pelos problemas que estão enfrentando. Já havia dito que, como tudo na vida, há legados do passado na sua vida, na minha, em instituições, em países, enfim, o passado é irrevogável. Podemos aprender com os erros cometidos e com os acertos, mas o meu propósito é sempre estar olhando para frente.

Portanto, gostaria de deixar claro que não houve, em nenhum momento, ao reconhecer os legados do passado expressos nos livros hoje, qualquer tipo de crítica a quem quer que fosse. Apenas fiz um elogio e prefiro sempre enfatizar o positivo nas minhas discussões públicas, pois é a partir do positivo que se avança, pois o negativo nada constrói.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Só quero discordar do Ministro Malan quando ele diz que o passado é irrevogável em todas as partes. Na União Soviética não era, porque até as fotos eram alteradas. Mas essa é a única exceção.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, não é propriamente o tema de hoje, portanto, não formularei a pergunta, mas gostaria de deixar registrada uma sugestão ao Governo, porque nestes últimos dias o Presidente do INCRA e o Presidente Fernando Henrique Cardoso procuraram dar uma nova ênfase à questão da reforma agrária e à questão da tributação da terra, do ITR.

Gostaria de dizer que considero importante que o Governo enfatizasse mais, dando prioridade à cobrança, agora que está em suas mãos esse poder, ou seja, que passe a cobrar muito mais fortemente o Imposto Territorial Rural com o princípio da progressividade. E para isso não precisaria de uma emenda constitucional passar para os Estados, porque hoje isso está nas mãos da União, e o Poder Executivo Federal muito pode realizar nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros, não estou no grupo dos Senadores que defendem a rolagem de dívida de governos estaduais, até porque não dá para generalizar e, em segundo lugar, porque quem faz dívida tem que pagar.

Entretanto, quero fazer alguns comentários. A Lei Rita Camata é inócua, absolutamente inócua. Todos os Estados brasileiros estão gastando mais de 60% com folha de pagamento. Por quê? Porque só deixará de ser inócua no momento em que fizermos a reforma administrativa. Sem reforma administrativa não se reduz custos. É absolutamente impossível. Há exceções, é claro, que são Estados que não estão gastando mais do que 60%.

Em segundo lugar, é importante uma lei para a transição dos governos, ou seja, final de governo, depois da eleição, até a posse do novo governo, pois aí tem havido muita farra de despesa. E isso não é privilégio de nenhum partido. Tem que haver um entendimento entre Poder Executivo e Congresso Nacional no sentido de fazermos esses controles.

Em terceiro lugar, lamento que o Governo e nós, do Congresso Nacional, não tenhamos o bom senso de examinar um pouco melhor essa emenda que manda recursos para a Saúde. E lamento também ouvir aqui que o Governo apóia essa emenda, a qual pretende criar imposto para pagar custeio. E já que está tão problemática essa questão de juros e essa questão de dívidas, é necessário aprovar outra emenda que dê recursos vinculados para abater dívida, sendo que o que for ganho com a queda de juros, seria usado para pagarmos as dívidas públicas.

Gostaria de fazer, portanto, três perguntas claras aos Srs. Ministros. A primeira sobre a antecipação de receita, ou seja, por que não exigimos que a antecipação só possa ser feita mediante algumas condições? Essa seria uma proposta para examinarmos. E mais, que só fosse feita em banco público, porque tem a vinculação do ICMS. A antecipação sendo feita em banco privado, pode-se encontrar todos esses tipos de taxas de juros: 5%, 10%, enfim, essa barbaridade que existe, porque há outras coisas além da antecipação de receita. Esse é o melhor empréstimo que se pode fazer, pois está vinculado ao ICM e não vai quebrar nenhum banco público com isso. Portanto, deveria ser proibido que fosse feito em banco privado e, sendo feito em banco público, sê-lo-ia mediante certas regras.

Segundo lugar, há governadores inventando venda de debêntures para não passar mais no Senado, nem no Banco Central. Estão criando empresas para venderem debêntures vencíveis daqui a quatro ou cinco anos. Isso é endividamento público, não temos como controlar.

Terceiro lugar, o que são juros normais? Se o Tesouro for lançar, hoje, títulos públicos no mercado interno, qual a taxa de juros que vai pagar? Sei que há quatro ou cinco tipos de papéis diferentes, mas num tipo de papel, quanto vai pagar?

A dívida pública brasileira não é muito alta comparada com o PIB. A Itália tem uma dívida muito maior, mas ninguém paga essa taxa de juros que está aí. Considero criminosa essa concentração de renda que o País está fazendo com taxa de juro. Estamos tirando do Poder Público US\$10, 15, 20 bilhões, para dar para quem tem dinheiro e emprestar para o Governo. A dívida pública interfere, gera juros altos ou não? O Ministro da Fazenda, pode, por decreto, dizer que a taxa de juro para a dívida pública pode ser de tanto. Que tipo de solução poderemos dar para essa dívida pública? Se não me engano a Argentina criou uma fórmula, uma solução: dolarizou essa dívida e colocou em 20 anos com uma taxa de juros razoável. Eram essas as três questões: o ARO, a venda de debêntures e os juros normais. O último, sem estar atingido, Sr. Ministro, pois sei qual é o conceito que V. Ex^a tem dos ex-Governadores que aqui estão. Mas quero lhe fazer duas observações: na atual safra de Governadores, existe um que fez uma concorrência pública e está gastando US\$23 milhões em propaganda; em outro Estado vizinho, outro Governador está gastando US\$45 milhões. Isso, como contrapartida, num contrato de BID, quantos quilômetros de asfalto poderia ser feito no

seu Estado? Duzentos ou trezentos quilômetros de asfalto. São da safra atual. Não gastei isso no meu mandato inteiro. Só para comparar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Ministro José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Inicialmente farei referência a duas questões que o Senador Kleinübing não resumiu como perguntas, mas que foram, na verdade, indagações. Em seguida passarei a palavra ao Ministro Malan para outras questões mais específicas que S. Ex^a enumerou.

Primeiro, na verdade, a Lei Rita Camata, que foi modificada nas duas Casas, ela, em tese, permite fazer ajustes mesmo sem a mudança constitucional, só que é muito mais difícil e ninguém experimentou até agora. Lembro-me, inclusive, que houve emendas do Deputado Luís Roberto Pontes - eu estava na Câmara naquela ocasião -, prevendo isso. Creio que é um assunto que deveria ser melhor debatido. Eu mesmo não poderia fazê-lo, agora, sem ter a lei às mãos, tal qual V. Ex^a, para podermos trocar idéias. Segundo, a respeito da questão da transição, V. Ex^a tem razão. Creio ser esse um problema crítico. Farei até uma revelação que há poucos meses preferi não divulgar, porque a posse, no dia primeiro de janeiro, se velou muito incômoda para o Presidente da República. Mas essa, na verdade, foi uma emenda de minha autoria, durante a Constituinte, exatamente para evitar o período que havia de penetração do Governo vincendo, já que terminava seu mandato, no orçamento do ano seguinte. A emenda visou, exatamente, fazer coincidir o término do mandato com o término do exercício orçamentário no dia 31. Por quê? Para que não houvesse comprometimento das despesas, e muitas vezes havia, do Governo que terminava com o que começava, quando era 15 de março.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Isso é problema de justiça. Quando houver justiça no País, quando alguém for punido acabará com tudo isso. Quem for eleito para um mandato deve cumpri-lo até o fim.

O SR. JOSÉ SERRA - Creio, efetivamente, que esse é um problema que merece ser tratado. Inclusive, como sugere o Senador, com medidas que prevejam punição para esses casos. Hoje isso não existe. No caso de o Tribunal de Contas que verifica legalidade e certos procedimentos que têm pouco a ver, digamos, com o desempenho numérico, efetivamente, daquilo que aconteceu. Creio que V. Ex^a tem razão. Seria preciso adotar medidas que, pelo menos, atenuem aquilo que eu dizia na minha exposição do efeito desse ciclo político sobre as finanças.

Isso numa era de estabilidade pode ser desastroso. No entanto, a estabilidade vale ouro. Não podemos derrubá-la só para atenuar esses efeitos. Aí volto aquilo que disse, não sei se V. Ex^a estava presente, quando um governador que está saindo dá aumentos substanciais que o próximo irá pagar - se temos estabilidade -, esses aumentos serão reais. Aí o comprometimento poderá ser fatal.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN - Mais uma vez concordo com o Ministro José Serra.

Em primeiro lugar, Senador, queria dizer que dentre os ex-Governadores, como se referiu o Senador Suplicy, tenho ao senhor e a vários que estão aqui presentes, também, em altíssima conta.

Quanto à sua pergunta referente à antecipação de receita orçamentária, creio ser uma sugestão razoável que estamos conversando com alguns Governadores sobre determinadas condições e regras. Obviamente são autonomia de cada Estado. O Governo Federal não pode entrar demais nessa questão, exceto através de conversa. Vejo vantagens em chamar a atenção para a bola de neve, engendrada em sucessivas operações de receitas que, pela lei, devem ser saldadas no primeiro mês do exercício, do ano calendário seguinte, a essas taxas que estão sendo tratadas, em sua maioria com bancos privados. O senhor tem razão. Provavelmente estão sendo feitas na suposição que elas se transformarão em operações de longo prazo, serão fundadas, de alguma forma, no futuro. O que creio ser arriscado, e não é o que diz a lei. V. Ex^a já havia chamado a atenção para essa venda de **debêntures**, conversíveis em ações de empresas do Estado, temos levantado essa questão com as áreas que identificamos nesse contexto. Sobre juro, V. Ex^a pergunta o que é juro normal. É uma resposta difícil. Seguramente não é este que temos hoje; mas não diria que a situação que temos hoje é anormal. Portanto, teremos juros normais quando tivermos uma situação caminhando para a normalização. Creio que esse caminhar tem uma passagem crucial por questões que estão sendo debatidas nesta Casa. Creio que é isso o que posso dizer.

V. Ex^a mencionou a solução argentina, de 1989, foi uma conversão compulsória. A criação dos chamados bonex, foi de maneira compulsória. A Argentina converteu toda a dívida pública, de curto prazo, em dívida de longo prazo, denominadas em dólares. Aquilo levou a uma crise financeira de 1 ano e meio a ser superada, e foi uma das razões da hi-

perinflação argentina do final da época. Foi uma espécie de repúdio à dívida pública existente. Há alguns economistas brasileiros que sugerem que o Brasil siga curso semelhante. Não me incluo dentre eles. Temos condições, na medida em que caminhe-mos na estabilização e equacionamento desses problemas fiscais para ter um alongamento voluntário e progressivo da maturidade dessa dívida, ter uma queda continuada das taxas de juros e equacionar o problema ao longo do tempo.

Sobre o comentário que V. Ex^a fez dos Governadores que estão gastando, demasiadamente, em propaganda... Aqui minha resposta é de um democrata. Aqui nós temos uma saudável e investigativa imprensa brasileira que não perderá a oportunidade de chamar a atenção daquilo que considerar desmandos de natureza administrativa. O melhor antidoto quanto a isso é a ação vigilante da imprensa e desta Casa.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Ministro Pedro Malan, quando falo em antecipação de receita, minha idéia é que seja a mais limitada possível, pois é uma bola de neve. Mas, a curto prazo, se proibir que se faça em banco privado, V. Ex^a pode ter certeza que cairá bastante a antecipação de receita. Direi por metáforas: há bons propósitos na antecipação de receita; mas, há maus propósitos.

Segunda questão: o maior problema do Brasil é sua dívida pública, é a taxa de juros que se paga por essa dívida pública. Títulos públicos à dívida pública. A economia não pode ser saudável se se em-prestar dinheiro rende mais do que fazer fábrica. Isso é pra mim a taxa de juros normal. Se vai haver uma crise financeira, tomara que sejam dos bancos, dos credores. Tínhamos, esta Comissão de Assuntos Econômicos - pena que seja complicada com o Regimento -, pois desde que cheguei aqui está preocupada com taxas de juros. Há uma unanimidade. Essa questão da dívida dos Estados foi levantada por causa da questão de taxas de juros.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - O tempo de V. Ex^a se esgotou, nobre Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING - E eu vou esgotá-lo, dizendo isto: se encontrarmos, se pudermos ser instrumentos para que V. Ex^a, na política macroeconômica, crie algum mecanismo para controlar o endividamento público e os juros, aí vamos chegar a um bom entendimento; senão vou inventar todo o

dia uma coisa para trazer o Ministro da Economia aqui, porque, na verdade, o que eles querem é diminuir a taxa de juros.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - É só um comentário a respeito da questão de fazer AROs com bancos públicos. V. Ex^a tem razão num aspecto, quanto à questão da taxa de juros. Por outro lado, qual é o outro lado da questão? É que no caso de banco público, se for banco estadual, cuja direção é nomeada pelo Governo, não haverá rigidez na cobrança da dívida envolvida pela área.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Mas é via ICM. É vinculado ao ICM.

O SR. JOSÉ SERRA - Se o Presidente e os diretores são nomeados pelo governador, como eles vão fazer seqüestro de ICM? Essa é a questão. Do ponto de vista político, cria-se um problema. Mesmo no caso de instituições federais, também serão exercidas pressões políticas. Vamos olhar os dois lados. V. Ex^a tem um lado que é correto e tem também o outro lado. Isso vai se prestar à pressão política e, provavelmente, essas pressões terão algum resultado.

Essa é a questão fundamental, Sr. Senador. Apenas para mostrar o outro lado do assunto de algo que se fosse examinado apenas do ponto de vista econômico, estritamente, V. Ex^a teria toda razão.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Ministro, o que me preocupa é que tem banco emprestando para uma prefeitura, em um mesmo dia, a 5% e para outra a 7%.

O SR. JOSÉ SERRA - A Prefeitura não pode tomar isso.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Antecipação de receita?

O SR. JOSÉ SERRA - Não deve fazer nesse caso.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Estou querendo dizer que essa diferença de 2% é outra coisa. Não é custo de dinheiro. Em banco público isso não existe.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro Malan.

O SR. PEDRO MALAN - Senador, muito rapidamente, V. Ex^a falou uma frase a qual atribuo grande importância nessa sua última intervenção. V. Ex^a me disse que se esta Casa puder ser o instrumento para a redução de juros, ela está preparada e esta Comissão em particular.

Diria que pode, pode sim. Sabe qual é a melhor maneira que esta Casa pode contribuir, ser um

instrumento efetivo para redução acelerada dos juros? É aprovando a reforma administrativa da Previdência, aprovando a legislação de imposto de renda de pessoa jurídica, aprovando o EPU, aprovando esse conjunto de reformas que aqui está, contribuindo para equacionar o problema das finanças públicas, governo federal e estadual. Quão mais rapidamente caminharmos nessa direção, mais rapidamente as taxas de juros chegarão ao seu nível normal.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO -- Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros, em primeiro lugar quero dizer que não me senti nem um pouco alcançado pelos comentários em relação aos governadores do passado, cada um nós sabe como agiu, como atuou e cada um nós sabe até onde vai a responsabilidade que possa ter tido. A única coisa que a discussão me causou foi a tentação de deixar de fazer a pergunta principal e entrar pela vertente da discussão dos problemas estaduais, particularmente a responsabilidade que teve o governo federal ao longo de muito tempo na criação, na imposição aos governos estaduais de condutas, que, na realidade, foram as responsáveis pelo crescimento brutal da máquina dos Estados. Quer fazer programa de turismo, faça sua embratur estadual; quer dar assistência técnica, faça sua embrater, sua embrapa, e assim por diante.

Mas eu não queria entrar por essa vertente, porque, na verdade, penso que realmente o Governo Federal conduz, e aqui estão dois dos mais importantes protagonistas desse processo, uma revolução neste país, uma obra que avança celeremente na mudança da arquitetura da nossa realidade, e o fato de existirem problemas hoje apenas nos sugerem que são problemas que precisam ser resolvidos hoje, para serem substituídos pelos de amanhã.

Agora, a questão que viemos discutir hoje, que é a questão do endividamento dos Estados, ela me preocupa num outro sentido.

Disse muito bem o Ministro Malan, por exemplo, que um Estado que tenha mais de 100% da sua receita comprometidos com a folha de pagamento, se for perdurada a sua dívida ele se endivida no mês seguinte. Inversamente, um Estado que tenha, como é o caso do Estado de São Paulo, que tem a maior importância econômica e política no País nesse momento, um Estado que tenha, como ouvi o Secretário de Fazenda daquele Estado comunicar a esta Comissão, uma despesa mensal de juros que é de R\$200 milhões acima da arrecadação do Estado, também se a despesa pública do Estado de São

Paulo for reduzida para zero, a manutenção desse nível de comprometimento com os juros não permitirá que o problema seja resolvido.

A grande questão, portanto, é que precisamos, mais que afirmativas de que essa reforma e aquela outra reforma vão resolver o problema, de um pouco mais de profundidade nesse assunto, para nos convenceremos disso, porque no nível de lealdade e de franqueza com que a conversa, a exposição, o debate tem fluído, sinto-me encorajado a dizer que fico temeroso de que, por exemplo, se aprovarmos a reforma tributária será que estaremos mesmo resolvendo o problema apenas do Governo Federal? Será que estaremos conseguindo ao menos resolver o do Governo Federal? Porque a proposta de reforma tributária que contém um fundo social de emergência, que podia se chamar de reserva de contingência, que contém um pedido de autorização para empréstimos compulsórios, só por isso já sugere um certo componente de incerteza em relação à possibilidade de suprir o Governo Federal dos recursos de que necessita. Visto isso, ao lado da presença de um Ministro lutando bravamente por um imposto que não está incluído na reforma tributária e que ele considera essencial para a realizar a sua obra, temos dúvidas crescentes no espírito.

E, finalmente, será que essa reforma tributária, além de resolver o problema do Governo Federal, resolve o dos Estados e Municípios? Não estou discutindo se ela melhora ou piora, é que nós somos Senadores da República e é de nossa responsabilidade cuidar de todos os extratos do Estado brasileiro. Se não estivermos diante de soluções concretas para os problemas dos Estados e dos Municípios, não poderíamos, responsavelmente, embarcar numa proposta e simplesmente dizer à nossa consciência que estamos aprovando essa proposta porque foi essa que surgiu.

Mas, tenho certeza, conhecendo como conheço a competência e a seriedade das pessoas que estão aqui no dia de hoje, de que essa tranqüilidade virá à medida em que se aprofundar a discussão entre o Congresso e as autoridades da área econômica. Queria concluir dizendo, sobretudo ao Ministro Malan, não propriamente ao Parlamentar que é o Ministro José Serra, mas, sim, ao Ministro Malan, o Congresso Nacional não faltou ao governo na realização da imensa obra que está oferecendo à sociedade brasileira. Tenho impressão, pelo que ouço e sinto nesta Casa, que o Congresso Nacional poderá querer mais informações, poderá querer conversar

mais, poderá querer debater mais, mas o Congresso Nacional não faltará nas etapas que estão por vir.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Muito obrigado, Senador Geraldo Melo.

Com a palavra o Ministro José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - V. Ex^a disse que os problemas dos Estados, parte deles ou o essencial, foram induzidos por indução, no passado, do Governo Federal. É possível. Isso tem inclusive peso da ótica de pessoa jurídica.

Lembro-me quando chegamos ao governo de São Paulo, em 83, que sempre havia a tentação de dizer: não, foi o governo passado. Mas, infelizmente, porque se fosse pessoa física seria mais fácil se desentender de problemas, de compromissos que vêm do passado.

Por outro lado, isso, digamos, do ponto de vista objetivo, com relação ao período recente, já perde menos força. As tabelas foram distribuídas, dei inclusive os dados a respeito das mudanças feitas na Constituição que, efetivamente, deram um reforço extraordinário para Estados e municípios do ponto de vista de receitas. Mas isso não teve correspondência no resultado final – não me refiro aos primeiros anos nem nada – na situação de equilíbrio financeiro dos Estados. A meu ver, a origem, independentemente de pessoas, estava em dispositivos que a própria Constituição consolidou ou inovou na parte administrativa. Eliminaram-se penosos fatores de ajuste que existiam no passado; tornaram mais rígidos. Essa é a questão essencial, independentemente de pessoas. Mas é claro que há diferenças de desempenho, as quais têm influência no que acontece. Portanto, esse é o ponto central das propostas do Governo.

V. Ex^a pergunta se a reforma tributária resolve o problema do Governo Federal, de Estados e Municípios. Não, não resolve, até porque a reforma tributária não se destina a aumentar a receita. A carga tributária efetiva no Brasil, neste ano de 1995, independentemente desta ou daquela estimativa, está no nível mais alto da história; é comparável ou pouco superior a de 1990. O ano de 1990 não vale como ano de comparação, porque houve o IOF sobre patrimônio, que, constitucional ou não, representou uma parte fundamental da receita e, portanto, trouxe um aumento, um pico artificial na receita, comparativamente a um padrão normal. Mas neste ano, sem nada, sem o IPMF, que caiu em janeiro, atingimos um nível mais alto.

Agora, não há reforma tributária para aumentar essa receita. O Brasil não precisa aumentar essa receita, com esta ou com aquela inovação na Constituição. O que precisamos é de simplificar o sistema tributário, aumentando a sua eficiência e, inclusive, aumentando a receita, mas não pelo aumento da carga nominal, não pelo aumento de alíquotas; na verdade, é preciso simplificar e arrecadar melhor.

A reforma tributária não é parte ativa do ajuste fiscal, que está mais voltado para o gasto. Às vezes, isso é difícil de passar, até porque, no Brasil, passou a se confundir reforma fiscal com reforma tributária. Na verdade, fiscal tem a ver com receita e com despesa.

V. Ex^a menciona o caso da contribuição social, não contida no projeto de reforma tributária. A parte que é afetada pela proposta de reforma tributária é a dos impostos. Não fizemos propostas sobre contribuições sociais. Há uma reforma tributária, que até contou com a participação da área econômica, embutida na proposta da Previdência; quando se homogeneizarmos as bases do COFINS, do PIS, permitiremos alíquotas diferenciadas.

Essas coisas são muito importantes com vistas ao futuro, uma vez que esses impostos hoje fazem tábula rasa do ponto de vista de alíquotas. É juridicamente discutível a possibilidade de diferenciação de alíquotas, a qual é muito importante para o futuro, quando se pensa em não castigar ou em castigar menos, com tributos, determinados setores da atividade econômica.

Agora, a questão da contribuição social responde a um problema de outra natureza, que é a gravidade da situação da saúde.

V. Ex^a falou algo que é muito correto: toda vez que resolvemos um problema, aparece outro. Também se não fosse assim, estaríamos no *topos uranus* de Platão, no paraíso. Toda vez que se resolve um problema, aparece outro. Isso ocorre na vida pessoal e, com muito mais intensidade, na vida pública. As coisas não evoluem perfeitamente como se gostaria. O mundo não é hegeliano. O mundo é movido pela razão, mas, infelizmente, não é construído inteiramente pela razão. Então, às vezes, há imperfeições e problemas. Há questões que preferiríamos que não existissem, mas que existem e que demandam soluções.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, peço a palavra somente para fazer um breve comentário sobre a intervenção do Sr. Ministro José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, apenas gostaria de esclarecer, se já não tiver ficado claro, que, quando me refiro ao fato de que devemos resolver os problemas de hoje para enfrentar os de amanhã, estou querendo dizer que o fato de haver problemas hoje não significa nenhuma ineficiência, nenhuma incompetência, nenhuma barbaridade cometida pela gestão da política econômica.

Estamos querendo levar este País para participar das sociedades do Primeiro Mundo. Estamos querendo ir para onde? Para o Nirvana? Lá também há problemas. Acontece que a natureza dos problemas muda. Todos os países do Primeiro Mundo têm os seus problemas, embora diferentes dos nossos. Quando chegarmos ao Primeiro Mundo, haveremos de ter problemas do mesmo modo.

Então, o fato de haver problemas hoje não significa que tenha havido erro de alguém; significa que são os problemas de hoje. Estes problemas, ao serem resolvidos, darão lugar aos problemas de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Sr. Ministro José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA – Senador Geraldo Melo, inclusive, gostaria de falar da minha experiência pessoal no caso dos Estados.

Quando trabalhei no Governo de São Paulo, deixamos o Estado com déficit zero. O BANESPA ficou concorrencial, competindo com o Itaú e com o BRADESCO, como banco de varejo. Deixamos áreas, como a da Saúde, com 10% do orçamento. A área social foi enfatizada.

Na verdade, o trabalho de austeridade não é contraditório com a eficiência, com o desenvolvimento. Agora, a democracia pressupõe alternância. Isso é essencial. Na verdade, dentro dessa alternância, alguns tiveram mais sorte e outros menos sorte.

Mas uma coisa é inegável: há problemas de fundo. E V. Ex^a se dá conta disso. Por exemplo, em São Paulo, quando eu participava da administração, a SESP tinha uma dívida externa de 4 bilhões, sem que tivesse, de fato, investido alto em componente importado; no máximo 10% dos investimentos da SESP eram importações, porque o que prevaleceu, nos anos 70, foi uma indução federal a que os Estados pegassem financiamento externo para resolver problemas de balanças de pagamento. Como houve duas maxidesvalorizações, em dezembro de 1979 e em fevereiro de 1983, a dívida da SESP, que na época era em cruzeiros, cresceu verticalmente. A dívida em dólar, traduzindo em cruzeiros, aumentou 60% somente devido a essas duas maxidesvalorizações. Essa é a típica consequência federal para uma

política estadual, em relação a qual o Estado não tinha maior responsabilidade. Mas aí estamos todos no mesmo barco, na mesma nave, e não adianta dizer que fulano fez ou não fez, porque, infelizmente – não poderia ser de outra maneira – Governo é pessoa jurídica em todas as esferas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Geraldo Melo, eu não poderia concordar mais com V. Ex^a quando disse: "Problemas, nós sempre os teremos! Na verdade, a resolução de alguns problemas faz com que outros surjam". V. Ex^a tem toda razão quando diz que isso ocorre em qualquer parte do mundo. Aquela idéia de que haverá um nirvana, em que todos os problemas serão resolvidos e em que viveremos num mar de tranquilidade, é uma quimera, que, infelizmente, ainda existe no imaginário de alguns.

A sua observação foi boa e serviu para mostrar que a aventura humana não prescinde dos problemas.

Gostaria também de comentar aqui sobre a poesia das palavras do Ministro José Serra, quando este diz que "o mundo é movido por uma mistura de razão e paixão e não apenas pela razão". Nessas questões, como em outras, também não poderia concordar mais com o Ministro José Serra. Espero sempre que a razão não seja obscurecida pela paixão, como não tem sido na nossa discussão.

Penso que a responsabilidade do Governo Federal em relação à situação dos Estados é um ponto importante da nossa discussão. O Ministro José Serra deu alguns exemplos aqui. Penso que, assim como a solução dos problemas tem que ser compartilhada, a geração dos problemas também é, às vezes, compartilhada. Talvez, seja um exercício estéril, a esta altura, procurarmos atribuir responsabilidade em termos de pesos relativos. É importante termos uma visão equilibrada, como é a sua, do processo através do qual chegamos à situação atual.

Queria não me estender demais – penso que o Ministro José Serra já respondeu a todas as suas colocações –, mas gostaria de fazer um comentário sobre a questão do endividamento dos Estados e sobre os dados mencionados por V. Ex^a aqui a respeito de um Secretário de Fazenda.

É verdade – já o disse o Senador Esperidião Amin – que os gastos com o pessoal passaram de R\$520 milhões para R\$920 milhões por mês. Esse crescimento de um ano para o outro é expressivo. S. Ex^a disse que a despesa mensal de juros era superior.

Esses gastos com o pessoal, os R\$920 milhões por mês, são reais; esses gastos vieram para ficar e se reproduzem e crescem vegetativamente ao longo do tempo. Os juros da dívida mobiliária não estão sendo pagos e, com isso, são acroados e compõem o principal, mas não representam um gasto efetivo mensal da mesma natureza que é o gasto efetivo mensal com pessoal. Apenas gostaria de lembrar essa questão. Esses juros têm um efeito sobre a dívida, que aumenta em função dos juros que não são pagos e que se incorporam ao principal. Mas um gasto efetivo de juros não está sendo realizado.

A respeito da reforma tributária, penso que o Sr. Ministro José Serra já respondeu a essa questão.

Gostaria de concluir, dizendo que concordo com V. Ex^a quando disse que o Congresso não faltou e não faltará – registrei e sublinhei isso – com a sua participação no processo de reformas em curso. Espero que as suas palavras encontrem eco junto aos corações e mentes dos Srs. Senadores e Deputados presentes e ausentes da nossa conversa de hoje.

Quanto ao aprofundamento do diálogo, acho que já demos reiteradas demonstrações – o Ministro Serra e eu – da nossa disposição para passar aqui o número de horas que for necessário. Estive aqui quinta-feira passada durante quatro horas; hoje estou aqui, venho amanhã de novo, venho quinta-feira de novo e ficarei o tempo necessário para esse diálogo, ao qual nós todos atribuímos tanta importância.

O SR. GERALDO MELO – Gostaria de agradecer ao Ministro Malan e ao Ministro Serra e dizer que realmente acho que não é hora de estarmos procurando culpas nem culpados. Há um problema que precisa ser resolvido. Então, é mãos à obra, vamos tratar de resolvê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Pediria aos Srs. Ministros e aos Srs. Senadores que tentassem ser breves, porque senão será muito difícil terminarmos a esta sessão antes da sessão do Senado.

Com a palavra o Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. VILELA FILHO – Abro mão da minha inscrição, Sr. Presidente, devido ao adiantado da hora.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Teria várias considerações para fazer, mas serei breve.

Na análise que o Ministro Serra fez sobre a influência do Real na situação dos Estados e Municípios há uma certa incoerência, porque o Real, que

trouxe um benefício enorme para o País – todos nós reconhecemos e lutamos para que ele prospere, pois é fundamental para a sobrevivência e o futuro do Brasil – deixou seqüelas também, porque, de um modo geral, todos os Estados brasileiros estão com dificuldades, todos – uns em menor volume, outros em maior volume.

Quero lembrar rapidamente a questão, por exemplo, dos produtos agrícolas que sofreram com o Real...

O SR. JOSÉ SERRA – Há uns dois ou três que não estão, mas não vou dar os nomes, porque senão eles vão achar que somos contra, quando dizemos que não estão em dificuldade.

O SR. CARLOS BEZERRA – A questão dos produtos agrícolas, por exemplo, no setor primário: o setor primário foi altamente afetado pelo Real; houve uma compressão de preços, queda nos preços, houve problemas internacionais em relação a alguns produtos, mas na grande maioria dos casos os problemas são internos. Isso afetou a receita dos Estados.

Já falaram aqui três senadores a respeito desse assunto, mas quero reforçar: trata-se da questão da reforma financeira do País. Fala-se muito da reforma administrativa, da reforma tributária, mas a reforma financeira sempre fica em último lugar.

O que o Brasil gasta com juros para rolar essa dívida interna... Se tivéssemos investido esse montante, acho que esse País mudaria de uma hora para outra – aplicando esses recursos em investimentos.

Estamos promovendo a concentração de renda, a concentração de riqueza. Quer dizer, estamos fazendo a mesma política que os generais fizeram durante vinte anos e é nisso que não concordo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele é um homem que veio para fazer outra coisa no Brasil, com outra concepção política. Ele deve ao País a mudança, fazer uma reforma financeira condizente com as nossas necessidades, com a nossa realidade.

As perguntas que eu faria rapidamente seriam as seguintes. Ao Ministro Malan: como ele veria a inclusão de algumas parcelas da dívida da administração indireta, honrada pelos Tesouros estaduais, no limite de comprometimento vigente – esse é o tal limite. E a questão da dívida mobiliária? Como ele veria a questão da securitização dessa dívida mobiliária, que é dos problema mais graves dos grandes Estados. Há outras questões emergenciais que alguns Estados têm, V. Ex^a sabe disso, que poderiam ser resolvidas através de empréstimos a esses Estados com outro perfil de pagamento. Para fazer esse

ajuste, estabeleceria-se um impedimento de nova contratação enquanto isso não for saneado – acho que poderíamos colocar essa condição: fazer esse empréstimo com o impedimento de novos empréstimos desse tipo até que se saneie essa questão nos Estados.

Por último, a questão que apresento ao Ministro Serra: o Governo garante que os Estados e Municípios vão ganhar com a reforma tributária. Ouvimos todos os secretários de planejamento dizendo que vão perder recursos, inclusive o Secretário de São Paulo, que estava aqui. Achei que São Paulo poderia não perder, mas ele foi incisivo: disse que o Estado de São Paulo perde com a proposta de reforma tributária apresentada. Está havendo uma contradição entre o que pensa o Governo e o que pensam os governadores. Precisamos dirimir essa dúvida urgentemente, porque a reforma tributária, para mim, também é urgentíssima. Essa dúvida não pode persistir, porque os secretários de fazenda, os secretários de planejamento foram incisivos com relação a isso.

Por último, Ministro Malan, é urgente resolvermos essa questão, principalmente para alguns Estados, que estão ingovernáveis, totalmente ingovernáveis.

Sei que o Presidente, desde o início do ano, está cobrando uma solução para esse problema – ele nos disse, certo dia, no gabinete, que iria pedir à Fazenda para resolver esse problema. Isso aconteceu há meses, a coisa está caminhando, e este mês de outubro é um mês fatal – não digo nem outubro, até a primeira quinzena deste mês temos de encontrar soluções concretas para alguns casos.

Cito o caso de Alagoas, que é um caos total. O Governador está com problemas inclusive pessoais em função disso. É o caso do Mato Grosso também, que se encontra em situação semelhante a de Alagoas.

Teríamos que ter imediatamente, até o dia 15 no máximo, uma solução. Esses problemas são mais fáceis de resolver do que os dos grandes Estados.

Basicamente seriam essas as questões que gostaríamos de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Ministro Serra.

O SR. JOSÉ SERRA – Com relação à questão tributária: na verdade, a análise de muitos é estática, razão pela qual chegaram a essa conclusão. A médio e longo prazo todos ganham: a União, os Estados e os Municípios. Por quê? Porque hoje temos dois impostos, o ICMS e o IPI, e uma fiscalização,

uma para cada um, inclusive com dificuldades de fiscalização na fronteira.

Com a mudança, teremos um imposto e duas fiscalizações. Portanto, haverá uma melhora clara nesse aspecto. A curto prazo há um problema, lógico que há um problema, porque não tributar bens de capital, exportações de produtos primários – produtos manufaturados já não se cobra hoje – e insumos agrícolas cria um problema a curtíssimo prazo de receita. Essa é a visão estática.

Por isso é que preconizamos, previmos um fundo de compensação, que deve ser trabalhado aqui no Congresso. Nosso intuito não é promover perdas não. Temos que trabalhar adequadamente essa idéia da compensação.

O SR. CARLOS BEZERRA – Ministro, como é que V. Ex^a veria uma proposta de retirar do Orçamento da União 1%, suponhamos, de cada Estado, do que seria aplicado para um fundo para investimento nos Estados a longo prazo?

O SR. JOSÉ SERRA – O que é aplicado, que não é salário, isso e aquilo...

O SR. CARLOS BEZERRA – Para investimento.

O SR. JOSÉ SERRA – São cinco bilhões. Um por cento disso é cinquenta milhões.

O SR. CARLOS BEZERRA – Estou dizendo 1% hipoteticamente, mas poderá ser um percentual...

O SR. JOSÉ SERRA – Enfim, teremos que encontrar uma forma. Isso faz parte do debate. O que queremos é que as coisas andem até para que possamos discutir seu conteúdo e negociar.

Pessoalmente, tenho uma grande experiência com relação a essa matéria. Fui o relator de alguns capítulos da Constituição, entre eles o tributário. Havia um debate, uma negociação, conversas. Até agora isso não começou e isso é o que preocupa para esse efeito.

Isso é quanto à parte tributária, que V. Ex^a perguntou; as outras perguntas deixo para o Ministro Malan responder.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Ministro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado, Senador.

Antes de responder as suas quatro perguntas, gostaria de fazer um comentário geral. V. Ex^a disse que o "Real deixou seqüelas". Senador, tal como vemos, nenhum país do mundo consegue passar de uma inflação de 5000/7000% ao ano para uma inflação na faixa de 1% ao mês de maneira que não te-

nha algum tipo de custo, de ajustamento, de adaptação e de transição.

Consideramos que esses custos não são "se-
qüelas" do Real, mas fazem parte do processo de
ajuste, de transição que está em curso e que espe-
ramos possa levar à estabilização da economia.

Sobre reforma financeira, V. Ex^a tem toda a ra-
zão. Ela é devida, está em discussão no momento e
estará sendo apresentada ao Congresso Nacional
não como um grande pacote de reforma financeira,
mas a apresentação de vários elementos da refor-
ma, embora a nossa intenção não seja congestionar
a agenda do Congresso, que já se encontra aparen-
temente um tanto quanto congestionada em assun-
tos mais prioritários no momento em termos de se-
qüência no tempo.

Sobre suas perguntas específicas. Como eu
veria a inclusão de algumas parcelas de dívidas de
empresas estatais, vale dizer de Estados, honradas
pelos respectivos Tesouros estaduais na definição
do total da dívida, definida como dívida contratual.
Como V. Ex^a sabe, estamos explorando essa possi-
bilidade, vendo as aberturas que existem no acordo
tal como realizado em 1993. Existem, segundo os
advogados que estão se debruçando sobre o assun-
to, algumas possibilidades a serem exploradas nes-
sa direção. Espero que possamos caminhar rapida-
mente nessa direção. A resposta é positiva à sua
primeira indagação.

Sobre dívida mobiliária, deve-se anotar aqui
aquela questão. Uma coisa é introduzir a dívida de
uma empresa estatal na definição da dívida, outra é
o que fazer com as receitas da empresa estatal. Se
vamos votar a dívida, temos que ter também algum
tipo de comprometimento das receitas daquelas em-
presas específicas. Sobre dívida mobiliária, caminha-
remos na seguinte direção: são variantes do que fize-
mos com a dívida externa ou com a dívida interna...

O SR. CARLOS BEZERRA - Ministro, permita-
me. Não sei se isso está sendo feito, mas basicamente
essa dívida está concentrada em dois lugares:
na habitação e nas empresas de energia elétrica.
Acho que se fosse feito um outro tipo de nego-
ciação nessas duas questões localizadas, seria um
alívio enorme em relação a essa questão.

O SR. PEDRO MALAN - É energia elétrica,
Senador. Já fizemos a securitização do CRC. Posso
dizer os nomes dos Estados em que foi aprovada a
securitização do CRC que resolve problemas de vá-
rios Estados. São eles: Acre, Amazonas, Paraná,
Maranhão, Roraima, Rio de Janeiro, Rondônia, Ba-
hia, Sergipe, Mato Grosso e Pará. Para todos já au-

torizamos a securitização do saldo do CRC. Nem to-
dos foram, ainda, efetivados mas já contribui para
minorar o problema no que diz respeito a empresa
de energia elétrica e, também nessa questão da ha-
bitação a que V. Ex^a se referiu e estamos procurando
equacionar.

Sobre a dívida mobiliária, já falei aqui, não pos-
so entrar em detalhes mas iremos caminhar para
algo que é uma variante do que fizemos na dívida
externa ou na própria dívida contratual com prazos
mais longos que, no momento, está sendo discutido.

Sobre AROS já conversamos bastante. É uma
questão que nos preocupa devido ao custo da ope-
ração e a sua natureza de curto prazo e as razões
que levam as operações de casos, geralmente pa-
gamento de folha do mês corrente. É algo preocu-
pante. Sobre as questões emergenciais anotei a su-
gestão de V. Ex^a sobre em préstimos de reestrutura-
ção financeira de caráter emergencial. Temos manti-
do conversas com o Banco Mundial e o BID a esse
respeito porque fizeram esse tipo de empréstimo no
caso de províncias na Argentina, recentemente. Te-
nho mantido conversações com eles nessa direção.

Obviamente, está aqui anotado em letras
maiúsculas a sugestão de V. Ex^a de que haveria o
impedimento de novas contratações enquanto que
esses eventuais empréstimos não tivessem sido sal-
dados.

Sobre seu último ponto na urgência da resolu-
ção desses casos mais prementes posso afirmar
que depois da reunião realizada no Palácio da Alvo-
rada, na semana passada, com a presença de cinco
ou seis Governadores, hoje, teremos conversas com
mais quatro ou cinco e vários daqueles que V. Ex^a
mencionou. Ou o contato já foi mantido ou irá reali-
zar-se ainda hoje. Estamos cientes do caráter emer-
gencial que essa questão se coloca para alguns Es-
tados dentre os quais V. Ex^a aqui mencionou.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Conce-
do a palavra ao nobre Senador Beni Veras. (Pausa.)

S. Ex^a desiste.

Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de
Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Sr. Ministro, não
é suficiente racionalizarmos as despesas dos Estados
e equacionarmos a questão da dívida. Uma providên-
cia muito importante poderia ser tomada no sentido de
ampliar a receita dos Estados, basicamente, das Re-
giões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Observei uma atividade de fundamental impor-
tância para essas três regiões: o turismo. Hoje, la-

mentavelmente, deixamos de ser uma Nação receptora de turismo para sermos exportadores de turismo. Isso se deve, sobretudo, ao tratamento desigual que está sendo dado ao turismo doméstico e o turismo internacional. Enquanto este último está financiando em dez e até vinte e quatro vezes as parcelas de passagens aéreas e despesas no exterior, hospedagens, etc internamente isso só pode ser feito em até no máximo em três vezes. Aquelas três regiões estão se ressentindo enormemente da queda de turismo e está se refletindo no nível de emprego, da hotelaria, nos setores ligados ao turismo.

Concretamente, indago de V. Ex^a se não está na hora de um certo afrouxamento na restrições de crédito para as passagens aéreas e pacotes turísticos de forma a beneficiar essas três regiões que investiram no setor turismo e, agora, estão competindo de forma bastante desigual com o turismo internacional a ponto de uma autoridade, de um consulado afirmar que é lamentável as filas que estão se formando pelas madrugadas e pelas manhãs para irem ao exterior quando no Brasil há tantos destinos turísticos e tantas áreas que poderiam ser exploradas e o que estamos vendo é o brasileiro ir para o exterior em função do financiamento em vinte e quatro vezes publicados pelos jornais. Com parcelas de quarenta ou cinquenta dólares pode-se ir ao exterior em detrimento do turismo interno que economiza divisas, gera empregos, renda e mais impostos. Não se trata mais de viagens de lazer e, sim, de compras. Não obstante, todo o esforço que o Dr. Everardo Maciel está fazendo no sentido de racionalizar a questão da fiscalização nos aeroportos os que estão retornando do exterior não estão trazendo mais malas mas, verdadeiros mini-containers de produtos adquiridos no exterior. O que nos preocupa muito porque são divisas que lá ficam.

Então, Ministro, indago concretamente: não está na hora de afrouxamento dessas limitações, dessas restrições ao crédito para o turismo interno?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Ministro José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Curiosamente, outro dia, um Deputado passou-me uma revista que, numa página de propaganda de uma agência de turismo de Brasília constava a oferta de passagens em dez vezes para Miami; passagens para Porto Seguro e um outro lugar do Nordeste, que não me recordo no momento, em três vezes. De posse da reportagem, pedi à minha assessoria ir até a agência verificar o porquê disso. É intrigante a oferta. E descobri que quem está financiando é o cartão de

crédito, o qual prefere financiar com um prazo maior a ida para o exterior porque com ele serão feitas despesas. Há outras despesas amarradas no pacote. No caso da pessoa que pretende ir a Porto Seguro, essa não gastará com o cartão de crédito. Há desigualdade.

Tem razão V. Ex^a em seu raciocínio. Não se trata de discriminar o turismo externo, mas dar maior condição de competitividade em termos de financiamento naquilo que for possível.

O outro problema se refere aos custos de viagem. Uma passagem para Porto Seguro é muito cara, independentemente do financiamento, comparada com uma viagem para Miami. Há uma questão de comparação muito clara de companhias aéreas, etc Este é um assunto sobre o qual temos que nos debruçar, e não apenas o Prodetur, que é um excelente programa, que na verdade é um eufemismo para obras urbanas, de saneamento, etc, é um programa turístico mas que bate na infra-estrutura. É muito importante para o Nordeste; é fundamental e pretendemos reforçá-lo, viabilizá-lo e ampliá-lo no futuro, etc, que é o financiamento do Banco Interamericano.

É preciso, também, olhar para as outras condições de custos de deslocamento do turista, hotéis e tudo o mais, que, efetivamente, são muito caros. Há poucos pacotes. Essa é uma área - e V. Ex^a tem toda a razão - merece toda a ênfase e será muito bem-vindo um esforço, por parte do Congresso Nacional, de um trabalho nessa direção. Na verdade a pergunta era para o Ministro Malan, mas apenas quis responder exatamente porque tive a curiosidade de saber a razão de haver essa diferença. Pedi ao meu pessoal comparecer à agência e, nesse caso, e descobriu-se que era por causa disso.

Não é uma proibição de financiamento de três meses e permitindo outro de dez. É o próprio cartão de crédito que proporciona essa modalidade.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Permita-me? Eles alegam que não existe disponibilidade de financiamento para essas viagens internas. As próprias agências de turismo utilizam o cartão de crédito internacional, que financia a viagem em até vinte e quatro vezes. Mas, não tem recursos disponíveis para financiar internamente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Sr. Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN - Essa questão foi trazida ao meu conhecimento pelo Deputado Jackson Pereira poucos dias antes do seu falecimento - que, aliás, foi uma perda irreparável para esta Casa. Eu já havia pedido que fosse feito um estudo a esse

respeito, do que era possível ser feito de coisas que estão no âmbito do Ministério da Fazenda, e irei cobrá-los assim que retornar.

Tem toda a razão V. Ex^a, quando diz que existe uma clara vantagem comparativa, em particular nos Estados do Nordeste, para explorar o turismo, que é uma indústria de enorme potencial na região. Observei que o Ministro José Serra manifestou o seu interesse em viabilizar os recursos de contrapartida do PRODETUR, o que a meu ver seria um grande estímulo a essa atividade na região.

Sobre a questão da análise comparativa que me foi enviada pelo Deputado Jackson Pereira, de condições de financiamento de viagens ao exterior e turismo interno, há em andamento, no Ministério da Fazenda, uma análise sobre isso. Qualquer subsídio mais concreto que V. S^a possa nos encaminhar seria extremamente bem-vindo. É um ponto da maior importância, em particular, para a região de tão grande potencial.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, estou encaminhando a V. Ex^a, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, a proposta de reforma tributária que o Partido dos Trabalhadores divulgou ontem. Igualmente, estou encaminhando aos Ministros Pedro Malan e José Serra proposta esta que dá grande ênfase aos eixos de melhor distribuição da renda, justiça social, ataque frontal à miséria e, sobretudo, propostas de combate a evasão fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A Comissão irá passar uma cópia do trabalho oferecido por V. Ex^a a todos os membros da Comissão.

A Comissão agradece a presença dos Ministros José Serra e Pedro Malan pela excelente exposição que fizeram e não deixaram nenhuma dúvida para os Srs. Senadores. Muito obrigado Srs. Ministros.

Está encerrada a reunião.

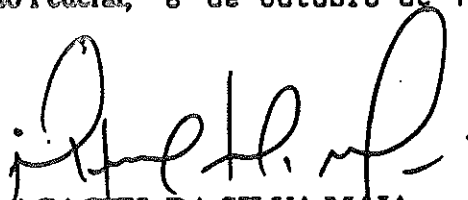
(Levanta-se a reunião às 13h39min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº. 703, DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., parágrafo 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 21280/95.9, de interesse do Serviço de Aposentadorias e Pensões, da Subsecretaria de Administração de Pessoal,

RESOLVE designar a servidora **MARIA DE FÁTIMA CAMPOS RIBEIRO**, matrícula 5014, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, para exercer a função comissionada de Chefe da Seção de Concessão de Aposentadorias e Pensões, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, nos eventuais impedimentos e afastamentos regulamentares do titular.

Senado Federal, 6 de outubro de 1995.

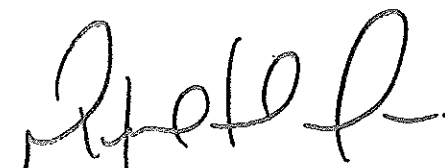

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 704, DE 1995**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., parágrafo 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 20671/95.4, de interesse da Subsecretaria de Expediente,

RESOLVE designar a servidora GOIANDIRA VIANA DE AZEVEDO, matrícula 1586, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Administração, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Expediente, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 6 de outubro de 1995.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 705, DE 1995**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., parágrafo 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 20664/95.8, de interesse da Subsecretaria de Edições Técnicas,

RESOLVE designar a servidora MARIA LÚCIA SOARES VIANA, matrícula 3014, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Seção da Revista de Informação Legislativa, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Edições Técnicas, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 6 de outubro de 1995.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 706 , DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

R E S O L V E designar o servidor JOSÉ OLIVAR CAMPOS DA SILVA, matrícula nº 5092, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3, Especialidade de Datilografia, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Chefe da Seção de Controle de Contratos, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, com efeitos financeiros a partir de 15 de outubro de 1995.

Senado Federal, em 6 de outubro de 1995.



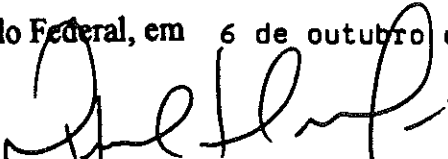
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 707 , DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993,

R E S O L V E nomear NORA HELENA CAVALCANTI COSTA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Humberto Lucena.

Senado Federal, em 6 de outubro de 1995.



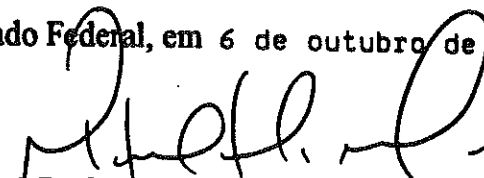
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 708 , DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993,

R E S O L V E nomear MARTINHO LEAL CAMPOS para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Humberto Lucena.

Senado Federal, em 6 de outubro de 1995.



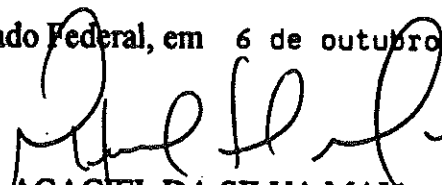
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 709 , DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993,

R E S O L V E nomear HUMBERTO COUTINHO DE LUCENA JUNIOR para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Humberto Lucena.

Senado Federal, em 6 de outubro de 1995.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPR – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PDT – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PP – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDOR

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Bernardo Cabral

Vice-Líder

João França

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líderes

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Eptácio Cafeteira

1. Emília Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

PFL

PSDB

PPR

PTB

PP

PT

PDT

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

**SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PPR			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PP			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PPR			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPR			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52

OBS: *1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.

*2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALÁ SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PI			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB - PL - PPS			
VAGO		1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
FAX 311 3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3061/63
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2161/67
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4761/62
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPLYCY *1	SP-3216/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2061/67	1- VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

OBS: *1 - EDUARDO SUPPLY (PT) - VAGA CEDIDA PELO PSB
*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311.3972/4612
FAX: 311- 4315

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
vago		7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2081/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4208/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - VAGA CEDIDA PELO PT
*2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95
*3 - MARLUCE PINTO - DESLIGOU-SE DO PTB EM 1º/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121
FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
		PMDB	
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
		PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
		PSDB	
PEDRO PIVA	SP-2351/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
		PPR	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
		PT	
EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
		PP	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
		PTB	
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
		PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95
 *2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB + PL + PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

OBS: *1 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496/ 4777

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3548
FAX 311.3548

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
 Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
 Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
 Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Pedro Simon
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPR	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias

PP

PT

Benedita da Silva
 Eduardo Suplicy
 Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPR	
Júlio Redecker		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura Seção I ou II s/ o porte	R\$31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 60,00</u>
Assinatura Seção I ou II c/porte	R\$ 91,00 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

n.º 118 — abril/junho 1993

Leia neste número:

O perfil constitucional do Estado contemporâneo: o Estado democrático de direito
Inocência Mártires Coelho

As limitações ao exercício da reforma constitucional e a dupla revisão
Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Controle externo do Poder Judiciário
José Eduardo Sabo Paes

Loucura e prodigalidade à luz do direito e da psicanálise
Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Osmar Brina Corrêa Lima

Na mesma edição:

O Distrito Federal nas Constituições e na revisão constitucional de 1993. *Gilberto Tristão*

A Constituição de 1988 e os Municípios brasileiros. *Dieter Brühl*

A Justiça Militar estadual. *Álvaro Lazzarini*

A declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade da lei — *Unvereinbarkeitserklärung* — na jurisprudência da Corte Constitucional alemã. *Gilmar Ferreira Mendes*

Da responsabilidade do Estado por atos de juiz em face da Constituição de 1988. *A. B. Corrêa Neto*

Serviço público — função pública — tipicidade — critérios distintivos. *Hugo Gueiros Bernardes*

Considerações atuais sobre o controle da discricionariedade. *Luiz Antonio Soares Henri*

Sistema brasileiro de controle da constitucionalidade. *Sara Maria Stroher Paes*

O controle interno de legalidade pelos Procuradores do Estado. *Cleia Cardoso*

Tutela jurídica sobre as reservas extrativistas. *Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felipe*

Legislação ambiental brasileira — evolução histórica do direito ambiental. *Ann Helen Watner*

Princípios gerais de direito ambiental internacional e a política ambiental brasileira. *Paulo Affonso Leme Machado*

Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. *José Flávio Sombra Saraiva*

História das idéias pensais na Alemanha do pós-guerra. *Winfried Hassemer*

Aspectos do discurso jurídico-penal (material e formal) e sua ilegitimidade. *Sérgio Luiz Souza Araújo*

Processo, democracia y humanización. *Juan Marcos Rivero Sánchez*

O combate à corrupção e à criminalidade no Brasil: cruzadas e reformas. *Geraldo Brindeiro*

Liderança parlamentar. *Rosmêtho Monteiro Soares*

Considerações acerca de um código de ética e decoro parlamentar. *Rubem Nogueira*

Entraves à adoção do parlamentarismo no Brasil. *Carlos Alberto Bittar Filho*

Usucapião urbano. *Rogério M. Lette Chaves*

O Código do Consumidor e o princípio da continuidade dos serviços públicos comerciais e industriais. *Adriano Perácio de Paula*

Dos contratos de seguro-saúde no Brasil. *Maria Leonor Baptista Jourdan*

A nova regulamentação das arbitragens. *Otto Eduardo Vizeu Gil*

Os bancos múltiplos e o direito de recesso. *Arnoldo Wald*

O dano moral e os direitos da criança e do adolescente. *Roberto Senise Lisboa*

A Aids perante o direito. *Licínio Barbosa*



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT).

Para solicitar catálogo de preços, escreva para

Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar
70165-900 Brasília, DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 • Telex: (061) 1357

Venda direta ao usuário no Senado Federal:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEORAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Novas Publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra Elaborando a Constituição Nacional, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 — 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS — 1989 5 volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 — Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex:

(061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio I (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS